DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA

Conforme Legislação Municipal

www.nazarepaulista.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/nazare_paulista

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Licitações e Contratos 2
Aviso de Licitação - Retificação / Rerratificação 2
Atas de registro de preço 3
Apostilamentos 113
Concursos Públicos/Processos Seletivos 115
Edital - Desistência/Eliminado 115
Convocação 116
OUTRAS PUBLICAÇÕES 118
Outras Publicações 118

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Nazaré Paulista, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Bálsamo poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.nazarepaulista.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse
www.imprensaoficialmunicipal.com.br/nazare_paulista
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista
CNPJ 45.279.643/0001-54
Praça Coronel Antonio Rodrigues dos Santos, 16 - Centro
Telefone: (11) 4597-1526
Site: www.nazarepaulista.sp.gov.br

Câmara Municipal de Nazaré Paulista
CNPJ 59.023.150/0001-63
Av. Comendador Vicente de Paula Penido, 245 – Centro
Telefone: (11) 4597-1551
Site: www.camaranazarepaulista.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Nazaré Paulista garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.nazarepaulista.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/nazare_paulista

PODER EXECUTIVO

Licitações e Contratos

Aviso de Licitação - Retificação / Rerratificação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA – PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026 – MEMORANDO 4366/2026 – Registro de Preços para eventual aquisição de material elétrico para atender as necessidades de manutenções preventivas e corretivas na iluminação pública do município de Nazaré Paulista, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência – Anexo I. RETIFICA-SE o Termo de Referência – Anexo I. Início da sessão será no dia 01 de outubro de 2026, às 09h00min. O Edital encontra-se na íntegra no sítio www.nazarepaulista.sp.gov.br ou através do e-mail: licitacao@nazarepaulista.sp.gov.br – Divisão de Licitações e Contratos – Telefone (11) 4597-1526 – Nazaré Paulista, 18 de setembro de 2.026 **–** Avanilde Aparecida Gonzaga Canêdo **–** Prefeita.

.....

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 186/2025 – **5ª Publicação**
MEMORANDO: 2330/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: ACF ATACADO E LOGISTICA LTDA
OBJETO: Ata de Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para utilização no cardápio da Merenda Escolar com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação. Memorando nº 2330/2025 1Doc

No dia 04 de julho de 2025 compareceram de um lado MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.279.643/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua João de Passos, 555, bairro Centro, CEP nº. 12960-000, nesta cidade de Nazaré Paulista/SP, representada pela Prefeita, a Sr.ª AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO, inscrita no CPF sob o nº. 092.859.138-73, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e venceu item (ou itens):

RESUMO				
Item Cota LC147	17505 Lote	ACF ATACADO E LOGISTICA LTDA CNPJ: 46.985.752/0001-50 Descrição do Lote		Valor Total
22	00000022	Lote 22 - AMPLA DISPUTA		13.988,70
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	47 003.006.620	TRIGO PARA QUIBE 400 A 500G. Ingredientes: trigo integral, moído e torrado. Não deverá conter outros ingredientes. Não deverá apresentar sujidades, materiais terrosos, parasitos, larvas e matérias estranhas. Características: Aspecto, cor, odor e sabor próprios. Livre de mofo e fermentação. Embalagem primária: saco plástico, atóxico, resistente, hermeticamente fechado, lacrado, pesando de 400 a 500g, com prazo de validade e lote indeléveis. Embalagem secundária: caixa ou fardo, resistente e lacrado. Rotulagem: Deverá estar rotulado conforme legislação vigente. RD PCT 400 G	KG 7,14	1080 7.711,20
	48 003.006.621	FARINHA DE MILHO EM FLOCOS PRÉCOZIDA, TIPO FLOCÃO, PCT DE 500G A 1KG. Isenta de sujidades, matéria terrosa e fragmentos estranhos, com ausência de umidade, fermentação e ranço, fungos ou parasitas. Embalagem primária: plástica atóxica, devidamente	KG 4,65	1350 6.277,50

		rotulada conforme legislação vigente e reembalada em fardo plástico atóxico contendo até 20 kg. Validade mínima: 06 (seis) meses a partir da data de entrega. RD PCT 500 G		
45	00000045	Lote 45 - COTA RESERVADA ME/EPP		4.662,90
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	96 003.006.620	TRIGO PARA QUIBE 400 A 500G. Ingredientes: trigo integral, moído e torrado. Não deverá conter outros ingredientes. Não deverá apresentar sujidades, materiais terrosos, parasitos, larvas e matérias estranhas. Características: Aspecto, cor, odor e sabor próprios. Livre de mofo e fermentação. Embalagem primária: saco plástico, atóxico, resistente, hermeticamente fechado, lacrado, pesando de 400 a 500g, com prazo de validade e lote indeléveis. Embalagem secundária: caixa ou fardo, resistente e lacrado. Rotulagem: Deverá estar rotulado conforme legislação vigente. RD PCT 400 G	KG 7,14	360 2.570,40
	97 003.006.621	FARINHA DE MILHO EM FLOCOS PRÉCOZIDA, TIPO FLOCÃO, PCT DE 500G A 1KG. Isenta de sujidades, matéria terrosa e fragmentos estranhos, com ausência de umidade, fermentação e ranço, fungos ou parasitas. Embalagem primária: plástica atóxica, devidamente rotulada conforme legislação vigente e reembalada em fardo plástico atóxico contendo até 20 kg. Validade mínima: 06 (seis) meses a partir da data de entrega. RD PCT 500 G	KG 4,65	450 2.092,50
		Total do Proponente		**18.651,60**

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei nº. 14.133/2021, bem como, pela Lei Complementar Municipal nº 70/2022, Decreto Municipal 3520/2022, Decreto Municipal 3800/2025, Decreto Municipal 3798/2025 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2025

PAGAMENTO: 30 (trinta) dias corridos

ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC

ÍNDICE DE CORREÇÃO: INPC

PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do Pedido de Compra. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

GESTOR:
Nome: Daniela Matias de Lima

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 1296
E-mail: danielamzanoni@nazarepaulista.sp.gov.br

FISCAL:
Nome: Aline Queiros de Melo Santana
Cargo: Nutricionista
Matrícula: 2900
E-mail: linemelo.nutri@gmail.com

1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro do valor/percentual referente ao objeto da licitação descrito no Anexo I (Termo de Referência), cujas especificações técnicas, valores/percentuais, quantitativos e fornecedores foram definidas no procedimento licitatório.

2. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:
   2.1.1. Termo de Referência;
   2.1.2. O Edital de Licitação;
   2.1.3. A Proposta do Compromissário Fornecedor;
   2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga- se a:
   a) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
   b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;
   c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de valores/percentuais registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades sob sua responsabilidade;
   d) consultar o compromissário fornecedor quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente A.R.P.;
   e) comunicar aos gestores de contrato dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
   f) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores de contrato dos órgãos participantes; e,
   g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

4. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, por si e através de seu gestor da A.R.P., obriga-se a:
   a) tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
   b) conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observadas as disposições da Lei Municipal 70/2022 e do Decreto Municipal nº 3520/2022, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo, quanto ao resultado dos referidos procedimentos;
   c) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do compromissário fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores/percentuais a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a

contratação efetivamente realizada;

d) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo, quanto aos valores/percentuais praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

e) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

f) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.

5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

a) a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sansões previstas no art. 156 da lei nº 14.133/21 e no Edital;

b) cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia, condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

c) as irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo conforme consta no Anexo I (Termo de Referência), contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o valor/percentual inicialmente ofertado;

d) manter, durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 mês(es), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 84, da Lei 14.133/2021.

6.1.1. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de fornecimento para até trinta dias, a entrega poderá se dar além do prazo de vigência da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até aquele vencimento.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme estabelecido, atendendo ao que segue:

a) O valor/percentual de cada um dos objetos desta ATA será aquele constante do “Quadro Resumo";

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos;

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão;

e) O pagamento será efetuado após a comprovação do fornecimento do objeto e a devida apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, pela unidade requisitante, sem qualquer correção monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa.

e.1) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

8. DO REAJUSTE

a) Os preços/percentuais inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência da Ata de Registro de Preço;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice , exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência de anuidade;

c) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo;

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

9. DAS PENALIDADES

9.1. As infrações cometidas nas Ata de Registro de Preço celebradas pelo Município de Nazaré Paulista ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I - advertência;
II - multa;
a) compensatória;
b) de mora;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II desta cláusula.

§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I - a natureza e a gravidade da infração;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
VI - os antecedentes da licitante ou contratada.

Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito do Município de Nazaré Paulista - SP, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

9.3. DA ADVERTÊNCIA

9.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se demonstrar a imposição de penalidade mais grave.

I- Descumprimento de pequena relevância;
II- Inexecução parcial de obrigação contratual.

§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.

§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.4. DA MULTA

9.4.1. A penalidade de multa visa compensar todo e qualquer dano contratual, em decorrência de qualquer infração listada para as demais penalidades, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I. 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor de todas as faturas correspondentes até período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;

a) Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

II. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preço, na hipótese de inexecução total.

III. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preço, sujeitará a empresa detentora da ata de registro de preço à multa de mora, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

§1º. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução da Ata de Registro de Preço;

III - interrupção da execução da Ata de Registro de Preço ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas na Ata de Registro de Preço, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;

V - impedimento de execução da Ata de Registro de Preço por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato/ ata de registro de preço, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão da Ata de registro de Preço.

§ 3º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ ata de registro de preço com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Nas Atas de Registro de Preço de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

9.4.3. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.5.

II - 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.6.

9.4.4. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da devida notificação pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

9.4.5. Caso a empresa não efetue o pagamento no prazo previsto nesta Ata de Registro

de Preço, o valor da multa aplicada será:

I - descontado dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato/ ata de registro de preço ou de outros contratos administrativos/ ata de registro de preço que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;

II - descontado da garantia.

Parágrafo único. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria Geral do Município da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa.

9.5. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

I - dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Prazo - 6 meses.

II - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preço;

Prazo - 18 meses.

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Prazo - 3 meses.

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Prazo - 3 meses.

§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.

§2º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

9.6. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6.1. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:

I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Prazo – 36 meses.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 48 meses.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 48 meses.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 60 meses

§1º. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e sua aplicação é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas na cláusula 9.5., pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7. DOS PROCEDIMENTOS

9.7.1.Constatada a irregularidade, no âmbito da ata de registro de preço, deverá o gestor e fiscal do ata de registro de preço ou agente de contratação notificar o fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal.

9.7.2. Determinada a abertura de processo administrativo pela autoridade competente, o licitante ou contratado deverá ser notificado, por meio de Ofício, para que se manifeste sobre as ocorrências, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.7.3. Previamente à notificação, o servidor responsável pela instrução pode providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.

9.7.4. Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato, a notificação deverá ser realizada por meio de publicação no Diário Oficial.

9.7.5. Ao término da instrução deverá ser emitido parecer, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.

9.7.6. Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

9.8. DO RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

9.8.1. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.8.2. O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do cláusula **9.1.** deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do cláusula **9.1.** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

9.9.1. DAS AGRAVANTES

9.9.1.1. As sanções previstas nas cláusula **9.5.** e **9.6**. poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando a empresa

detentora da ata de registro de preço:

I - não agir conforme a boa-fé, furtando-se a receber comunicações ou evitando minorar os danos da conduta lesiva;

II - causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.

9.9.2. DAS ATENUANTES

9.9.2.1. As sanções previstas na cláusula **9.5**. poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto na cláusula **9.9.1**., quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:

I - falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

II - apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;

III - apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV - apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.

9.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de valores/percentuais registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. O instrumento observará, no que couber, o disposto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nos caso de desequilíbrio econômico financeiro, será observado o disposto da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores/percentuais, as quantidades, os fornecedores registrados, os compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta Ata, encontram-se listados no Quadro "Resumo".

11.5. Ficam fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrições, o edital que regeu a licitação, da qual decorre esta ARP e a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais;

11.6. Aplica-se ao presente instrumento as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, sendo os casos omissos resolvidos na forma da lei consumerista;

11.7. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam preservados;

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Nazaré Paulista, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

Nazaré Paulista, 19 de setembro de 2.026

AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO	ACF ATACADO E LOGISTICA LTDA
Prefeita	CNPJ nº 46.985.752/0001-50

Testemunhas:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 187/2025 – **5ª Publicação**
MEMORANDO: 2330/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: CAMPO FINO INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA
OBJETO: Ata de Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para utilização no cardápio da Merenda Escolar com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação. Memorando nº 2330/2025 1Doc

No dia 04 de julho de 2025 compareceram de um lado MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.279.643/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua João de Passos, 555, bairro Centro, CEP nº. 12960-000, nesta cidade de Nazaré Paulista/SP, representada pela Prefeita, a Sr.ª AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO, inscrita no CPF sob o nº. 092.859.138-73, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e venceu item (ou itens):

RESUMO				
Item Cota LC147	17504 Lote	CAMPO FINO INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTA CNPJ: 24.744.074/0001-09 Descrição do Lote		Valor Total
1	00000001	Lote 01- AMPLA DISPUTA		67.320,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	1 003.005.970	Arroz parboilizado longo fino tipo 1 embalagem 5 kg. Tipo 1, longo, fino, constituído de 90% de grãos inteiros. Isento de grãos amarelos, sujidades e materiais estranhos, procedência nacional a ser de safra corrente, limpo, características físicas, químicas, biológicas e da embalagem devem obedecer à legislação vigente. Ingredientes: arroz parbolizado tipo 1. O produto deve ser natural sem adição de elementos químicos (agrotóxico).Informação nutricional: Deverá conter pelo menos a declaração simplificada dos seguintes itens: valor energético, carboidratos, proteínas e fibra alimentar. O produto deve declarar: marca, prazo de validade e procedência. Embalagem primária: em saco plástico atóxico, contendo 05(cinco) kg, devidamente rotulado conforme legislação vigente e reembalados em fardos	KG 3,40	19800 67.320,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

		plástico atóxico contendo 30 (trinta) kg,(6x5)kg. Validade mínima: 06 meses a partir da data de entrega. PANELA CHEIA		
		Total do Proponente		**67.320,00**

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei nº. 14.133/2021, bem como, pela Lei Complementar Municipal nº 70/2022, Decreto Municipal 3520/2022, Decreto Municipal 3800/2025, Decreto Municipal 3798/2025 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2025

PAGAMENTO: 30 (trinta) dias corridos

ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC

ÍNDICE DE CORREÇÃO: INPC

PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do Pedido de Compra. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

GESTOR:
Nome: Daniela Matias de Lima
Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 1296
E-mail: danielamzanoni@nazarepaulista.sp.gov.br

FISCAL:
Nome: Aline Queiros de Melo Santana
Cargo: Nutricionista
Matrícula: 2900
E-mail: linemelo.nutri@gmail.com

1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro do valor/percentual referente ao objeto da licitação descrito no Anexo I (Termo de Referência), cujas especificações técnicas, valores/percentuais, quantitativos e fornecedores foram definidas no procedimento licitatório.

2. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:
   2.1.1. Termo de Referência;
   2.1.2. O Edital de Licitação;
   2.1.3. A Proposta do Compromissário Fornecedor;
   2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga- se a:

a) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;

c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de valores/percentuais registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades sob sua responsabilidade;

d) consultar o compromissário fornecedor quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente A.R.P.;

e) comunicar aos gestores de contrato dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

f) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores de contrato dos órgãos participantes; e,

g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

4. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, por si e através de seu gestor da A.R.P., obriga-se a:

a) tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

b) conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observadas as disposições da Lei Municipal 70/2022 e do Decreto Municipal nº 3520/2022, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo, quanto ao resultado dos referidos procedimentos;

c) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do compromissário fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores/percentuais a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

d) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo, quanto aos valores/percentuais praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

e) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

f) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.

5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

a) a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sansões previstas no art. 156 da lei nº 14.133/21 e no Edital;

b) cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia,

condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

c) as irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo conforme consta no Anexo I (Termo de Referência), contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o valor/percentual inicialmente ofertado;

d) manter, durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 mês(es), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 84, da Lei 14.133/2021.

6.1.1. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de fornecimento para até trinta dias, a entrega poderá se dar além do prazo de vigência da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até aquele vencimento.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme estabelecido, atendendo ao que segue:

a) O valor/percentual de cada um dos objetos desta ATA será aquele constante do “Quadro Resumo";

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos;

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão;

e) O pagamento será efetuado após a comprovação do fornecimento do objeto e a devida apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, pela unidade requisitante, sem qualquer correção monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa.

e.1) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8. DO REAJUSTE

a) Os preços/percentuais inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência da Ata de Registro de Preço;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice , exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência de anuidade;

c) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo;

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

9. DAS PENALIDADES

9.1. As infrações cometidas nas Ata de Registro de Preço celebradas pelo Município de

Nazaré Paulista ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II desta cláusula.

§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I - a natureza e a gravidade da infração;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI - os antecedentes da licitante ou contratada.

Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito do Município de Nazaré Paulista - SP, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

9.3. DA ADVERTÊNCIA

9.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se demonstrar a imposição de penalidade mais grave.

I- Descumprimento de pequena relevância;

II- Inexecução parcial de obrigação contratual.

§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.

§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.4. DA MULTA

9.4.1. A penalidade de multa visa compensar todo e qualquer dano contratual, em decorrência de qualquer infração listada para as demais penalidades, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I. 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor de todas as faturas correspondentes até período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;

a) Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

II. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preço, na hipótese de inexecução total.

III. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preço, sujeitará a empresa detentora da ata de registro de preço à multa de mora, e corresponderá ao percentual

de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

§1º. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução da Ata de Registro de Preço;

III - interrupção da execução da Ata de Registro de Preço ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas na Ata de Registro de Preço, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;

V - impedimento de execução da Ata de Registro de Preço por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato/ ata de registro de preço, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão da Ata de registro de Preço.

§ 3º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ ata de registro de preço com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Nas Atas de Registro de Preço de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

9.4.3. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.5.

II - 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.6.

9.4.4. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da devida notificação pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

9.4.5. Caso a empresa não efetue o pagamento no prazo previsto nesta Ata de Registro de Preço, o valor da multa aplicada será:

I - descontado dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato/ ata de registro de preço ou de outros contratos administrativos/ ata de registro de preço que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;

II - descontado da garantia.

Parágrafo único. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria Geral do Município da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa.

9.5. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

I - dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Prazo - 6 meses.

II - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preço;

Prazo - 18 meses.

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Prazo - 3 meses.

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Prazo - 3 meses.

§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.

§2º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

9.6. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6.1. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:

I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Prazo – 36 meses.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 48 meses.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 48 meses.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 60 meses

§1º. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e sua aplicação é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas

infrações previstas na cláusula 9.5., pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7. DOS PROCEDIMENTOS

9.7.1.Constatada a irregularidade, no âmbito da ata de registro de preço, deverá o gestor e fiscal do ata de registro de preço ou agente de contratação notificar o fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal.

9.7.2. Determinada a abertura de processo administrativo pela autoridade competente, o licitante ou contratado deverá ser notificado, por meio de Ofício, para que se manifeste sobre as ocorrências, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.7.3. Previamente à notificação, o servidor responsável pela instrução pode providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.

9.7.4. Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato, a notificação deverá ser realizada por meio de publicação no Diário Oficial.

9.7.5. Ao término da instrução deverá ser emitido parecer, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.

9.7.6. Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

9.8. DO RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

9.8.1. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.8.2. O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do cláusula **9.1.** deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do cláusula **9.1.** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

9.9.1. DAS AGRAVANTES

9.9.1.1. As sanções previstas nas cláusula **9.5.** e **9.6**. poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando a empresa detentora da ata de registro de preço:

I - não agir conforme a boa-fé, furtando-se a receber comunicações ou evitando

minorar os danos da conduta lesiva;

II - causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.

9.9.2. DAS ATENUANTES

9.9.2.1. As sanções previstas na cláusula **9.5**. poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto na cláusula **9.9.1**., quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:

I - falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

II - apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;

III - apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV - apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.

9.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de valores/percentuais registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. O instrumento observará, no que couber, o disposto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nos caso de desequilíbrio econômico financeiro, será observado o disposto da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores/percentuais, as quantidades, os fornecedores registrados, os compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta Ata, encontram-se listados no Quadro "Resumo".

11.5. Ficam fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrições, o edital que regeu a licitação, da qual decorre esta ARP e a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais;

11.6. Aplica-se ao presente instrumento as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, sendo os casos omissos resolvidos na forma da lei consumerista;

11.7. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam

preservados;

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Nazaré Paulista, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

Nazaré Paulista, 19 de setembro de 2.026

AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO	CAMPO FINO INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA
Prefeita	CNPJ nº 24.744.074/0001-09

Testemunhas:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 188/2025 – **5ª Publicação**
MEMORANDO: 2330/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: COMERCIAL DE ALIMENTOS RENATO RINALDI LTDA
OBJETO: Ata de Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para utilização no cardápio da Merenda Escolar com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação. Memorando nº 2330/2025 1Doc

No dia 04 de julho de 2025 compareceram de um lado MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.279.643/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua João de Passos, 555, bairro Centro, CEP nº. 12960-000, nesta cidade de Nazaré Paulista/SP, representada pela Prefeita, a Sr.ª AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO, inscrita no CPF sob o nº. 092.859.138-73, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e venceu item (ou itens):

RESUMO				
Item Cota LC147	17500 Lote	COMERCIAL DE ALIMENTOS RENATO RINALDI LTDA CNPJ: 26.753.626/0001-62 Descrição do Lote		Valor Total
4	00000004	Lote 04 - AMPLA DISPUTA		12.996,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	15 003.006.598	LENTILHA 400 A 500GR. Características: Tipo 1, nova, de 1ª qualidade, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados, isento de sujidades. Embalagem primária: Saco plástico de 400 a 500g em embalagem resistente e transparente, contendo na embalagem informações de procedência, data de embalagem e prazo de validade. Validade: Mínima de 06 (seis) meses R.S CONF. EDITAL	KG 14,44	900 12.996,00
5	00000005	Lote 05 - AMPLA DISPUTA		4.198,50
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	16 003.006.599	COLORÍFICO EMBALAGEM DE 50G A 100G Produto constituído pela mistura de fubá de milho com urucum em pó, de boa qualidade, deve apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto. Embalagem de 50g a	KG 10,54	135 1.422,90

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

		100g. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Deverá conter a validade no mínimo de 06 meses. R.S CONF. EDITAL		
	17 003.006.086	ÓREGANO EMBALAGEM DE 10g a 20g. desidratado acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente contendo de 10g a 20g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06(seis) meses a contar da data de entrega. R.S CONF. EDITAL	KG 29,91	45 1.345,95
	18 003.006.087	LOURO EMBALAGEM DE 5 g a 20g. desidratado acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente contendo de 5 g a 20g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06(seis) meses a contar da data de entrega. R.S CONF. EDITAL	KG 52,95	27 1.429,65
19	00000019	Lote 19 - AMPLA DISPUTA		13.520,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	44 003.006.122	COCO RALADO SEM ADIÇÃO DE ACÚÇAR. De boa qualidade, sem adição de açúcar, isento de substâncias estranhas em sua composição. De baixo teor de gordura, sem qualquer adição e que conserve parte dos componentes do endosperma do fruto. Ingredientes: coco ralado. Produto não adicionado de açúcares. Açúcares naturalmente presente nas matérias-primas. Características físico-químicas: 35 a 60% de lipídios; umidade máxima de 4% p/p. Não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso. Ausência de sujidades, parasitos e larvas. Apresentar cor branca, cheiro e sabor próprios. Embalagem: 100 gramas, embalados em plástico atóxico, contendo Registro no Ministério da Saúde, data de empacotamento e prazo de validade aparente. Validade mínima: superior a 06 meses. R.S CONF. EDITAL	KG 40,00	338 13.520,00
23	00000023	Lote 23 - AMPLA DISPUTA		4.200,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	49 003.006.622	UVA PASSA BRANCA SEM SEMENTES, produto de primeira qualidade, composto 100% de uva passa branca, sem adição de açucares, conservantes artificiais ou outros ingredientes Cor amarela clara, sem mancha escuras, textura macia e suculenta sem sinais de ressecamento, sabor doce, característico de uva passa branca. Não poderá apresentar sabor ou cheiros estranhos, alterados ou rançoso. Ausência de sujidades, parasitos e larvas. Embalagem hermética, resistente e adequada ao transporte e armazenamento, contendo de 150g a 1Kg.	KG 28,00	150 4.200,00

		Rótulo contendo identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. Validade mínima: 06 (seis) meses a partir da data de entrega. R.S CONF. EDITAL		
25	00000025	Lote 25 - COTA RESERVADA ME/EPP		1.401,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	51 003.006.377	ARROZ INTEGRAL LONGO FINO TIPO 1 EMBALAGEM 1 A 5KG. CONSTITUÍDO DE 90% DE GRÃOS INTEIROS. ARROZ INTEGRAL LONGO FINO TIPO 1 EMBALAGEM 1 A 5KG. TIPO 1, LONGO, FINO, INTEGRAL, CONSTITUÍDO DE 90% DE GRÃOS INTEIROS. ISENTO DE MOFO, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, PROCEDÊNCIA NACIONAL A SER DE SAFRA CORRENTE, LIMPO, CARACTERÍSTICAS FÍSICAS, QUÍMICAS, BIOLÓGICAS E DA EMBALAGEM DEVEM OBEDECER À LEGISLAÇÃO VIGENTE. INGREDIENTES: ARROZ INTEGRAL TIPO 1. O PRODUTO DEVE SER NATURAL SEM ADIÇÃO DE ELEMENTOS QUÍMICOS (AGROTÓXICO). INFORMAÇÃO NUTRICIONAL: DEVERÁ CONTER PELO MENOS A DECLARAÇÃO SIMPLIFICADA DOS SEGUINTES ITENS: VALOR ENERGÉTICO, CARBOIDRATOS, PROTEÍNAS E FIBRA ALIMENTAR. O PRODUTO DEVE DECLARAR: MARCA, PRAZO DE VALIDADE E PROCEDÊNCIA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO, CONTENDO 1 A 05(CINCO) KG, DEVIDAMENTE ROTULADO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE E REEMBALADOS EM FARDOS PLÁSTICO ATÓXICO CONTENDO 30 (TRINTA) KG(6X5)KG. VALIDADE MÍNIMA: 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. NAMORADO CONF. EDITAL	KG 4,67	300 1.401,00
27	00000027	Lote 27 - COTA RESERVADA ME/EPP		4.332,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	64 003.006.598	LENTILHA 400 A 500GR. Características: Tipo 1, nova, de 1ª qualidade, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados, isento de sujidades. Embalagem primária: Saco plástico de 400 a 500g em embalagem resistente e transparente, contendo na embalagem informações de procedência, data de embalagem e prazo de validade. Validade: Mínima de 06 (seis) meses R.S CONF. EDITAL	KG 14,44	300 4.332,00
28	00000028	Lote 28 - COTA RESERVADA ME/EPP		1.399,50
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	65 003.006.599	COLORÍFICO EMBALAGEM DE 50G A 100G Produto constituído pela mistura de fubá de milho com urucum em pó, de boa qualidade, deve apresentar aspecto, cor, cheiro	KG 10,54	45 474,30

		e sabor característico do produto. Embalagem de 50g a 100g. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Deverá conter a validade no mínimo de 06 meses. R.S CONF. EDITAL		
	66 003.006.086	ÓREGANO EMBALAGEM DE 10g a 20g. desidratado acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente contendo de 10g a 20g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06(seis) meses a contar da data de entrega. R.S CONF. EDITAL	KG 29,91	15 448,65
	67 003.006.087	LOURO EMBALAGEM DE 5 g a 20g. desidratado acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente contendo de 5 g a 20g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06(seis) meses a contar da data de entrega. R.S CONF. EDITAL	KG 52,95	9 476,55
42	00000042	Lote 42 - COTA RESERVADA ME/EPP		4.480,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	93 003.006.122	COCO RALADO SEM ADIÇÃO DE ACÚÇAR. De boa qualidade, sem adição de açúcar, isento de substâncias estranhas em sua composição. De baixo teor de gordura, sem qualquer adição e que conserve parte dos componentes do endosperma do fruto. Ingredientes: coco ralado. Produto não adicionado de açúcares. Açúcares naturalmente presente nas matérias-primas. Características físico-químicas: 35 a 60% de lipídios; umidade máxima de 4% p/p. Não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso. Ausência de sujidades, parasitos e larvas. Apresentar cor branca, cheiro e sabor próprios. Embalagem: 100 gramas, embalados em plástico atóxico, contendo Registro no Ministério da Saúde, data de empacotamento e prazo de validade aparente. Validade mínima: superior a 06 meses. R.S CONF. EDITAL	KG 40,00	112 4.480,00
46	00000046	Lote 46 - COTA RESERVADA ME/EPP		1.400,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	98 003.006.622	UVA PASSA BRANCA SEM SEMENTES, produto de primeira qualidade, composto 100% de uva passa branca, sem adição de açucares, conservantes artificiais ou outros ingredientes Cor amarela clara, sem mancha escuras, textura macia e suculenta sem sinais de ressecamento, sabor doce, característico de uva passa branca. Não poderá apresentar sabor ou cheiros estranhos, alterados ou rançoso. Ausência de sujidades, parasitos e larvas. Embalagem hermética, resistente e adequada ao	KG 28,00	50 1.400,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

		transporte e armazenamento, contendo de 150g a 1Kg. Rótulo contendo identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. Validade mínima: 06 (seis) meses a partir da data de entrega. R.S CONF. EDITAL		
		Total do Proponente		**47.927,00**

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei nº. 14.133/2021, bem como, pela Lei Complementar Municipal nº 70/2022, Decreto Municipal 3520/2022, Decreto Municipal 3800/2025, Decreto Municipal 3798/2025 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2025

PAGAMENTO: 30 (trinta) dias corridos

ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC

ÍNDICE DE CORREÇÃO: INPC

PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do Pedido de Compra. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

GESTOR:
Nome: Daniela Matias de Lima
Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 1296
E-mail: danielamzanoni@nazarepaulista.sp.gov.br

FISCAL:
Nome: Aline Queiros de Melo Santana
Cargo: Nutricionista
Matrícula: 2900
E-mail: linemelo.nutri@gmail.com

1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro do valor/percentual referente ao objeto da licitação descrito no Anexo I (Termo de Referência), cujas especificações técnicas, valores/percentuais, quantitativos e fornecedores foram definidas no procedimento licitatório.

2. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:
   - 2.1.1. Termo de Referência;
   - 2.1.2. O Edital de Licitação;
   - 2.1.3. A Proposta do Compromissário Fornecedor;
   - 2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga- se a:

a) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;

c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de valores/percentuais registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades sob sua responsabilidade;

d) consultar o compromissário fornecedor quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente A.R.P.;

e) comunicar aos gestores de contrato dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

f) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores de contrato dos órgãos participantes; e,

g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

4. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, por si e através de seu gestor da A.R.P., obriga-se a:

a) tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

b) conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observadas as disposições da Lei Municipal 70/2022 e do Decreto Municipal nº 3520/2022, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo, quanto ao resultado dos referidos procedimentos;

c) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do compromissário fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores/percentuais a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

d) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo, quanto aos valores/percentuais praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

e) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

f) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.

5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

a) a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sansões previstas no art. 156 da lei nº 14.133/21 e no Edital;

b) cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia, condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

c) as irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo conforme consta no Anexo I (Termo de Referência), contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o valor/percentual inicialmente ofertado;

d) manter, durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 mês(es), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 84, da Lei 14.133/2021.

6.1.1. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de fornecimento para até trinta dias, a entrega poderá se dar além do prazo de vigência da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até aquele vencimento.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme estabelecido, atendendo ao que segue:

a) O valor/percentual de cada um dos objetos desta ATA será aquele constante do “Quadro Resumo";

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos;

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão;

e) O pagamento será efetuado após a comprovação do fornecimento do objeto e a devida apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, pela unidade requisitante, sem qualquer correção monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa.

e.1) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8. DO REAJUSTE

a) Os preços/percentuais inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência da Ata de Registro de Preço;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice , exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência de anuidade;

c) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo;

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

9. DAS PENALIDADES

9.1. As infrações cometidas nas Ata de Registro de Preço celebradas pelo Município de Nazaré Paulista ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II desta cláusula.

§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I - a natureza e a gravidade da infração;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI - os antecedentes da licitante ou contratada.

Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito do Município de Nazaré Paulista - SP, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

9.3. DA ADVERTÊNCIA

9.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se demonstrar a imposição de penalidade mais grave.

I- Descumprimento de pequena relevância;

II- Inexecução parcial de obrigação contratual.

§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.

§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.4. DA MULTA

9.4.1. A penalidade de multa visa compensar todo e qualquer dano contratual, em decorrência de qualquer infração listada para as demais penalidades, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I. 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor de todas as faturas correspondentes até período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;

a) Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

II. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preço, na hipótese de inexecução total.

III. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preço, sujeitará a empresa detentora da ata de registro de preço à multa de mora, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

§1º. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução da Ata de Registro de Preço;

III - interrupção da execução da Ata de Registro de Preço ou diminuição do ritmo de trabalho

por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas na Ata de Registro de Preço, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;
V - impedimento de execução da Ata de Registro de Preço por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato/ ata de registro de preço, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
§ 2º. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão da Ata de registro de Preço.
§ 3º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ ata de registro de preço com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Nas Atas de Registro de Preço de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

9.4.3. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:
I - 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.5.
II - 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.6.

9.4.4. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da devida notificação pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

9.4.5. Caso a empresa não efetue o pagamento no prazo previsto nesta Ata de Registro de Preço, o valor da multa aplicada será:
I - descontado dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato/ ata de registro de preço ou de outros contratos administrativos/ ata de registro de preço que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;
II - descontado da garantia.
Parágrafo único. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria Geral do Município da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa.

9.5. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:
I - dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Prazo - 6 meses.
II - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preço;
Prazo - 18 meses.
III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Prazo - 3 meses.
IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo

justificado;
Prazo - 3 meses.
§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.
§2º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

9.6. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6.1. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:

I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Prazo – 36 meses.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 48 meses.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 48 meses.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 60 meses

§1º. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e sua aplicação é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas na cláusula 9.5., pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7. DOS PROCEDIMENTOS

9.7.1.Constatada a irregularidade, no âmbito da ata de registro de preço, deverá o gestor e fiscal do ata de registro de preço ou agente de contratação notificar o fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal.

9.7.2. Determinada a abertura de processo administrativo pela autoridade competente, o licitante ou contratado deverá ser notificado, por meio de Ofício, para que se manifeste sobre as ocorrências, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.7.3. Previamente à notificação, o servidor responsável pela instrução pode providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.
9.7.4. Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato, a notificação deverá ser realizada por meio de publicação no Diário Oficial.
9.7.5. Ao término da instrução deverá ser emitido parecer, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.
9.7.6. Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

9.8. DO RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
9.8.1. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.
9.8.2. O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do cláusula **9.1.** deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
9.8.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do cláusula **9.1.** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
9.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9.9. DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS
9.9.1. DAS AGRAVANTES
9.9.1.1. As sanções previstas nas cláusula **9.5.** e **9.6**. poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando a empresa detentora da ata de registro de preço:
I - não agir conforme a boa-fé, furtando-se a receber comunicações ou evitando minorar os danos da conduta lesiva;
II - causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.
9.9.2. DAS ATENUANTES
9.9.2.1. As sanções previstas na cláusula **9.5**. poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto na cláusula **9.9.1**., quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:
I - falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;
II - apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;
III - apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;
IV - apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.
9.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9.9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

10.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de valores/percentuais registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. O instrumento observará, no que couber, o disposto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nos caso de desequilíbrio econômico financeiro, será observado o disposto da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores/percentuais, as quantidades, os fornecedores registrados, os compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta Ata, encontram-se listados no Quadro "Resumo".

11.5. Ficam fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrições, o edital que regeu a licitação, da qual decorre esta ARP e a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais;

11.6. Aplica-se ao presente instrumento as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, sendo os casos omissos resolvidos na forma da lei consumerista;

11.7. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam preservados;

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Nazaré Paulista, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

Nazaré Paulista, 19 de setembro de 2.026

_____	_____
AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO	COMERCIAL DE ALIMENTOS RENATO RINALDI LTDA
Prefeita	CNPJ nº 26.753.626/0001-62

Testemunhas:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 189/2025 – **5ª Publicação**
MEMORANDO: 2330/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: COMERCIAL JOAO AFONSO LTDA
OBJETO: Ata de Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para utilização no cardápio da Merenda Escolar com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação. Memorando nº 2330/2025 1Doc

No dia 04 de julho de 2025 compareceram de um lado MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.279.643/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua João de Passos, 555, bairro Centro, CEP nº. 12960-000, nesta cidade de Nazaré Paulista/SP, representada pela Prefeita, a Sr.ª AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO, inscrita no CPF sob o nº. 092.859.138-73, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e venceu item (ou itens):

RESUMO				
Item Cota LC147	1054 Lote	COMERCIAL JOAO AFONSO LTDA CNPJ: 53.437.315/0001-67 Descrição do Lote		Valor Total
3	00000003	Lote 03 - AMPLA DISPUTA		122.799,60
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	3 003.006.074	AÇÚCAR CRISTAL EMBALAGEM 5 KG. Embalagem primária: transparente, incolor, termossoldado, contendo 5 kg líquidos, devidamente rotulado respeitando a legislação vigente e reembalado em fardo termossoldado, resistente, contendo 6 embalagens primárias com total de 30kg. Validade mínima: 11 meses a contar da data da entrega. SANTA ISABEL CONFORME EDITAL	KG 3,33	6300 20.979,00
	4 003.006.596	AMIDO 400 A 500G. Embalagem primária: caixa ou saco plástico contendo 400 a 500 (quinhentos) gramas, devidamente rotuladas conforme legislação vigente. Validade Mínima: 06 meses a partir da data de entrega. SIAMAR CONFORME EDITAL	KG 7,55	180 1.359,00
	5 003.005.365	Feijão carioca tipo 1. Classe cores, com teor de umidade máxima de 15%, isento de fermentação e mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas à saúde. Embalagem: Saco plástico de 1 kg. Validade: Mínimo de 6 (seis) meses.	KG 4,33	9000 38.970,00

		PRECIOSO CONFORME EDITAL			
	6 003.006.597	FEIJÃO PRETO TIPO 1: Características: feijão classe preto, novo, tipo 1, grupo 1 não torrado. Não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, coloração dos grãos com nuances diferentes (grãos partidos ou pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. Embalagem primária: Saco plástico de 1 kg. Validade: Mínima de 06 (seis) meses PRIME D´OURO CONFORME EDITAL	4,33	KG	2400 10.392,00
	7 003.006.076	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, EMBALAGEM 500G. Produto obtido dos processos de ralar e torrar a mandioca. Fina, seca, branca ou amarela, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem primária: Em saco plástico atóxico transparente, devidamente rotulado conforme legislação vigente. Validade mínima: Deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega. MANI CONFORME EDITAL	3,46	KG	630 2.179,80
	8 003.006.077	FARINHA DE MILHO AMARELA PCT DE 500g A 1 kg. Isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem primária: plástica atóxica contendo 500g a 1 kg, devidamente rotulada conforme legislação vigente e reembalada em fardo plástico atóxico contendo até 20 kg. Validade mínima: 06 (seis) meses a partir da data de entrega. AGROBAL CONFORME EDITAL	4,70	KG	720 3.384,00
	9 003.006.078	FUBÁ DE MILHO, EMBALAGEM DE 500g A 1 kg, Embalagem primária: Em saco plástico atóxico transparente de 500g a 1 kg e reembalada em fardos plásticos atóxicos contendo até 30 kg, devidamente rotulado conforme legislação vigente. Validade mínima: 06 meses a 01 ano ZANIN CONFORME EDITAL	2,60	KG	825 2.145,00
	10 003.006.079	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 1 kg. Ingredientes: Farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária: Em saco plástico atóxico transparente de 1 kg e reembalada em fardos plásticos atóxicos contendo até 10 kg, devidamente rotulado conforme legislação vigente. Validade mínima: 90 dias a contar da data de entrega. MARRAKECH CONFORME EDITAL	2,84	KG	2700 7.668,00
	11 003.006.080	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ. Embalagem primária: Contendo 100 gramas. Deverá apresentar dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Validade mínima: 06 meses a partir da data de entrega. APTI CONFORME EDITAL	2,32	UN	1440 3.340,80
	12 003.006.081	ÓLEO DE SOJA. Refinado, limpo, isento de ranço e outras características indesejáveis. Embalagem: Frasco tipo pet com 900 ml. Validade: Mínimo de 9 (nove) meses. COAMO CONFORME EDITAL	7,66	UN	3600 27.576,00
	13 003.006.082	SAL REFINADO IODADO, , embalagem de 1 kg. Beneficiado e isento de sais de cálcio e magnésio, impurezas orgânicas, areias e fragmentos de conchas. Embalagem primária: saco plástico contendo 01 (um) kg,	1,10	KG	1800 1.980,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

		devidamente rotulado conforme legislação vigente e reembalado em fardo plástico resistente atóxico contendo até 30 kg. Validade mínima: de 01 ano a partir da data de fabricação, a data de entrega não deverá ser superior a 45 dias. DUNORTE CONFORME EDITAL		
	14 003.006.083	VINAGRE DE ÁLCOOL EMBALAGEM 750 ML. Embalagem primária: Frasco de 750 ml. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada. Validade mínima: Impresso na embalagem conforme o fabricante e entrega 90 dias mínimos antes do vencimento. NEVAL CONFORME EDITAL	UN 1,57	1800 2.826,00
11	00000011	Lote 11 - AMPLA DISPUTA		56.766,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	33 003.006.192	MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO PARAFUSO COM OVOS EMBALAGEM DE 1kg. Ingredientes: sêmela de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, poderá conter corantes naturais: urucum e cúrcuma. Informação Nutricional na porção de 80g: Deverá conter: 270 a 300 kcal, Carboidratos entre 55 e 60g, proteínas mínimo de 8g, gorduras totais 1 a 2g, gorduras saturadas máximo 0,5g, gordura trans 0g, fibra mínimo 2g, sódio máximo 10 mg. Embalagem primária: sacos de polietileno atóxico, contendo 500g a 1kg. Validade mínima: 01 ano a partir da data de fabricação. RENATA CONFORME EDITAL	KG 5,38	4800 25.824,00
	34 003.006.120	MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS E VEGETAIS TRICOLOR TIPO PENNE 500g a 1 kg. Ingredientes: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, espinafre e ou tomate desidratados e ou beterraba e ou cenoura, poderá, conter corantes naturais urucum e cúrcuma e ovos. Informação Nutricional na porção de 100g: Deverá conter: 250 a 380 kcal, Carboidratos entre 50 e 75g, gorduras saturadas até 0,5 g, gordura trans 0g proteínas mínimo de 8g. Embalagem primária: sacos de polietileno atóxico, com conteúdo500 (quinhentos) gramas a 1 kg. Validade mínima: de 01 (um) ano a partir da data de fabricação. RENATA TRICOLORI CONFORME EDITAL	KG 7,25	3600 26.100,00
	35 003.006.395	MACARRÃO COM OVOS TIPO AVE MARIA. MASSA ALIMENTÍCIA; FORMATO AVE MARIA. Massa alimentícia; formato ave maria; massa seca; transportada e conservada a temperatura ambiente; composta de sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais urucum e cúrcuma; embalagem primaria plástica hermeticamente fechada contendo 500 gramas; embalagem secundária fardo com 10 kg. Validade mínima: de 01 (um) ano a partir da data de fabricação RENATA CONFORME EDITAL	KG 5,38	900 4.842,00
		Total do Proponente		**179.565,60**

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados,

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

regido pela Lei nº. 14.133/2021, bem como, pela Lei Complementar Municipal nº 70/2022, Decreto Municipal 3520/2022, Decreto Municipal 3800/2025, Decreto Municipal 3798/2025 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2025

PAGAMENTO: 30 (trinta) dias corridos

ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC

ÍNDICE DE CORREÇÃO: INPC

PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do Pedido de Compra. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

GESTOR:
Nome: Daniela Matias de Lima
Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 1296
E-mail: danielamzanoni@nazarepaulista.sp.gov.br

FISCAL:
Nome: Aline Queiros de Melo Santana
Cargo: Nutricionista
Matrícula: 2900
E-mail: linemelo.nutri@gmail.com

1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro do valor/percentual referente ao objeto da licitação descrito no Anexo I (Termo de Referência), cujas especificações técnicas, valores/percentuais, quantitativos e fornecedores foram definidas no procedimento licitatório.

2. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:
   2.1.1. Termo de Referência;
   2.1.2. O Edital de Licitação;
   2.1.3. A Proposta do Compromissário Fornecedor;
   2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga- se a:
   a) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
   b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;
   c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de valores/percentuais registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades sob sua responsabilidade;
   d) consultar o compromissário fornecedor quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da

Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente A.R.P.;

e) comunicar aos gestores de contrato dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

f) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores de contrato dos órgãos participantes; e,

g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

4. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, por si e através de seu gestor da A.R.P., obriga-se a:

a) tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

b) conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observadas as disposições da Lei Municipal 70/2022 e do Decreto Municipal nº 3520/2022, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo, quanto ao resultado dos referidos procedimentos;

c) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do compromissário fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores/percentuais a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

d) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo, quanto aos valores/percentuais praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

e) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

f) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.

5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

a) a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sansões previstas no art. 156 da lei nº 14.133/21 e no Edital;

b) cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia, condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

c) as irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo conforme consta no Anexo I (Termo de Referência), contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o valor/percentual inicialmente ofertado;

d) manter, durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 mês(es), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 84, da Lei 14.133/2021.

6.1.1. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de fornecimento para até trinta dias, a entrega poderá se dar além do prazo de vigência da ata, desde que

o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até aquele vencimento.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme estabelecido, atendendo ao que segue:

a) O valor/percentual de cada um dos objetos desta ATA será aquele constante do "Quadro Resumo";

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos;

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão;

e) O pagamento será efetuado após a comprovação do fornecimento do objeto e a devida apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, pela unidade requisitante, sem qualquer correção monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa.

e.1) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8. DO REAJUSTE

a) Os preços/percentuais inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência da Ata de Registro de Preço;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice , exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência de anuidade;

c) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo;

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

9. DAS PENALIDADES

9.1. As infrações cometidas nas Ata de Registro de Preço celebradas pelo Município de Nazaré Paulista ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I - advertência;
II - multa;
a) compensatória;
b) de mora;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II desta cláusula.

§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I - a natureza e a gravidade da infração;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
VI - os antecedentes da licitante ou contratada.
Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito do Município de Nazaré Paulista - SP, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

9.3. DA ADVERTÊNCIA

9.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se demonstrar a imposição de penalidade mais grave.

I- Descumprimento de pequena relevância;
II- Inexecução parcial de obrigação contratual.
§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.
§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.4. DA MULTA

9.4.1. A penalidade de multa visa compensar todo e qualquer dano contratual, em decorrência de qualquer infração listada para as demais penalidades, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I. 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor de todas as faturas correspondentes até período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;
a) Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.
II. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preço, na hipótese de inexecução total.
III. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preço, sujeitará a empresa detentora da ata de registro de preço à multa de mora, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.
§1º. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:
I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução da Ata de Registro de Preço;
III - interrupção da execução da Ata de Registro de Preço ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas na Ata de Registro de Preço, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;
V - impedimento de execução da Ata de Registro de Preço por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato/ ata de registro de preço, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

§ 2º. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão da Ata de registro de Preço.

§ 3º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ ata de registro de preço com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Nas Atas de Registro de Preço de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

9.4.3. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.5.

II - 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.6.

9.4.4. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da devida notificação pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

9.4.5. Caso a empresa não efetue o pagamento no prazo previsto nesta Ata de Registro de Preço, o valor da multa aplicada será:

I - descontado dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato/ ata de registro de preço ou de outros contratos administrativos/ ata de registro de preço que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;

II - descontado da garantia.

Parágrafo único. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria Geral do Município da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa.

9.5. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

I - dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Prazo - 6 meses.

II - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preço;

Prazo - 18 meses.

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Prazo - 3 meses.

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Prazo - 3 meses.

§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.

§2º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

9.6. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6.1. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:

I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Prazo – 36 meses.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 48 meses.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 48 meses.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 60 meses

§1º. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e sua aplicação é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas na cláusula 9.5., pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7. DOS PROCEDIMENTOS

9.7.1.Constatada a irregularidade, no âmbito da ata de registro de preço, deverá o gestor e fiscal do ata de registro de preço ou agente de contratação notificar o fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal.

9.7.2. Determinada a abertura de processo administrativo pela autoridade competente, o licitante ou contratado deverá ser notificado, por meio de Ofício, para que se manifeste sobre as ocorrências, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.7.3. Previamente à notificação, o servidor responsável pela instrução pode providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.

9.7.4. Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato, a notificação deverá ser realizada por meio de publicação no Diário Oficial.

9.7.5. Ao término da instrução deverá ser emitido parecer, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.

9.7.6. Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

9.8. DO RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

9.8.1. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.8.2. O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do cláusula **9.1.** deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do cláusula **9.1.** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

9.9.1. DAS AGRAVANTES

9.9.1.1. As sanções previstas nas cláusula **9.5.** e **9.6**. poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando a empresa detentora da ata de registro de preço:

I - não agir conforme a boa-fé, furtando-se a receber comunicações ou evitando minorar os danos da conduta lesiva;

II - causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.

9.9.2. DAS ATENUANTES

9.9.2.1. As sanções previstas na cláusula **9.5**. poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto na cláusula **9.9.1**., quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:

I - falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

II - apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;

III - apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV - apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.

9.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de valores/percentuais registrados não obriga a Administração a firmar as

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. O instrumento observará, no que couber, o disposto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nos caso de desequilíbrio econômico financeiro, será observado o disposto da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores/percentuais, as quantidades, os fornecedores registrados, os compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta Ata, encontram-se listados no Quadro "Resumo".

11.5. Ficam fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrições, o edital que regeu a licitação, da qual decorre esta ARP e a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais;

11.6. Aplica-se ao presente instrumento as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, sendo os casos omissos resolvidos na forma da lei consumerista;

11.7. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam preservados;

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Nazaré Paulista, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

Nazaré Paulista, 19 de setembro de 2.026

AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO	COMERCIAL JOAO AFONSO LTDA
Prefeita	CNPJ nº 53.437.315/0001-67

Testemunhas:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 190/2025 – **5ª Publicação**
MEMORANDO: 2330/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: FCF COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
OBJETO: Ata de Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para utilização no cardápio da Merenda Escolar com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação. Memorando nº 2330/2025 1Doc

No dia 04 de julho de 2025 compareceram de um lado MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.279.643/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua João de Passos, 555, bairro Centro, CEP nº. 12960-000, nesta cidade de Nazaré Paulista/SP, representada pela Prefeita, a Sr.ª AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO, inscrita no CPF sob o nº. 092.859.138-73, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e venceu item (ou itens):

RESUMO				
Item Cota LC147	17502 Lote	FCF COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ: 22.389.199/0001-24 Descrição do Lote		Valor Total
44	00000044	Lote 44 - COTA RESERVADA ME/EPP		4.500,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	95 003.006.619	GELEIA SABORES: FRUTAS VERMELHAS, MORANGO, UVA E GOIABA. INGREDIENTES: FRUTA e suco concentrado de maçã. Deve ser isento de glúten e lactose. Geléia deve ser adoçada com maçã, deve ser isento de açúcares, conservantes. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação do fabricante e informações nutricionais. Embalagem primária: Deverá ser embalado em pote de vidro com tampa metálica com peso de 900g a 1kg. Embalagem Secundária: caixa de papelão reforçada. Validade mínima: 08 meses a partir da data de fabricação FORNO VELHO GELEIA	KG 75,00	60 4.500,00
		Total do Proponente		**4.500,00**

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

especificados, regido pela Lei nº. 14.133/2021, bem como, pela Lei Complementar Municipal nº 70/2022, Decreto Municipal 3520/2022, Decreto Municipal 3800/2025, Decreto Municipal 3798/2025 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2025

PAGAMENTO: 30 (trinta) dias corridos

ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC

ÍNDICE DE CORREÇÃO: INPC

PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do Pedido de Compra. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

GESTOR:
Nome: Daniela Matias de Lima
Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 1296
E-mail: danielamzanoni@nazarepaulista.sp.gov.br

FISCAL:
Nome: Aline Queiros de Melo Santana
Cargo: Nutricionista
Matrícula: 2900
E-mail: linemelo.nutri@gmail.com

1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro do valor/percentual referente ao objeto da licitação descrito no Anexo I (Termo de Referência), cujas especificações técnicas, valores/percentuais, quantitativos e fornecedores foram definidas no procedimento licitatório.

2. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:
   2.1.1. Termo de Referência;
   2.1.2. O Edital de Licitação;
   2.1.3. A Proposta do Compromissário Fornecedor;
   2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga- se a:
   a) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
   b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;

c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de valores/percentuais registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades sob sua responsabilidade;

d) consultar o compromissário fornecedor quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente A.R.P.;

e) comunicar aos gestores de contrato dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

f) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores de contrato dos órgãos participantes; e,

g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

4. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, por si e através de seu gestor da A.R.P., obriga-se a:

a) tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

b) conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observadas as disposições da Lei Municipal 70/2022 e do Decreto Municipal nº 3520/2022, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo, quanto ao resultado dos referidos procedimentos;

c) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do compromissário fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores/percentuais a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

d) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo, quanto aos valores/percentuais praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

e) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

f) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.

5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

a) a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sansões previstas no art. 156 da lei nº 14.133/21 e no Edital;

b) cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia, condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

c) as irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo conforme consta no Anexo I (Termo de Referência), contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o valor/percentual inicialmente ofertado;

d) manter, durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 mês(es), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 84, da Lei 14.133/2021.

6.1.1. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de fornecimento para até trinta dias, a entrega poderá se dar além do prazo de vigência da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até aquele vencimento.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme estabelecido, atendendo ao que segue:

a) O valor/percentual de cada um dos objetos desta ATA será aquele constante do “Quadro Resumo";

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos;

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão;

e) O pagamento será efetuado após a comprovação do fornecimento do objeto e a devida apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, pela unidade requisitante, sem qualquer correção monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa.

e.1) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8. DO REAJUSTE

a) Os preços/percentuais inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência da Ata de Registro de Preço;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice , exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência de anuidade;

c) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo;

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

9. DAS PENALIDADES

9.1. As infrações cometidas nas Ata de Registro de Preço celebradas pelo Município de Nazaré Paulista ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora;

III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II desta cláusula.
§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:
I - a natureza e a gravidade da infração;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
VI - os antecedentes da licitante ou contratada.
Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito do Município de Nazaré Paulista - SP, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

9.3. DA ADVERTÊNCIA

9.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se demonstrar a imposição de penalidade mais grave.
I- Descumprimento de pequena relevância;
II- Inexecução parcial de obrigação contratual.
§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.
§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.4. DA MULTA

9.4.1. A penalidade de multa visa compensar todo e qualquer dano contratual, em decorrência de qualquer infração listada para as demais penalidades, e será aplicada nos seguintes percentuais:
I. 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor de todas as faturas correspondentes até período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;
a) Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.
II. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preço, na hipótese de inexecução total.
III. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preço, sujeitará a empresa detentora da ata de registro de preço à multa de mora, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.
§1º. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução da Ata de Registro de Preço;
III - interrupção da execução da Ata de Registro de Preço ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas na Ata de Registro de Preço, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;
V - impedimento de execução da Ata de Registro de Preço por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato/ ata de registro de preço, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão da Ata de registro de Preço.

§ 3º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ ata de registro de preço com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Nas Atas de Registro de Preço de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

9.4.3. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.5.
II - 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.6.

9.4.4. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da devida notificação pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

9.4.5. Caso a empresa não efetue o pagamento no prazo previsto nesta Ata de Registro de Preço, o valor da multa aplicada será:

I - descontado dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato/ ata de registro de preço ou de outros contratos administrativos/ ata de registro de preço que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;
II - descontado da garantia.

Parágrafo único. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria Geral do Município da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa.

9.5. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

I - dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Prazo - 6 meses.
II - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preço;
Prazo - 18 meses.
III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Prazo - 3 meses.
IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Prazo - 3 meses.
§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.
§2º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

9.6. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6.1. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:
I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Prazo – 36 meses.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 48 meses.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 48 meses.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 60 meses

§1º. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e sua aplicação é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas na cláusula 9.5., pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

9.7. DOS PROCEDIMENTOS

9.7.1.Constatada a irregularidade, no âmbito da ata de registro de preço, deverá o gestor e fiscal do ata de registro de preço ou agente de contratação notificar o fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal.

9.7.2. Determinada a abertura de processo administrativo pela autoridade competente, o licitante ou contratado deverá ser notificado, por meio de Ofício, para que se manifeste sobre as ocorrências, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.7.3. Previamente à notificação, o servidor responsável pela instrução pode providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.

9.7.4. Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato, a notificação deverá ser realizada por meio de publicação no Diário Oficial.

9.7.5. Ao término da instrução deverá ser emitido parecer, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.

9.7.6. Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

9.8. DO RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

9.8.1. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.8.2. O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do cláusula **9.1.** deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do cláusula **9.1.** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

9.9.1. DAS AGRAVANTES

9.9.1.1. As sanções previstas nas cláusula **9.5.** e **9.6**. poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando a empresa detentora da ata de registro de preço:

I - não agir conforme a boa-fé, furtando-se a receber comunicações ou evitando minorar os danos da conduta lesiva;

II - causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.

9.9.2. DAS ATENUANTES

9.9.2.1. As sanções previstas na cláusula **9.5**. poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto na cláusula **9.9.1**., quando não

tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:

I - falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

II - apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;

III - apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV - apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.

9.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de valores/percentuais registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. O instrumento observará, no que couber, o disposto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nos caso de desequilíbrio econômico financeiro, será observado o disposto da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores/percentuais, as quantidades, os fornecedores registrados, os compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta Ata, encontram-se listados no Quadro "Resumo".

11.5. Ficam fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrições, o edital que regeu a licitação, da qual decorre esta ARP e a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais;

11.6. Aplica-se ao presente instrumento as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, sendo os casos omissos resolvidos na forma da lei consumerista;

11.7. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam preservados;

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Nazaré Paulista, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

Nazaré Paulista, 19 de setembro de 2.026

AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO	FCF COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Prefeita	CNPJ nº 22.389.199/0001-24

Testemunhas:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 191/2025 – **5ª Publicação**
MEMORANDO: 2330/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: MAFURGEL COMERCIO LTDA
OBJETO: Ata de Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para utilização no cardápio da Merenda Escolar com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação. Memorando nº 2330/2025 1Doc

No dia 04 de julho de 2025 compareceram de um lado MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.279.643/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua João de Passos, 555, bairro Centro, CEP nº. 12960-000, nesta cidade de Nazaré Paulista/SP, representada pela Prefeita, a Sr.ª AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO, inscrita no CPF sob o nº. 092.859.138-73, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e venceu item (ou itens):

RESUMO				
Item Cota LC147	9500 Lote	MAFURGEL COMERCIO LTDA CNPJ: 00.420.387/0001-35 Descrição do Lote		Valor Total
21	00000021	Lote 21 - AMPLA DISPUTA		13.950,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	46 003.006.619	GELEIA SABORES: FRUTAS VERMELHAS, MORANGO, UVA E GOIABA. INGREDIENTES: FRUTA e suco concentrado de maçã. Deve ser isento de glúten e lactose. Geléia deve ser adoçada com maçã, deve ser isento de açúcares, conservantes. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação do fabricante e informações nutricionais. Embalagem primária: Deverá ser embalado em pote de vidro com tampa metálica com peso de 900g a 1kg. Embalagem Secundária: caixa de papelão reforçada. Validade mínima: 08 meses a partir da data de fabricação FORNO VELHO GELEIA	KG 77,50	180 13.950,00
		Total do Proponente		**13.950,00**

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

especificados, regido pela Lei nº. 14.133/2021, bem como, pela Lei Complementar Municipal nº 70/2022, Decreto Municipal 3520/2022, Decreto Municipal 3800/2025, Decreto Municipal 3798/2025 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2025

PAGAMENTO: 30 (trinta) dias corridos

ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC

ÍNDICE DE CORREÇÃO: INPC

PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do Pedido de Compra. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

GESTOR:
Nome: Daniela Matias de Lima
Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 1296
E-mail: danielamzanoni@nazarepaulista.sp.gov.br

FISCAL:
Nome: Aline Queiros de Melo Santana
Cargo: Nutricionista
Matrícula: 2900
E-mail: linemelo.nutri@gmail.com

1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro do valor/percentual referente ao objeto da licitação descrito no Anexo I (Termo de Referência), cujas especificações técnicas, valores/percentuais, quantitativos e fornecedores foram definidas no procedimento licitatório.

2. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:
   2.1.1. Termo de Referência;
   2.1.2. O Edital de Licitação;
   2.1.3. A Proposta do Compromissário Fornecedor;
   2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga- se a:
   a) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
   b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;

c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de valores/percentuais registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades sob sua responsabilidade;

d) consultar o compromissário fornecedor quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente A.R.P.;

e) comunicar aos gestores de contrato dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

f) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores de contrato dos órgãos participantes; e,

g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

4. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, por si e através de seu gestor da A.R.P., obriga-se a:

a) tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

b) conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observadas as disposições da Lei Municipal 70/2022 e do Decreto Municipal nº 3520/2022, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo, quanto ao resultado dos referidos procedimentos;

c) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do compromissário fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores/percentuais a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

d) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo, quanto aos valores/percentuais praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

e) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

f) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.

5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

a) a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sansões previstas no art. 156 da lei nº 14.133/21 e no Edital;

b) cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia, condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

c) as irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo conforme consta no Anexo I (Termo de Referência), contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o valor/percentual inicialmente ofertado;

d) manter, durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 mês(es), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 84, da Lei 14.133/2021.

6.1.1. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de fornecimento para até trinta dias, a entrega poderá se dar além do prazo de vigência da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até aquele vencimento.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme estabelecido, atendendo ao que segue:

a) O valor/percentual de cada um dos objetos desta ATA será aquele constante do “Quadro Resumo";

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos;

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão;

e) O pagamento será efetuado após a comprovação do fornecimento do objeto e a devida apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, pela unidade requisitante, sem qualquer correção monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa.

e.1) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8. DO REAJUSTE

a) Os preços/percentuais inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência da Ata de Registro de Preço;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice , exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência de anuidade;

c) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo;

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

9. DAS PENALIDADES

9.1. As infrações cometidas nas Ata de Registro de Preço celebradas pelo Município de Nazaré Paulista ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora;

III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II desta cláusula.
§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:
I - a natureza e a gravidade da infração;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
VI - os antecedentes da licitante ou contratada.
Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito do Município de Nazaré Paulista - SP, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

9.3. DA ADVERTÊNCIA

9.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se demonstrar a imposição de penalidade mais grave.
I- Descumprimento de pequena relevância;
II- Inexecução parcial de obrigação contratual.
§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.
§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.4. DA MULTA

9.4.1. A penalidade de multa visa compensar todo e qualquer dano contratual, em decorrência de qualquer infração listada para as demais penalidades, e será aplicada nos seguintes percentuais:
I. 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor de todas as faturas correspondentes até período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;
a) Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.
II. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preço, na hipótese de inexecução total.
III. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preço, sujeitará a empresa detentora da ata de registro de preço à multa de mora, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.
§1º. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução da Ata de Registro de Preço;
III - interrupção da execução da Ata de Registro de Preço ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas na Ata de Registro de Preço, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;
V - impedimento de execução da Ata de Registro de Preço por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato/ ata de registro de preço, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão da Ata de registro de Preço.

§ 3º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ ata de registro de preço com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Nas Atas de Registro de Preço de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

9.4.3. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.5.
II - 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.6.

9.4.4. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da devida notificação pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

9.4.5. Caso a empresa não efetue o pagamento no prazo previsto nesta Ata de Registro de Preço, o valor da multa aplicada será:

I - descontado dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato/ ata de registro de preço ou de outros contratos administrativos/ ata de registro de preço que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;
II - descontado da garantia.

Parágrafo único. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria Geral do Município da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa.

9.5. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

I - dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Prazo - 6 meses.
II - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preço;
Prazo - 18 meses.
III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Prazo - 3 meses.
IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Prazo - 3 meses.
§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.
§2º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

9.6. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6.1. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:
I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Prazo – 36 meses.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 48 meses.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 48 meses.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 60 meses

§1º. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e sua aplicação é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas na cláusula 9.5., pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

9.7. DOS PROCEDIMENTOS

9.7.1.Constatada a irregularidade, no âmbito da ata de registro de preço, deverá o gestor e fiscal do ata de registro de preço ou agente de contratação notificar o fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal.

9.7.2. Determinada a abertura de processo administrativo pela autoridade competente, o licitante ou contratado deverá ser notificado, por meio de Ofício, para que se manifeste sobre as ocorrências, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.7.3. Previamente à notificação, o servidor responsável pela instrução pode providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.

9.7.4. Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato, a notificação deverá ser realizada por meio de publicação no Diário Oficial.

9.7.5. Ao término da instrução deverá ser emitido parecer, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.

9.7.6. Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

9.8. DO RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

9.8.1. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.8.2. O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do cláusula **9.1.** deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do cláusula **9.1.** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

9.9.1. DAS AGRAVANTES

9.9.1.1. As sanções previstas nas cláusula **9.5.** e **9.6**. poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando a empresa detentora da ata de registro de preço:

I - não agir conforme a boa-fé, furtando-se a receber comunicações ou evitando minorar os danos da conduta lesiva;

II - causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.

9.9.2. DAS ATENUANTES

9.9.2.1. As sanções previstas na cláusula **9.5**. poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto na cláusula **9.9.1**., quando não

tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:

I - falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

II - apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;

III - apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV - apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.

9.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de valores/percentuais registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. O instrumento observará, no que couber, o disposto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nos caso de desequilíbrio econômico financeiro, será observado o disposto da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores/percentuais, as quantidades, os fornecedores registrados, os compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta Ata, encontram-se listados no Quadro "Resumo".

11.5. Ficam fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrições, o edital que regeu a licitação, da qual decorre esta ARP e a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais;

11.6. Aplica-se ao presente instrumento as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, sendo os casos omissos resolvidos na forma da lei consumerista;

11.7. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam preservados;

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Nazaré Paulista, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

Nazaré Paulista, 19 de setembro de 2.026

AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO	MAFURGEL COMERCIO LTDA
Prefeita	CNPJ nº 00.420.387/0001-35

Testemunhas:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 192/2025 – **5ª Publicação**
MEMORANDO: 2330/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: MARTINUCI COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL LTDA
OBJETO: Ata de Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para utilização no cardápio da Merenda Escolar com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação. Memorando nº 2330/2025 1Doc

No dia 04 de julho de 2025 compareceram de um lado MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.279.643/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua João de Passos, 555, bairro Centro, CEP nº. 12960-000, nesta cidade de Nazaré Paulista/SP, representada pela Prefeita, a Sr.ª AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO, inscrita no CPF sob o nº. 092.859.138-73, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e venceu item (ou itens):

RESUMO				
Item Cota LC147	16502 Lote	MARTINUCI COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AL CNPJ: 18.097.272/0001-17 Descrição do Lote		Valor Total
2	00000002	Lote 02 - AMPLA DISPUTA		4.572,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	2 003.006.377	ARROZ INTEGRAL LONGO FINO TIPO 1 EMBALAGEM 1 A 5KG. TIPO 1, LONGO, FINO, INTEGRAL, CONSTITUÍDO DE 90% DE GRÃOS INTEIROS. ISENTO DE MOFO, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, PROCEDÊNCIA NACIONAL A SER DE SAFRA CORRENTE, LIMPO, CARACTERÍSTICAS FÍSICAS, QUÍMICAS, BIOLÓGICAS E DA EMBALAGEM DEVEM OBEDECER À LEGISLAÇÃO VIGENTE. INGREDIENTES: ARROZ INTEGRAL TIPO 1. O PRODUTO DEVE SER NATURAL SEM ADIÇÃO DE ELEMENTOS QUÍMICOS (AGROTÓXICO). INFORMAÇÃO NUTRICIONAL: DEVERÁ CONTER PELO MENOS A DECLARAÇÃO SIMPLIFICADA DOS SEGUINTES ITENS: VALOR ENERGÉTICO, CARBOIDRATOS, PROTEÍNAS E FIBRA ALIMENTAR. O PRODUTO DEVE DECLARAR: MARCA,	KG 5,08	900 4.572,00

		PRAZO DE VALIDADE E PROCEDÊNCIA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO, CONTENDO 1 A 05(CINCO) KG, DEVIDAMENTE ROTULADO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE E REEMBALADOS EM FARDOS PLÁSTICO ATÓXICO CONTENDO 30 (TRINTA) KG(6X5)KG. VALIDADE MÍNIMA: 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CAMIL CONF. EDITAL		
13	00000013	Lote 13 - AMPLA DISPUTA		30.192,75
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	37 003.005.526	Fermento biológico fresco para panificação de 1ª qualidade, em pacotes de 500 gr. Fabricado a partir de matérias primas em perfeito estado sanitário, não deverá conter substâncias estranhas à sua composição, cheiro a mofo e sabor amargo. Ingredientes: Saccharomyces cerevisiae. Não Contém Glúten. Embalagem primária: 500g. Embalagem secundária: caixa de papelão c/25 und de 500g. Na embalagem deverá conter data de fabricação e validade. Validade mínima: 30 dias a partir da data de entrega. ITAIQUARA CONF. EDITAL	KG 74,55	405 30.192,75
34	00000034	Lote 34 - COTA RESERVADA ME/EPP		21.000,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	82 003.006.192	MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO PARAFUSO COM OVOS EMBALAGEM DE 500g a 1kg. Ingredientes: sêmela de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, poderá conter corantes naturais: urucum e cúrcuma. Informação Nutricional na porção de 80g: Deverá conter: 270 a 300 kcal, Carboidratos entre 55 e 60g, proteínas mínimo de 8g, gorduras totais 1 a 2g, gorduras saturadas máximo 0,5g, gordura trans 0g, fibra mínimo 2g, sódio máximo 10 mg. Embalagem primária: sacos de polietileno atóxico, contendo 500g a 1kg. Validade mínima: 01 ano a partir da data de fabricação. LIANE CONF. EDITAL	KG 5,2758	1600 8.441,28
	83 003.006.120	MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS E VEGETAIS TRICOLOR TIPO PENNE 500g a 1 kg. Ingredientes: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, espinafre e ou tomate desidratados e ou beterraba e ou cenoura, poderá, conter corantes naturais urucum e cúrcuma e ovos. Informação Nutricional na porção de 100g: Deverá conter: 250 a 380 kcal, Carboidratos entre 50 e 75g, gorduras saturadas até 0,5 g, gordura trans 0g proteínas mínimo de 8g. Embalagem primária: sacos de polietileno atóxico, com conteúdo500 (quinhentos) gramas a 1 kg. Validade mínima: de 01 (um) ano a partir da data de fabricação. LIANE CONF. EDITAL	KG 9,3131	1200 11.175,72
	84 003.006.395	MACARRÃO COM OVOS TIPO AVE MARIA. MASSA ALIMENTÍCIA; FORMATO AVE MARIA; massa seca; transportada e conservada a temperatura ambiente; composta de sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido	KG 4,61	300 1.383,00

		fólico, ovos, corantes naturais urucum e cúrcuma; embalagem primaria plástica hermeticamente fechada contendo 500 gramas; embalagem secundária fardo com 10 kg. Validade mínima: de 01 (um) ano a partir da data de fabricação LIANE CONF. EDITAL		
36	00000036	Lote 36 - COTA RESERVADA ME/EPP		10.064,25
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	86 003.005.526	Fermento biológico fresco para panificação de 1ª qualidade, em pacotes de 500 gr. Fabricado a partir de matérias primas em perfeito estado sanitário, não deverá conter substâncias estranhas à sua composição, cheiro a mofo e sabor amargo. Ingredientes: Saccharomyces cerevisiae. Não Contém Glúten. Embalagem primária: 500g. Embalagem secundária: caixa de papelão c/25 und de 500g. Na embalagem deverá conter data de fabricação e validade. Validade mínima: 30 dias a partir da data de entrega. ITAIQUARA CONF. EDITAL	KG 74,55	135 10.064,25
43	00000043	Lote 43 - COTA RESERVADA ME/EPP		29.970,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	94 003.006.618	MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM SAL. Especificação: Creme pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. É o produto gorduroso obtido exclusivamente pela bateção e malaxagem, com ou sem modificação biológica de creme pasteurizado derivado exclusivamente do leite de vaca. A matéria gorda da manteiga deverá estar composta exclusivamente de gordura láctea. Não deverá conter: gordura vegetal hidrogenada, corantes e aromatizantes artificiais. Consistência sólida, pastosa à temperatura de 20°C, textura lisa e uniforme, sem manchas ou pontos de coloração, sabor suave, característico, sem odor e sabor estranho. EMBALAGEM PRIMARIA 500g HERMETICAMENTE FECHADA, ACONDICONADA EM CAIXA DE PAPELAO REFORCADO, TRANSPORTADA E CONSERVADA EM TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 10°C. Validade mínima: superior a 03 meses. Apresentar registro do produto/ estabelecimento no MAPA/SIF/SISP/SIM conforme legislação vigente. SABOR DA NATA CONF. EDITAL	KG 39,96	750 29.970,00
		Total do Proponente		**95.799,00**

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei nº. 14.133/2021, bem como, pela Lei Complementar Municipal nº 70/2022, Decreto Municipal 3520/2022, Decreto Municipal 3800/2025, Decreto Municipal 3798/2025 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2025

PAGAMENTO: 30 (trinta) dias corridos

ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC

ÍNDICE DE CORREÇÃO: INPC

PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do Pedido de Compra. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

GESTOR:
Nome: Daniela Matias de Lima
Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 1296
E-mail: danielamzanoni@nazarepaulista.sp.gov.br

FISCAL:
Nome: Aline Queiros de Melo Santana
Cargo: Nutricionista
Matrícula: 2900
E-mail: linemelo.nutri@gmail.com

1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro do valor/percentual referente ao objeto da licitação descrito no Anexo I (Termo de Referência), cujas especificações técnicas, valores/percentuais, quantitativos e fornecedores foram definidas no procedimento licitatório.

2. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:
   2.1.1. Termo de Referência;
   2.1.2. O Edital de Licitação;
   2.1.3. A Proposta do Compromissário Fornecedor;
   2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga- se a:
   a) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
   b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;
   c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de valores/percentuais registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades sob sua responsabilidade;

d) consultar o compromissário fornecedor quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente A.R.P.;

e) comunicar aos gestores de contrato dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

f) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores de contrato dos órgãos participantes; e,

g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

4. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, por si e através de seu gestor da A.R.P., obriga-se a:

a) tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

b) conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observadas as disposições da Lei Municipal 70/2022 e do Decreto Municipal nº 3520/2022, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo, quanto ao resultado dos referidos procedimentos;

c) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do compromissário fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores/percentuais a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

d) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo, quanto aos valores/percentuais praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

e) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

f) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.

5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

a) a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sansões previstas no art. 156 da lei nº 14.133/21 e no Edital;

b) cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia, condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

c) as irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo conforme consta no Anexo I (Termo de Referência), contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o valor/percentual inicialmente ofertado;

d) manter, durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 mês(es), podendo ser

prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 84, da Lei 14.133/2021.

6.1.1. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de fornecimento para até trinta dias, a entrega poderá se dar além do prazo de vigência da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até aquele vencimento.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme estabelecido, atendendo ao que segue:

a) O valor/percentual de cada um dos objetos desta ATA será aquele constante do “Quadro Resumo";

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos;

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão;

e) O pagamento será efetuado após a comprovação do fornecimento do objeto e a devida apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, pela unidade requisitante, sem qualquer correção monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa.

e.1) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8. DO REAJUSTE

a) Os preços/percentuais inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência da Ata de Registro de Preço;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice , exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência de anuidade;

c) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo;

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

9. DAS PENALIDADES

9.1. As infrações cometidas nas Ata de Registro de Preço celebradas pelo Município de Nazaré Paulista ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a

prevista no inciso II desta cláusula.

§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I - a natureza e a gravidade da infração;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI - os antecedentes da licitante ou contratada.

Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito do Município de Nazaré Paulista - SP, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

9.3. DA ADVERTÊNCIA

9.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se demonstrar a imposição de penalidade mais grave.

I- Descumprimento de pequena relevância;

II- Inexecução parcial de obrigação contratual.

§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.

§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.4. DA MULTA

9.4.1. A penalidade de multa visa compensar todo e qualquer dano contratual, em decorrência de qualquer infração listada para as demais penalidades, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I. 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor de todas as faturas correspondentes até período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;

a) Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

II. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preço, na hipótese de inexecução total.

III. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preço, sujeitará a empresa detentora da ata de registro de preço à multa de mora, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

§1º. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução da Ata de Registro de Preço;

III - interrupção da execução da Ata de Registro de Preço ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas na Ata de Registro de Preço, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;
V - impedimento de execução da Ata de Registro de Preço por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato/ ata de registro de preço, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
§ 2º. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão da Ata de registro de Preço.
§ 3º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ ata de registro de preço com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Nas Atas de Registro de Preço de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

9.4.3. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.5.
II - 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.6.

9.4.4. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da devida notificação pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

9.4.5. Caso a empresa não efetue o pagamento no prazo previsto nesta Ata de Registro de Preço, o valor da multa aplicada será:

I - descontado dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato/ ata de registro de preço ou de outros contratos administrativos/ ata de registro de preço que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;
II - descontado da garantia.
Parágrafo único. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria Geral do Município da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa.

9.5. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

I - dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Prazo - 6 meses.
II - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preço;
Prazo - 18 meses.

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Prazo - 3 meses.
IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Prazo - 3 meses.
§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.
§2º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

9.6. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6.1. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:
I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Prazo – 36 meses.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 48 meses.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 48 meses.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 60 meses

§1º. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e sua aplicação é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas na cláusula 9.5., pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7. DOS PROCEDIMENTOS

9.7.1.Constatada a irregularidade, no âmbito da ata de registro de preço, deverá o gestor e fiscal do ata de registro de preço ou agente de contratação notificar o

fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal.

9.7.2. Determinada a abertura de processo administrativo pela autoridade competente, o licitante ou contratado deverá ser notificado, por meio de Ofício, para que se manifeste sobre as ocorrências, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.7.3. Previamente à notificação, o servidor responsável pela instrução pode providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.

9.7.4. Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato, a notificação deverá ser realizada por meio de publicação no Diário Oficial.

9.7.5. Ao término da instrução deverá ser emitido parecer, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.

9.7.6. Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

9.8. DO RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

9.8.1. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.8.2. O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do cláusula **9.1.** deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do cláusula **9.1.** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

9.9.1. DAS AGRAVANTES

9.9.1.1. As sanções previstas nas cláusula **9.5.** e **9.6**. poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando a empresa detentora da ata de registro de preço:

I - não agir conforme a boa-fé, furtando-se a receber comunicações ou evitando minorar os danos da conduta lesiva;

II - causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.

9.9.2. DAS ATENUANTES

9.9.2.1. As sanções previstas na cláusula **9.5**. poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto na cláusula **9.9.1**., quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:

I - falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

II - apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;
III - apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;
IV - apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.

9.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de valores/percentuais registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. O instrumento observará, no que couber, o disposto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nos caso de desequilíbrio econômico financeiro, será observado o disposto da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores/percentuais, as quantidades, os fornecedores registrados, os compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta Ata, encontram-se listados no Quadro "Resumo".

11.5. Ficam fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrições, o edital que regeu a licitação, da qual decorre esta ARP e a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais;

11.6. Aplica-se ao presente instrumento as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, sendo os casos omissos resolvidos na forma da lei consumerista;

11.7. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam preservados;

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Nazaré Paulista, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

Nazaré Paulista, 19 de setembro de 2.026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO	MARTINUCI COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL LTDA
Prefeita	CNPJ nº 18.097.272/0001-17

Testemunhas:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 193/2025 – **5ª Publicação**
MEMORANDO: 2330/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
OBJETO: Ata de Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para utilização no cardápio da Merenda Escolar com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação. Memorando nº 2330/2025 1Doc

No dia 04 de julho de 2025 compareceram de um lado MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.279.643/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua João de Passos, 555, bairro Centro, CEP nº. 12960-000, nesta cidade de Nazaré Paulista/SP, representada pela Prefeita, a Sr.ª AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO, inscrita no CPF sob o nº. 092.859.138-73, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e venceu item (ou itens):

RESUMO				
Item Cota LC147	4591 Lote	NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ: 08.528.442/0001-17 Descrição do Lote		Valor Total
10	00000010	Lote 10 - AMPLA DISPUTA		
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	30 003.005.520	AMENDOIM, TIPO 1, SEMENTE COM CASCA AVERMELHADA, PCTE DE 400G A 500G. Ingredientes: Amendoim cru. Não apresentar umidade, misturas inadequada, presença de impurezas, odor desagradável e/ou peso insatisfatório. Deverá estar acondicionado em plásticos atóxicos. Embalagem Primária: Plástica atóxica de 400 a 500 gramas, Embalagem Secundária: Fardos lacrados e resistentes com 6 quilos. Validade mínima: 11 meses a partir da data de entrega. SIAMAR NACIONAL	KG 13,80	450 6.210,00
	31 003.005.531	MILHO BRANCO PARA CANJICA, TIPO 1,EMBALAGEM 400 A 500 GR. Ingredientes: Canjica de milho. SEM GLÚTEN. Informação Nutricional: Na porção de 50g, conter: valor energético de 170 a 185 kcal, carboidratos entre 30 a 45g, proteínas mínimas 2,5g, gorduras totais 0g, fibra alimentar 1 até 3g, sódio 0g. Embalagem primária: saco plástico atóxico, transparente, resistente, termossoldado, contendo 400 a 500 gramas, devidamente	KG 7,81	270 2.108,70

		rotulado conforme legislação vigente, e reembalado em fardo plástico atóxico contendo 10 (dez) kg. Validade mínima: 11 meses a partir da data de entrega. SIAMAR NACIONAL		
	32 003.006.123	MILHO PARA PIPOCA. CONSTITUÍDA DE MILHO PIPOCA QUE CONTENHA no mínimo 95% (noventa e cinco por cento), em peso, de grãos amarelos, amarelo pálido ou amarelo alaranjado. De primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades e outras misturas de espécies. Será desclassificado o milho pipoca que apresentar mau estado de conservação, incluindo aspecto generalizado de mofo ou fermentação; presença de sementes tratadas ou sementes tóxicas; odor estranho, impróprio ao produto, que inviabilize a sua utilização para o uso limites de tolerâncias acima do estabelecido para os defeitos mofados e ardidos, total de avariados, quebrados, insetos mortos, total de matérias estranhas e impurezas e carunchados previsto na Instrução Normativa Nº 61, de dezembro/2011. Embalagem Primária: Contendo 400 a 500 gramas, em sacos plásticos atóxicos, transparentes, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Embalagem secundária: Acondicionados em fardos lacrados de até 10 quilos. Ainda, deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Validade mínima: 06 meses a partir da data de entrega. SIAMAR NACIONAL	KG 6,90	360
16	00000016	Lote 16 - AMPLA DISPUTA		8.478,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	40 003.006.615	MILHO VERDE EM CONSERVA 170G DE PESO DRENADO Produto composto de grãos de milho verde imersos ou não em líquido de cobertura apropriado. Embalagem: Lata de folha de flandres envernizada interna e externamente contendo 170g de peso drenado, reembalada em caixa de papelão. Validade mínima de 12 meses. BONARE NACIONAL	LTA 2,47	1800 4.446,00
	41 003.006.616	ERVILHA EM CONSERVA 170G DE PESO DRENADO Produto composto de grãos de ervilha imersos ou não em líquido de cobertura apropriado. Embalagem: Lata de folha de flandres envernizada interna e externamente contendo 170g de peso drenado, reembalada em caixa de papelão. Validade mínima de 12 meses. BONARE NACIONAL	LTA 2,24	1800 4.032,00
17	00000017	Lote 17 - AMPLA DISPUTA		35.190,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	42 003.006.617	SUCO DE UVA INTEGRAL DE 180 A 200 ML Suco de uva integral obtido da parte comestível da uva sem adição de açúcares, na sua concentração natural, de cor, aroma e	UN 2,9325	12000 35.190,00

		sabor característico. Deverá ser submetido a tratamento tecnológico, térmico, que assegure a sua apresentação e conservação até o momento do consumo. Deverá ser envasado assepticamente em embalagem hermética que não permita a passagem de ar e luz, sem a necessidade de refrigeração. Não poderão conter substâncias estranhas à fruta de origem. Deverá conter 100% suco de uva. Embalagem primária: tetra pack composta por multicamadas ou plástica com selo BPA FREE de 180 a 200 ml. Embalagem Secundária: caixa de papelão reforçada Validade: de 10 meses a partir da data de fabricação. JUQ NACIONAL		
18	00000018	Lote 18 - AMPLA DISPUTA		49.320,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	43 003.006.116	PRÉ-MISTURA PARA PÃO FRANCÊS PREMIUM EMBALAGEM 25 KG. Mistura pronta para pão francês de qualidade superior embalagem com 25 Kg. Embalagem primária: A mistura deverá ser embalada em saco próprio contendo 25 kg do produto, ser de indústria nacional, Validade mínima: 3 meses a partir da data de fabricação. A entrega não deverá ser superior a 15 dias da data de fabricação. TIA OFELIA NACIONAL	KG 2,74	18000 49.320,00
20	00000020	Lote 20 - AMPLA DISPUTA		
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	45 003.006.618	MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM SAL. Especificação: Creme pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. É o produto gorduroso obtido exclusivamente pela bateção e malaxagem, com ou sem modificação biológica de creme pasteurizado derivado exclusivamente do leite de vaca. A matéria gorda da manteiga deverá estar composta exclusivamente de gordura láctea. Não deverá conter: gordura vegetal hidrogenada, corantes e aromatizantes artificiais. Consistência sólida, pastosa à temperatura de 20°C, textura lisa e uniforme, sem manchas ou pontos de coloração, sabor suave, característico, sem odor e sabor estranho. EMBALAGEM PRIMARIA 500g HERMETICAMENTE FECHADA, ACONDICONADA EM CAIXA DE PAPELAO REFORCADO, TRANSPORTADA E CONSERVADA EM TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 10°C. Validade mínima: superior a 03 meses. Apresentar registro do produto/ estabelecimento no MAPA/SIF/SISP/SIM conforme legislação vigente. KREMOSO NACIONAL	KG 43,61	2250

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei nº. 14.133/2021, bem como, pela Lei Complementar Municipal nº 70/2022, Decreto Municipal 3520/2022, Decreto Municipal 3800/2025, Decreto Municipal 3798/2025 e

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2025

PAGAMENTO: 30 (trinta) dias corridos

ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC

ÍNDICE DE CORREÇÃO: INPC

PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do Pedido de Compra. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

GESTOR:
Nome: Daniela Matias de Lima
Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 1296
E-mail: danielamzanoni@nazarepaulista.sp.gov.br

FISCAL:
Nome: Aline Queiros de Melo Santana
Cargo: Nutricionista
Matrícula: 2900
E-mail: linemelo.nutri@gmail.com

1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro do valor/percentual referente ao objeto da licitação descrito no Anexo I (Termo de Referência), cujas especificações técnicas, valores/percentuais, quantitativos e fornecedores foram definidas no procedimento licitatório.

2. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:
   2.1.1. Termo de Referência;
   2.1.2. O Edital de Licitação;
   2.1.3. A Proposta do Compromissário Fornecedor;
   2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga- se a:
   a) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
   b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;
   c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de valores/percentuais registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades

sob sua responsabilidade;

d) consultar o compromissário fornecedor quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente A.R.P.;

e) comunicar aos gestores de contrato dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

f) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores de contrato dos órgãos participantes; e,

g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

4. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, por si e através de seu gestor da A.R.P., obriga-se a:

a) tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

b) conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observadas as disposições da Lei Municipal 70/2022 e do Decreto Municipal nº 3520/2022, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo, quanto ao resultado dos referidos procedimentos;

c) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do compromissário fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores/percentuais a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

d) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo, quanto aos valores/percentuais praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

e) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

f) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.

5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

a) a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sansões previstas no art. 156 da lei nº 14.133/21 e no Edital;

b) cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia, condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

c) as irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo conforme consta no Anexo I (Termo de Referência), contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o valor/percentual inicialmente ofertado;

d) manter, durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 mês(es), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 84, da Lei 14.133/2021.

6.1.1. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de fornecimento para até trinta dias, a entrega poderá se dar além do prazo de vigência da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até aquele vencimento.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme estabelecido, atendendo ao que segue:

a) O valor/percentual de cada um dos objetos desta ATA será aquele constante do “Quadro Resumo";

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos;

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão;

e) O pagamento será efetuado após a comprovação do fornecimento do objeto e a devida apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, pela unidade requisitante, sem qualquer correção monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa.

e.1) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8. DO REAJUSTE

a) Os preços/percentuais inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência da Ata de Registro de Preço;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice , exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência de anuidade;

c) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo;

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

9. DAS PENALIDADES

9.1. As infrações cometidas nas Ata de Registro de Preço celebradas pelo Município de Nazaré Paulista ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II desta cláusula.

§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I - a natureza e a gravidade da infração;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI - os antecedentes da licitante ou contratada.

Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito do Município de Nazaré Paulista - SP, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

9.3. DA ADVERTÊNCIA

9.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se demonstrar a imposição de penalidade mais grave.

I- Descumprimento de pequena relevância;

II- Inexecução parcial de obrigação contratual.

§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.

§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.4. DA MULTA

9.4.1. A penalidade de multa visa compensar todo e qualquer dano contratual, em decorrência de qualquer infração listada para as demais penalidades, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I. 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor de todas as faturas correspondentes até período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;

a) Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

II. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preço, na hipótese de inexecução total.

III. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preço, sujeitará a empresa detentora da ata de registro de preço à multa de mora, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

§1º. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes,

que altere fundamentalmente as condições de execução da Ata de Registro de Preço;
III - interrupção da execução da Ata de Registro de Preço ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas na Ata de Registro de Preço, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;
V - impedimento de execução da Ata de Registro de Preço por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato/ ata de registro de preço, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
§ 2º. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão da Ata de registro de Preço.
§ 3º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ ata de registro de preço com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Nas Atas de Registro de Preço de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

9.4.3. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.5.
II - 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.6.

9.4.4. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da devida notificação pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

9.4.5. Caso a empresa não efetue o pagamento no prazo previsto nesta Ata de Registro de Preço, o valor da multa aplicada será:

I - descontado dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato/ ata de registro de preço ou de outros contratos administrativos/ ata de registro de preço que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;
II - descontado da garantia.
Parágrafo único. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria Geral do Município da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa.

9.5. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

I - dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Prazo - 6 meses.
II - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preço;

Prazo - 18 meses.
III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Prazo - 3 meses.
IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Prazo - 3 meses.
§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.
§2º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

9.6. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6.1. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:
I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Prazo – 36 meses.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 48 meses.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 48 meses.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 60 meses

§1º. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e sua aplicação é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas na cláusula 9.5., pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7. DOS PROCEDIMENTOS

9.7.1.Constatada a irregularidade, no âmbito da ata de registro de preço, deverá o

gestor e fiscal do ata de registro de preço ou agente de contratação notificar o fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal.

9.7.2. Determinada a abertura de processo administrativo pela autoridade competente, o licitante ou contratado deverá ser notificado, por meio de Ofício, para que se manifeste sobre as ocorrências, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.7.3. Previamente à notificação, o servidor responsável pela instrução pode providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.

9.7.4. Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato, a notificação deverá ser realizada por meio de publicação no Diário Oficial.

9.7.5. Ao término da instrução deverá ser emitido parecer, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.

9.7.6. Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

9.8. DO RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

9.8.1. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.8.2. O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do cláusula **9.1.** deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do cláusula **9.1.** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

9.9.1. DAS AGRAVANTES

9.9.1.1. As sanções previstas nas cláusula **9.5.** e **9.6**. poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando a empresa detentora da ata de registro de preço:

I - não agir conforme a boa-fé, furtando-se a receber comunicações ou evitando minorar os danos da conduta lesiva;

II - causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.

9.9.2. DAS ATENUANTES

9.9.2.1. As sanções previstas na cláusula **9.5**. poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto na cláusula **9.9.1**., quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:

I - falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente

comprovada;
II - apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;
III - apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;
IV - apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.

9.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de valores/percentuais registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. O instrumento observará, no que couber, o disposto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nos caso de desequilíbrio econômico financeiro, será observado o disposto da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores/percentuais, as quantidades, os fornecedores registrados, os compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta Ata, encontram-se listados no Quadro "Resumo".

11.5. Ficam fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrições, o edital que regeu a licitação, da qual decorre esta ARP e a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais;

11.6. Aplica-se ao presente instrumento as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, sendo os casos omissos resolvidos na forma da lei consumerista;

11.7. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam preservados;

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Nazaré Paulista, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

Nazaré Paulista, 19 de setembro de 2.026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO
Prefeita

NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 08.528.442/0001-17

Testemunhas:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 194/2025 – **5ª Publicação**
MEMORANDO: 2330/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: OSIRIS ALIMENTOS E COMERCIO LTDA
OBJETO: Ata de Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para utilização no cardápio da Merenda Escolar com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação. Memorando nº 2330/2025 1Doc

No dia 04 de julho de 2025 compareceram de um lado MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.279.643/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua João de Passos, 555, bairro Centro, CEP nº. 12960-000, nesta cidade de Nazaré Paulista/SP, representada pela Prefeita, a Sr.ª AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO, inscrita no CPF sob o nº. 092.859.138-73, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e venceu item (ou itens):

RESUMO				
Item Cota LC147	17499 Lote	OSIRIS ALIMENTOS E COMERCIO LTDA CNPJ: 56.073.089/0001-70 Descrição do Lote		Valor Total
14	00000014	Lote 14 - AMPLA DISPUTA		208.728,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	38 003.006.613	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL EMBALAGEM 500G A 2KG.Cacau em pó 100% lecitinado enriquecido com vitaminas e minerais. Ingredientes: cacau em pó alcalino (100%), emulsificante (lecitina de soja) e vitaminas e minerais. O produto não poderá conter glúten, gordura vegetal hidrogenada, corantes artificiais e aromatizantes artificiais. O produto deverá ser preparado com ingredientes sãos e limpos de primeira qualidade, fácil preparo por dissolução em leite integral. Informação nutricional na porção de 100g: Valor energético máximo 401 kcal, Proteína mínimo de 10g, gorduras totais máximo de 12g e Carboidrato máximo de 80g, sódio máximo 60 mg e no mínimo 10 vitaminas e minerais. O rendimento do produto deve ser de no mínimo 50 porções de 200 ml por kg. O produto deverá ser obtido, processado, embalado, armazenado, transportado e conservado em condições	KG 28,99	7200 208.728,00

		que não produzam, desenvolvam e ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Deverá ser elaborado de acordo com o Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/industrializadores de Alimentos. Embalagem primária: deverá ser embalado em saco de 500g a 2kg em polietileno leitoso flexível ou metalizado, atóxico e resistente, fechado hermeticamente de maneira a garantir a qualidade do produto durante todo o seu prazo de validade, hermeticamente fechada, devidamente rotulada conforme legislação vigente e reembalados em caixa de papelão ondulado, reforçado, fechada com fita plástica adesiva. Validade mínima: 11 meses a contar da entrega. Suas condições deverão estar de acordo com NTA-82 (Decreto 12.486, de 20/10/78) Pro-Cooking Nacional		
37	00000037	Lote 37 - COTA RESERVADA ME/EPP		69.576,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	87 003.006.613	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL EMBALAGEM 500G A 2KG. Cacau em pó 100% lecitinado enriquecido com vitaminas e minerais. Ingredientes: cacau em pó alcalino (100%), emulsificante (lecitina de soja) e vitaminas e minerais. O produto não poderá conter glúten, gordura vegetal hidrogenada, corantes artificiais e aromatizantes artificiais. O produto deverá ser preparado com ingredientes sãos e limpos de primeira qualidade, fácil preparo por dissolução em leite integral. Informação nutricional na porção de 100g: Valor energético máximo 401 kcal, Proteína mínimo de 10g, gorduras totais máximo de 12g e Carboidrato máximo de 80g, sódio máximo 60 mg e no mínimo 10 vitaminas e minerais. O rendimento do produto deve ser de no mínimo 50 porções de 200 ml por kg. O produto deverá ser obtido, processado, embalado, armazenado, transportado e conservado em condições que não produzam, desenvolvam e ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Deverá ser elaborado de acordo com o Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/industrializadores de Alimentos. Embalagem primária: deverá ser embalado em saco de 500g a 2kg em polietileno leitoso flexível ou metalizado, atóxico e resistente, fechado hermeticamente de maneira a garantir a qualidade do produto durante todo o seu prazo de validade, hermeticamente fechada, devidamente rotulada conforme legislação vigente e reembalados em caixa de papelão ondulado, reforçado, fechada com fita plástica adesiva. Validade mínima: 11 meses a contar da entrega. Suas condições deverão estar de acordo com NTA-82 (Decreto 12.486, de 20/10/78) Pro-	KG 28,99	2400 69.576,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

		Cooking Nacional		
		Total do Proponente		**278.304,00**

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei nº. 14.133/2021, bem como, pela Lei Complementar Municipal nº 70/2022, Decreto Municipal 3520/2022, Decreto Municipal 3800/2025, Decreto Municipal 3798/2025 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2025

PAGAMENTO: 30 (trinta) dias corridos

ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC

ÍNDICE DE CORREÇÃO: INPC

PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do Pedido de Compra. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

GESTOR:
Nome: Daniela Matias de Lima
Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 1296
E-mail: danielamzanoni@nazarepaulista.sp.gov.br

FISCAL:
Nome: Aline Queiros de Melo Santana
Cargo: Nutricionista
Matrícula: 2900
E-mail: linemelo.nutri@gmail.com

1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro do valor/percentual referente ao objeto da licitação descrito no Anexo I (Termo de Referência), cujas especificações técnicas, valores/percentuais, quantitativos e fornecedores foram definidas no procedimento licitatório.

2. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:
   2.1.1. Termo de Referência;
   2.1.2. O Edital de Licitação;
   2.1.3. A Proposta do Compromissário Fornecedor;
   2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga- se a:

a) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;

c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de valores/percentuais registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades sob sua responsabilidade;

d) consultar o compromissário fornecedor quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente A.R.P.;

e) comunicar aos gestores de contrato dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

f) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores de contrato dos órgãos participantes; e,

g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

4. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, por si e através de seu gestor da A.R.P., obriga-se a:

a) tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

b) conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observadas as disposições da Lei Municipal 70/2022 e do Decreto Municipal nº 3520/2022, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo, quanto ao resultado dos referidos procedimentos;

c) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do compromissário fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores/percentuais a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

d) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo, quanto aos valores/percentuais praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

e) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

f) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.

5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

a) a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sansões previstas no art. 156 da lei nº 14.133/21 e no Edital;

b) cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia,

condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

c) as irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo conforme consta no Anexo I (Termo de Referência), contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o valor/percentual inicialmente ofertado;

d) manter, durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 mês(es), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 84, da Lei 14.133/2021.

6.1.1. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de fornecimento para até trinta dias, a entrega poderá se dar além do prazo de vigência da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até aquele vencimento.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme estabelecido, atendendo ao que segue:

a) O valor/percentual de cada um dos objetos desta ATA será aquele constante do “Quadro Resumo";

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos;

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão;

e) O pagamento será efetuado após a comprovação do fornecimento do objeto e a devida apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, pela unidade requisitante, sem qualquer correção monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa.

e.1) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8. DO REAJUSTE

a) Os preços/percentuais inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência da Ata de Registro de Preço;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice , exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência de anuidade;

c) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo;

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

9. DAS PENALIDADES

9.1. As infrações cometidas nas Ata de Registro de Preço celebradas pelo Município de

Nazaré Paulista ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II desta cláusula.

§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I - a natureza e a gravidade da infração;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI - os antecedentes da licitante ou contratada.

Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito do Município de Nazaré Paulista - SP, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

9.3. DA ADVERTÊNCIA

9.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se demonstrar a imposição de penalidade mais grave.

I- Descumprimento de pequena relevância;

II- Inexecução parcial de obrigação contratual.

§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.

§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.4. DA MULTA

9.4.1. A penalidade de multa visa compensar todo e qualquer dano contratual, em decorrência de qualquer infração listada para as demais penalidades, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I. 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor de todas as faturas correspondentes até período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;

a) Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

II. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preço, na hipótese de inexecução total.

III. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preço, sujeitará a empresa detentora da ata de registro de preço à multa de mora, e corresponderá ao percentual

de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

§1º. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução da Ata de Registro de Preço;

III - interrupção da execução da Ata de Registro de Preço ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas na Ata de Registro de Preço, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;

V - impedimento de execução da Ata de Registro de Preço por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato/ ata de registro de preço, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão da Ata de registro de Preço.

§ 3º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ ata de registro de preço com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Nas Atas de Registro de Preço de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

9.4.3. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.5.

II - 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.6.

9.4.4. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da devida notificação pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

9.4.5. Caso a empresa não efetue o pagamento no prazo previsto nesta Ata de Registro de Preço, o valor da multa aplicada será:

I - descontado dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato/ ata de registro de preço ou de outros contratos administrativos/ ata de registro de preço que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;

II - descontado da garantia.

Parágrafo único. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria Geral do Município da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

9.5. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

I - dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Prazo - 6 meses.

II - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preço;

Prazo - 18 meses.

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Prazo - 3 meses.

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Prazo - 3 meses.

§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.

§2º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

9.6. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6.1. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:

I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Prazo – 36 meses.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 48 meses.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 48 meses.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 60 meses

§1º. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e sua aplicação é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas

infrações previstas na cláusula 9.5., pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7. DOS PROCEDIMENTOS

9.7.1.Constatada a irregularidade, no âmbito da ata de registro de preço, deverá o gestor e fiscal do ata de registro de preço ou agente de contratação notificar o fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal.

9.7.2. Determinada a abertura de processo administrativo pela autoridade competente, o licitante ou contratado deverá ser notificado, por meio de Ofício, para que se manifeste sobre as ocorrências, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.7.3. Previamente à notificação, o servidor responsável pela instrução pode providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.

9.7.4. Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato, a notificação deverá ser realizada por meio de publicação no Diário Oficial.

9.7.5. Ao término da instrução deverá ser emitido parecer, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.

9.7.6. Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

9.8. DO RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

9.8.1. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.8.2. O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do cláusula **9.1.** deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do cláusula **9.1.** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

9.9.1. DAS AGRAVANTES

9.9.1.1. As sanções previstas nas cláusula **9.5.** e **9.6**. poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando a empresa detentora da ata de registro de preço:

I - não agir conforme a boa-fé, furtando-se a receber comunicações ou evitando

minorar os danos da conduta lesiva;

II - causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.

9.9.2. DAS ATENUANTES

9.9.2.1. As sanções previstas na cláusula **9.5**. poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto na cláusula **9.9.1**., quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:

I - falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

II - apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;

III - apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV - apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.

9.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de valores/percentuais registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. O instrumento observará, no que couber, o disposto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nos caso de desequilíbrio econômico financeiro, será observado o disposto da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores/percentuais, as quantidades, os fornecedores registrados, os compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta Ata, encontram-se listados no Quadro "Resumo".

11.5. Ficam fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrições, o edital que regeu a licitação, da qual decorre esta ARP e a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais;

11.6. Aplica-se ao presente instrumento as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, sendo os casos omissos resolvidos na forma da lei consumerista;

11.7. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam

preservados;

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Nazaré Paulista, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

Nazaré Paulista, 19 de setembro de 2.026

_____	_____
AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO	OSIRIS ALIMENTOS E COMERCIO LTDA
Prefeita	CNPJ nº 56.073.089/0001-70

Testemunhas:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 195/2025 – **5ª Publicação**
MEMORANDO: 2330/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 19/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR: SUPERFOOD ALIMENTOS LTDA - EPP
OBJETO: Ata de Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para utilização no cardápio da Merenda Escolar com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação. Memorando nº 2330/2025 1Doc

No dia 04 de julho de 2025 compareceram de um lado MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.279.643/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua João de Passos, 555, bairro Centro, CEP nº. 12960-000, nesta cidade de Nazaré Paulista/SP, representada pela Prefeita, a Sr.ª AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO, inscrita no CPF sob o nº. 092.859.138-73, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Abaixo segue a licitante que participou da licitação e venceu item (ou itens):

RESUMO				
Item Cota LC147	7927 Lote	SUPERFOOD ALIMENTOS LTDA - EPP CNPJ: 27.339.484/0001-54 Descrição do Lote		Valor Total
24	00000024	Lote 24 - COTA RESERVADA ME/EPP		24.618,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	50 003.005.970	Arroz parboilizado longo fino tipo 1 embalagem 5 kg. Tipo 1, longo, fino, constituído de 90% de grãos inteiros. Isento de grãos amarelos, sujidades e materiais estranhos, procedência nacional a ser de safra corrente, limpo, características físicas, químicas, biológicas e da embalagem devem obedecer à legislação vigente. Ingredientes: arroz parbolizado tipo 1. O produto deve ser natural sem adição de elementos químicos (agrotóxico).Informação nutricional: Deverá conter pelo menos a declaração simplificada dos seguintes itens: valor energético, carboidratos, proteínas e fibra alimentar. O produto deve declarar: marca, prazo de validade e procedência. Embalagem primária: em saco plástico atóxico, contendo 05(cinco) kg, devidamente rotulado conforme legislação vigente e reembalados em fardos plástico atóxico contendo 30 (trinta) kg,(6x5)kg. Validade	KG 3,73	6600 24.618,00

		mínima: 06 meses a partir da data de entrega. Mirarroz Conforme edital		
26	00000026	Lote 26 - COTA RESERVADA ME/EPP		45.019,50
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	52 003.006.074	AÇÚCAR CRISTAL EMBALAGEM 5 KG. Embalagem primária: transparente, incolor, termossoldado, contendo 5 kg líquidos, devidamente rotulado respeitando a legislação vigente e reembalado em fardo termossoldado, resistente, contendo 6 embalagens primárias com total de 30kg. Validade mínima: 11 meses a contar da data da entrega. Globo Conforme edital	KG 3,58	2100 7.518,00
	53 003.006.596	AMIDO 400 A 500G. Embalagem primária: caixa ou saco plástico contendo 400 a 500 (quinhentos) gramas, devidamente rotuladas conforme legislação vigente. Validade Mínima: 06 meses a partir da data de entrega. Dacoli Conforme edital	KG 9,50	60 570,00
	54 003.005.365	Feijão carioca tipo 1. Classe cores, com teor de umidade máxima de 15%, isento de fermentação e mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas à saúde. Embalagem: Saco plástico de 1 kg. Validade: Mínimo de 6 (seis) meses. Du Campo Conforme edital	KG 4,95	3000 14.850,00
	55 003.006.597	FEIJÃO PRETO TIPO 1: Características: feijão classe preto, novo, tipo 1, grupo 1 não torrado. Não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, coloração dos grãos com nuances diferentes (grãos partidos ou pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. Embalagem primária: Saco plástico de 1 kg. Validade: Mínima de 06 (seis) meses Du Campo Conforme edital	KG 5,75	800 4.600,00
	56 003.006.076	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, EMBALAGEM 500G. Produto obtido dos processos de ralar e torrar a mandioca. Fina, seca, branca ou amarela, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem primária: Em saco plástico atóxico transparente, devidamente rotulado conforme legislação vigente. Validade mínima: Deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega. Mani Conforme edital	KG 4,00	210 840,00
	57 003.006.077	FARINHA DE MILHO AMARELA PCT DE 500g A 1 kg. Isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem primária: plástica atóxica contendo 500g a 1 kg, devidamente rotulada conforme legislação vigente e reembalada em fardo plástico atóxico contendo até 20 kg. Validade mínima: 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Dacoli Conforme edital	KG 5,10	240 1.224,00
	58 003.006.078	FUBÁ DE MILHO, EMBALAGEM DE 500g A 1 kg, Embalagem primária: Em saco plástico atóxico transparente de 500g a 1 kg e reembalada em fardos plásticos atóxicos contendo até 30 kg, devidamente rotulado conforme legislação vigente. Validade mínima: 06 meses a 01 ano Zanin Conforme edital	KG 3,70	275 1.017,50

	59 003.006.079	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 1 kg. Ingredientes: Farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem primária: Em saco plástico atóxico transparente de 1 kg e reembalada em fardos plásticos atóxicos contendo até 10 kg, devidamente rotulado conforme legislação vigente. Validade mínima: 90 dias a contar da data de entrega. Globo Conforme edital	KG 2,92	900 2.628,00
	60 003.006.080	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ. Embalagem primária: Contendo 100 gramas. Deverá apresentar dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Validade mínima: 06 meses a partir da data de entrega. Trisanti Conforme edital	UN 2,65	480 1.272,00
	61 003.006.081	ÓLEO DE SOJA. Refinado, limpo, isento de ranço e outras características indesejáveis. Embalagem: Frasco tipo pet com 900 ml. Validade: Mínimo de 9 (nove) meses. Cocamar Conforme edital	UN 7,30	1200 8.760,00
	62 003.006.082	SAL REFINADO IODADO, embalagem de 1 kg. Beneficiado e isento de sais de cálcio e magnésio, impurezas orgânicas, areias e fragmentos de conchas. Embalagem primária: saco plástico contendo 01 (um) kg, devidamente rotulado conforme legislação vigente e reembalado em fardo plástico resistente atóxico contendo até 30 kg. Validade mínima: de 01 ano a partir da data de fabricação, a data de entrega não deverá ser superior a 45 dias. Garça Conforme edital	KG 1,20	600 720,00
	63 003.006.083	VINAGRE DE ÁLCOOL EMBALAGEM 750 ML. Embalagem primária: Frasco de 750 ml. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada. Validade mínima: Impresso na embalagem conforme o fabricante e entrega 90 dias mínimos antes do vencimento. Neval Conforme edital	UN 1,70	600 1.020,00
40	00000040	Lote 40 - COTA RESERVADA ME/EPP		12.880,00
	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	91 003.006.617	SUCO DE UVA INTEGRAL DE 180 A 200 ML Suco de uva integral obtido da parte comestível da uva sem adição de açúcares, na sua concentração natural, de cor, aroma e sabor característico. Deverá ser submetido a tratamento tecnológico, térmico, que assegure a sua apresentação e conservação até o momento do consumo. Deverá ser envasado assepticamente em embalagem hermética que não permita a passagem de ar e luz, sem a necessidade de refrigeração. Não poderão conter substâncias estranhas à fruta de origem. Deverá conter 100% suco de uva. Embalagem primária: tetra pack composta por multicamadas ou plástica com selo BPA FREE de 180 a 200 ml. Embalagem Secundária: caixa de papelão reforçada Validade: de 10 meses a partir da data de fabricação. Monte Veneto Conforme edital	UN 3,22	4000 12.880,00
41	00000041	Lote 41 - COTA RESERVADA ME/EPP		18.120,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

	Item Código	Descrição do Produto/Serviço Marca	Unidade Valor Unitário	Quantidade Valor Total
	92 003.006.116	PRÉ-MISTURA PARA PÃO FRANCÊS PREMIUM EMBALAGEM 25 KG. Mistura pronta para pão francês de qualidade superior embalagem com 25 Kg. Embalagem primária: A mistura deverá ser embalada em saco próprio contendo 25 kg do produto, ser de indústria nacional, Validade mínima: 3 meses a partir da data de fabricação. A entrega não deverá ser superior a 15 dias da data de fabricação. Globo mix Conforme edital	KG 3,02	6000 18.120,00
		Total do Proponente		**100.637,50**

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei nº. 14.133/2021, bem como, pela Lei Complementar Municipal nº 70/2022, Decreto Municipal 3520/2022, Decreto Municipal 3800/2025, Decreto Municipal 3798/2025 e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/09/2025

PAGAMENTO: 30 (trinta) dias corridos

ÍNDICE DE REAJUSTE: INPC

ÍNDICE DE CORREÇÃO: INPC

PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: Até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição do Pedido de Compra. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

GESTOR:
Nome: Daniela Matias de Lima
Cargo: Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 1296
E-mail: danielamzanoni@nazarepaulista.sp.gov.br

FISCAL:
Nome: Aline Queiros de Melo Santana
Cargo: Nutricionista
Matrícula: 2900
E-mail: linemelo.nutri@gmail.com

1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro do valor/percentual referente ao objeto da licitação descrito no Anexo I (Termo de Referência), cujas especificações técnicas, valores/percentuais, quantitativos e fornecedores foram

definidas no procedimento licitatório.

2. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:
   2.1.1. Termo de Referência;
   2.1.2. O Edital de Licitação;
   2.1.3. A Proposta do Compromissário Fornecedor;
   2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga- se a:

a) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação dos compromissários fornecedores para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

b) convocar o compromissário fornecedor para assinatura de termo de contrato ou instrumento que o substitua;

c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de valores/percentuais registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades sob sua responsabilidade;

d) consultar o compromissário fornecedor quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente A.R.P.;

e) comunicar aos gestores de contrato dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

f) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores de contrato dos órgãos participantes; e,

g) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP e no termo de contrato.

4. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, por si e através de seu gestor da A.R.P., obriga-se a:

a) tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

b) conduzir os procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observadas as disposições da Lei Municipal 70/2022 e do Decreto Municipal nº 3520/2022, mantendo o Órgão Gerenciador informado a respeito, sobretudo, quanto ao resultado dos referidos procedimentos;

c) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do compromissário fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores/percentuais a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

d) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo, quanto aos valores/percentuais praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

e) zelar, após receber a indicação do compromissário fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

f) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do compromissário fornecedor em atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as divergências

relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em atender instrumento contratual para fornecimento ou prestação de serviços.

5. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a:

a) a licitante adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a este fim, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sansões previstas no art. 156 da lei nº 14.133/21 e no Edital;

b) cumprir integralmente as condições referentes à especificação, prazo de entrega, garantia, condições de fornecimento e demais estabelecidas no Edital;

c) as irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo conforme consta no Anexo I (Termo de Referência), contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o valor/percentual inicialmente ofertado;

d) manter, durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias exigidas na respectiva licitação.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 mês(es), podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o Art. 84, da Lei 14.133/2021.

6.1.1. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de fornecimento para até trinta dias, a entrega poderá se dar além do prazo de vigência da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido recebido pelo fornecedor até aquele vencimento.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme estabelecido, atendendo ao que segue:

a) O valor/percentual de cada um dos objetos desta ATA será aquele constante do “Quadro Resumo";

b) Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos;

c) O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente ARP, independentemente da causa que tenha determinado a omissão;

e) O pagamento será efetuado após a comprovação do fornecimento do objeto e a devida apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, pela unidade requisitante, sem qualquer correção monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa.

e.1) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8. DO REAJUSTE

a) Os preços/percentuais inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência da Ata de Registro de Preço;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice , exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência de anuidade;

c) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo;

d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente;

9. DAS PENALIDADES

9.1. As infrações cometidas nas Ata de Registro de Preço celebradas pelo Município de Nazaré Paulista ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I - advertência;
II - multa;
a) compensatória;
b) de mora;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II desta cláusula.

§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I - a natureza e a gravidade da infração;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
VI - os antecedentes da licitante ou contratada.

Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito do Município de Nazaré Paulista - SP, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

9.3. DA ADVERTÊNCIA

9.3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se demonstrar a imposição de penalidade mais grave.

I- Descumprimento de pequena relevância;
II- Inexecução parcial de obrigação contratual.

§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.

§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.4. DA MULTA

9.4.1. A penalidade de multa visa compensar todo e qualquer dano contratual, em decorrência de qualquer infração listada para as demais penalidades, e será aplicada nos seguintes percentuais:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

I. 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor de todas as faturas correspondentes até período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;
a) Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.
II. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preço, na hipótese de inexecução total.
III. O atraso injustificado na execução da ata de registro de preço, sujeitará a empresa detentora da ata de registro de preço à multa de mora, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.
§1º. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:
I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução da Ata de Registro de Preço;
III - interrupção da execução da Ata de Registro de Preço ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
IV - aumento das quantidades inicialmente previstas na Ata de Registro de Preço, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;
V - impedimento de execução da Ata de Registro de Preço por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato/ ata de registro de preço, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
§ 2º. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão da Ata de registro de Preço.
§ 3º. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato/ ata de registro de preço com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Nas Atas de Registro de Preço de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

9.4.3. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I - 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.5.
II - 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas na cláusula 9.6.

9.4.4. A multa deverá ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da devida notificação pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

9.4.5. Caso a empresa não efetue o pagamento no prazo previsto nesta Ata de Registro de Preço, o valor da multa aplicada será:

I - descontado dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato/ ata de registro de preço ou de outros contratos administrativos/ ata de registro de preço que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;
II - descontado da garantia.
Parágrafo único. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria Geral do Município da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa.

9.5. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

9.5.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:
I - dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Prazo - 6 meses.
II - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preço;
Prazo - 18 meses.
III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Prazo - 3 meses.
IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Prazo - 3 meses.
§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.
§2º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

9.6. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

9.6.1. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:
I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Prazo – 36 meses.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 48 meses.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 48 meses.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 60 meses

§1º. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e sua aplicação é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas na cláusula 9.5., pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7. DOS PROCEDIMENTOS

9.7.1.Constatada a irregularidade, no âmbito da ata de registro de preço, deverá o gestor e fiscal do ata de registro de preço ou agente de contratação notificar o fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal.

9.7.2. Determinada a abertura de processo administrativo pela autoridade competente, o licitante ou contratado deverá ser notificado, por meio de Ofício, para que se manifeste sobre as ocorrências, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.7.3. Previamente à notificação, o servidor responsável pela instrução pode providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.

9.7.4. Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato, a notificação deverá ser realizada por meio de publicação no Diário Oficial.

9.7.5. Ao término da instrução deverá ser emitido parecer, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.

9.7.6. Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

9.8. DO RECURSO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

9.8.1. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

9.8.2. O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do cláusula **9.1.** deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do cláusula **9.1.** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

9.9.1. DAS AGRAVANTES

9.9.1.1. As sanções previstas nas cláusula **9.5.** e **9.6**. poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando a empresa detentora da ata de registro de preço:

I - não agir conforme a boa-fé, furtando-se a receber comunicações ou evitando minorar os danos da conduta lesiva;

II - causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.

9.9.2. DAS ATENUANTES

9.9.2.1. As sanções previstas na cláusula **9.5**. poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto na cláusula **9.9.1**., quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:

I - falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

II - apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;

III - apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV - apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.

9.9.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A existência de valores/percentuais registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. O instrumento observará, no que couber, o disposto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Nos caso de desequilíbrio econômico financeiro, será observado o disposto da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores/percentuais, as quantidades, os fornecedores registrados, os

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

compromissários fornecedores e as especificações dos objetos registrados nesta Ata, encontram-se listados no Quadro "Resumo".

11.5. Ficam fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrições, o edital que regeu a licitação, da qual decorre esta ARP e a proposta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, essa somente naquilo em que não colidir com as disposições legais;

11.6. Aplica-se ao presente instrumento as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, sendo os casos omissos resolvidos na forma da lei consumerista;

11.7. Em caso de rescisão do presente, todos os direitos da administração ficam preservados;

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Nazaré Paulista, com renúncia expressa pelas partes de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

Nazaré Paulista, 19 de setembro de 2.026

_____	_____
AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO	SUPERFOOD ALIMENTOS LTDA - EPP
Prefeita	CNPJ nº 27.339.484/0001-54

Testemunhas:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 DO CONTRATO DE GESTÃO 060/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA E A COOPERNAZA – COOPERATIVA DE TRANSPORTE ESCOLAR E PASSAGEIROS DE NAZARÉ PAULISTA.

O **MUNICÍPIO DE NAZARÉ PAULISTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.279.643/0001-54, com sede administrativa na Rua João de Passos, nº 555, Centro, Nazaré Paulista/SP, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, **Sra. Avanilde Aparecida Gonzaga Canêdo**, e a **COOPERNAZA – COOPERATIVA DE TRANSPORTE ESCOLAR E PASSAGEIROS DE NAZARÉ PAULISTA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 19.210.907/0001-03, estabelecida à Avenida Joaquim Avelino Pinheiro, 1009, Bairro Vicente Nunes, na cidade de Nazaré Paulista, Estado de São Paulo, resolvem formalizar o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** ao Contrato de Gestão nº 060/2025, celebrado em 17 de dezembro de 2025, mediante as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto **corrigir a redação da Cláusula 8 do Contrato de Gestão nº 060/2025**, exclusivamente quanto ao marco inicial do reajuste, tendo em vista o artigo 134 da Lei 14.133/21, conforme expressamente previsto que o marco inial do reajuste é o orçamento estimado.

CLÁUSULA SEGUNDA – RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA 8.1

Onde se lê:

"Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do início da vigência do contrato."

Leia-se:

"Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do **orçamento estimado**."

CLÁUSULA QUARTA – DA AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO DO OBJETO E DO VALOR

O presente Termo de Apostilamento **não altera o objeto, as obrigações, o valor ou as demais condições econômico-financeiras** estabelecidas no Contrato nº 060/2025, destinando-se exclusivamente à correção do marco inicial do reajuste previsto na Cláusula 8.1.

CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente apostilamento é formalizado para fins de correção e adequação do instrumento contratual, mantendo-se hígidas as demais disposições pactuadas e observando-se a legislação aplicável ao Contrato de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Apostilamento será publicado na forma da legislação aplicável, inclusive no sítio eletrônico oficial do Município de Nazaré Paulista.

Nazaré Paulista, 18 de setembro de 2026.

_____

Avanilde Aparecida Gonzaga Canêdo
Prefeita

Assinado por 1 pessoa: AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://nazarepaulista.1doc.com.br/verificacao/B981-4228-0AAD-E4EB e informe o código B981-4228-0AAD-E4EB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: B981-4228-0AAD-E4EB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

AVANILDE APARECIDA GONZAGA CANÊDO (CPF 092.XXX.XXX-73) em 18/09/2026 14:20:20 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://nazarepaulista.1doc.com.br/verificacao/B981-4228-0AAD-E4EB

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ELIMINAÇÃO POR NÃO COMPARECIMENTO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2025

A Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Nazaré Paulista, Estado de São Paulo, torna pública a relação dos candidatos convocados por meio do **Edital de Convocação nº 21/2026**, publicado em **11/09/2026**, que não compareceram dentro do prazo estabelecido e não apresentaram a documentação exigida para comprovação dos requisitos do cargo público abaixo relacionado.

Fica certificado que os referidos candidatos foram regularmente notificados por via pessoal, no endereço cadastrado no ato da inscrição, nos termos das normas do certame e dos princípios constitucionais da publicidade e razoabilidade, tendo decorrido o prazo regulamentar sem manifestação ou apresentação de justificativa aceitável.

Em decorrência do descumprimento dos prazos e requisitos fixados no cronograma do certame, declaram-se **ELIMINADOS** do Processo Seletivo n° 01/2025 os candidatos abaixo discriminados, resultando na perda do direito à vaga e do direito à contratação respectiva:

RELAÇÃO DE CANDIDATOS ELIMINADOS

COZINHEIRO GERAL		
Class.	**Candidato**	**RG**
15	NATHALIA EVELIN PEDROZO DE MORAIS	555581688
16	NEIDE ANACLETO DOS SANTOS	267643123

Divisão de Recursos Humanos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 22/2026

PROCESSO SELETIVO 01/2025

CONVOCAMOS os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo 01/2025, abaixo relacionados, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Nazaré Paulista, localizada a Rua João de Passos, nº 555, Pavimento Térreo, Centro, no prazo de **02 (dois) dias úteis** a contar da data da publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista, no horário das 9h às 16h, para manifestar interesse pela vaga.

O não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado implicará na exclusão definitiva do candidato deste Processo Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

Após a manifestação de interesse pela vaga, o candidato deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, toda a documentação exigida no Anexo I, descrita no presente edital de convocação, necessária para análise e continuidade do processo de contratação.

O não atendimento ao prazo para entrega dos documentos, bem como a apresentação parcial, incompleta ou em desacordo com as exigências previstas no edital, implicará na perda do direito à vaga e na exclusão definitiva do candidato do certame, sem prejuízo da convocação do próximo candidato classificado.

COZINHEIRO GERAL		
Class.	**Candidato**	**RG**
17	JOSEFA DOS SANTOS SILVA DE LIMA	27855013-7

Divisão de Recursos Humanos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE
NAZARÉ PAULISTA
CIDADE PRESÉPIO
ESTADO DE SÃO PAULO
"Compromisso com a nossa gente!"

ANEXO I

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

IMPORTANTE: Não serão aceitos protocolos de documentos no ato da contratação/nomeação. As cópias somente serão aceitas se acompanhadas dos respectivos documentos originais.

- ☐ Carteira de Trabalho/Carteira de Trabalho Digital
- ☐ Comprovante de inscrição do PIS/PASEP (www.caixa.gov.br/servicos) clique na opção "**Cadastro NIS**", em seguida, "Acessar Meu NIS", Faça login com o CPF e a senha, caso não tenha será necessário cadastrar, e por fim após a consulta, basta clicar em imprimir.
- ☐ 01 foto 3x4
- ☐ Cópia do comprovante de endereço
- ☐ Declaração de exercício de outro cargo, emprego ou função a ser preenchida pelo servidor (RH)
- ☐ Atestado de Saúde Admissional (guia emitida no RH)
- ☐ Atestado de antecedentes criminais (**https://www2.ssp.sp.gov.br/aacweb/carrega-iframe**)
- ☐ Cópia do certificado de reservista
- ☐ Cópia do **RG ou CIN** (Não pode ser CNH), com data de emissão inferior a 10 anos
- ☐ Cópia do CPF, Título de Eleitor e Certidão de Casamento
- ☐ Cópia do comprovante do requisito exigido para o cargo (Histórico Escolar e Diploma se Ens. Superior)
- ☐ Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, RG e CPF (se tiver filhos)
- ☐ Cópia da Certidão de Nascimento, RG e CPF dos filhos maiores de 14 anos, dependentes de Imposto de Renda;
- ☐ Certidão expedida pelo órgão competente, se o candidato foi servidor público, afirmando que não sofreu qualquer penalidade no desempenho do serviço público;
- ☐ Declaração de bens e valores que constituem o seu patrimônio;
- ☐ Certidão de distribuição Cível (**https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do**) – **Modelo: CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL – SAJ SGC**
- ☐ Certidão de distribuição Criminal (**https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do**) – **Modelo: CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES CRIMINAIS ON LINE**
- ☐ Certidão de Quitação Eleitoral (***www.tre-sp.jus.br***)

Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista poderá solicitar outras declarações e documentações complementares.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

REGIMENTO INTERNO E CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

ANO 2025/2026

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

APRESENTAÇÃO - INTRODUÇÃO

Seja bem vindo(a) à equipe do Hospital Senhor Bom Jesus!

O Regimento Interno busca estabelece normas voltadas a todos os profissionais e usuários do Hospital Senhor Bom Jesus (HSBJ). Ele é instrumento de fundamental importância para nortear as ações e tomadas de decisão na consecução dos fins sociais do HSBJ.

Seu objetivo também é sensibilizar e mobilizar, individual e coletivamente, para transparência nas relações, a integridade e respeito mútuo como princípios fundamentais e a busca de humanização e qualidade de vida.

É obrigação de todos observar e cumprir as regras e responsabilidades estabelecidas neste documento, nas diversas situações em que estejam envolvidos os interesses do HSBJ.

Este manual traz normas em relação à postura e aos direitos e deveres dos colaboradores. Aborda, também, questões sobre ética, seus desdobramentos e requisitos para que seja praticada no ambiente profissional.

A busca pelo exercício de comportamento ético pode ser sinuosa, repleta de questionamentos e indecisões sobre as escolhas mais adequada. No âmbito profissional, é comum o trabalhador ter dúvidas sobre como se comportar diante de determinadas situações.

Este manual visa contribuir para o desenvolvimento de um comportamento ético que proporcione bem-estar e melhores condições de trabalho a todos os colaboradores do Hospital Senhor Bom Jesus.

Trata-se de elemento estratégico para que nossa equipe esteja ciente dos valores da instituição e das práticas que norteiam nossa relação com os colaboradores, pacientes, fornecedores, parceiros e trabalhadores terceirizados.

Destina-se a todos os colaboradores, gestores, administradores, médicos e membros da Diretoria Administrativa, devendo todos seguir fielmente as premissas trazidas neste manual.

Boa leitura!

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

ESTRATÉGIA CORPORATIVA

MISSÃO: Cuidar das pessoas com amor e dedicação para recuperar sua saúde e bem estar.

VISÃO: buscar a excelência na assistência à saúde.

VALORES: infraestrutura, transparência e responsabilidade social.

RELACIONAMENTOS: LAÇOS FORTALECIDOS POR MEIO DA ÉTICA

A realização de um trabalho exige, além de disciplina, atenção, capacidade técnica e dedicação, observância a princípios fundamentais, tais como Ética, Respeito, Educação e Imparcialidade, principalmente quando se trata de atividade desenvolvida em equipe.

Na execução das atribuições junto à instituição, os colaboradores, administradores, gestores e médicos devem se atentar e atender as necessidades dos pacientes rigorosamente de forma profissional, visando sempre à obtenção de resultados positivos.

Estas ideias iniciais são posturas esperadas nos relacionamentos dos colaboradores entre si, com pacientes e acompanhantes, trabalhadores terceirizados, fornecedores, com membros da Diretoria Administrativa, bem como com as demais pessoas que, de forma direta ou indireta, temporária ou permanentemente, estejam ligadas às atividades exercidas em nome do Hospital Senhor Bom Jesus.

Ressalta-se que o zelo e observância das responsabilidades individuais de cada integrante da instituição deve ser um compromisso de todos os colaboradores do Hospital Senhor Bom Jesus.

Almeja-se que a o fortalecimento dos laços pautados em valores éticos e morais claros, objetivos, contribua para a obtenção dos melhores resultados, tudo visando, em última instância, a realização dos fins sociais para os quais a instituição é voltada.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

DEVER DE TODOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

É dever dos colaboradores, gestores, médicos e membros da Diretoria Administrativa:

Agir com transparência, demonstrando na prática os bons valores e princípios éticos prestigiados pela instituição;

Agregar e estimular a participação e a troca de informações dentro da instituição, pois uma equipe com ideias alinhadas tende a alcançar melhores resultados;

Trabalhar com organização e planejamento, pois é a melhor forma de desenvolver as tarefas diárias, podendo, assim, acompanhar com eficiência o andamento das demandas e dos prazos;

Cumprir os compromissos assumidos, eis se tratar de uma obrigação pessoal e profissional, devendo ser feita com atenção;

Ser flexível para adequar-se às demandas das atividades profissionais, para que haja uma boa relação interpessoal, bem como eficiência na prestação dos serviços e atendimento às necessidades a instituição;

Compartilhar e disseminar conhecimentos;

Reportar, imediatamente, ao superior hierárquico e, na falta deste, ao coordenador de setor, ao administrador ou aos membros da Diretoria Administrativa os problemas, imprevistos e/ou anormalidades, sem escondê-los ou omiti-los, tudo visando evitar equívocos e retrabalho;

Obedecer à confidencialidade das informações a respeito da instituição, dos demais colaboradores, pacientes e acompanhantes, fornecedores, parceiros, órgãos públicos, entidades paraestatais, trabalhadores terceirizados, prestadores de serviço ou qualquer pessoa ou empresa que possua vínculo trabalhista ou não, contratual, direto ou indireto, permanente ou temporário com o Hospital Senhor Bom Jesus;

Apresentação adequada no ambiente de trabalho. Cada setor tem orientações específicas em relação ao vestuário correto e uso de EPIs, que devem ser rigorosa e criteriosamente seguidos;

Adoção de práticas saudáveis e adequadas no que se refere à saúde e higiene pessoal, eis estas auxiliam na manutenção de bons relacionamentos interpessoais; por isso:

- Tome banho antes do início do expediente;
- Use sempre desodorante;
- Escove os dentes após as refeições;
- Não use brincos, colares ou acessórios, sobretudo na cozinha e centro cirúrgico;

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

- Mantenha os cabelos sempre presos e unhas limpas;
- Não use perfumes fortes.

Não usar ou estar efeito de drogas, lícitas ou ilícitas, bem como não portar estes tipos de substâncias no ambiente de trabalho;

Não portar armas de qualquer natureza no ambiente de trabalho.

COM A ESTRUTURA DO TRABALHO

Manter a ordem, segurança e a higiene no local de trabalho, seguindo rigorosamente as normas da Vigilância Sanitária.

Zelar pelos bens e pelo patrimônio da instituição, utilizando-os de forma racional e unicamente para desenvolver as atividades profissionais.

Sempre que possível, economizar recursos à sua disposição (água, energia elétrica, papel, celular, etc.).

Não utilizar bens, insumos, recursos e equipamentos para finalidade particular alheia às atividades profissionais.

Não fazer uso da rede mundial de computadores para objetivos pessoais, diversos das atribuições profissionais.

COM OS COLEGAS

O funcionário deve ser reconhecido como único e ter sua subjetividade preservada; portanto, respeite a diferença de opinião e a diversidade entre os colegas;

É proibido tratar os colaboradores por apelidos ou alcunhas difamatórias;

Seja gentil ao solicitar ajuda ou cobrar alguma tarefa de um colega;

É permitido o relacionamento entre funcionários, desde que este não influencie no desenvolvimento e na postura de trabalho deles;

Solicite, sempre que necessário, o apoio dos colegas, independentemente do nível de hierarquia, para trocar ideias sobre o trabalho ou sobre situações inusitadas que eventualmente se deparar, visto que isto traz benefícios e fortalece ainda mais as relações interpessoais;

Em caso de conflitos pessoais ou de valores no cotidiano, ou na realização de algum trabalho específico, procure imediatamente sua chefia, vez que isto permite solucionar melhor e mais rapidamente asituação.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

COM OS PACIENTES E ACOMPANHANTES

Atenda os pacientes e eventuais acompanhantes com eficiência, profissionalismo e respeito;

Respeite as decisões dos pacientes e acompanhantes, desde que não firam os valores éticos preservados pela instituição, nem faltem com respeito aos membros da nossa equipe ou mesmo outros pacientes e acompanhantes;

Não faça comentários ofensivos ou pejorativos sobre os pacientes e acompanhantes, dentro ou fora da instituição. A discrição é virtude importante para construção de uma relação de confiança e respeito. Seja cortês, acima de tudo;

Não toleramos:

Que paciente e/ou acompanhante falte com respeito com nossos colaboradores ou mesmo outros pacientes e acompanhantes.

Que paciente e/ou acompanhante exija e/ou receba privilégios.

Caso ocorra alguma destas situações, reporte imediatamente ao seu superior hierárquico e, na falta deste, ao coordenador de setor, ao administrador ou aos membros da Diretoria Administrativa.

COM OS FORNECEDORES

Nossa relação com fornecedores e parceiros é pautada no respeito e na igualdade de condições em todos os processos e/ou compromissos firmados, obedecendo aos prazos e às demais condições inerentes aos vínculos celebrados.

Os fornecedores e parceiros devem estar sempre alinhados com a missão, visão e os valores do Hospital Senhor Bom Jesus.

Os fornecedores e parceiros sempre devem fornecer Nota Fiscal (NF) ou documento congênere.

COM A IMPRENSA

O Hospital Senhor Bom Jesus tem canal de comunicação próprio com o público externo e, portanto, nenhum colaborador, gestor, médico tem permissão para falar pela ou sobre a instituição e suas atividades sem prévia autorização.

Demandas de meios de comunicação de qualquer natureza devem sempre

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

ser repassadas ao administrador, ou ao Diretor Presidente, ou aos advogados do Hospital Senhor Bom Jesus.

O canal de comunicação para os órgãos de imprensa é o correio eletrônico adm@hsbj.com.br.

REDES SOCIAIS

Não é permitido criar páginas, perfis, grupos, imagens, vídeos e demais recursos ou arquivos, dados ou informações utilizando o nome, imagem e qualquer bem jurídico material ou imaterial pertencente ao Hospital Senhor Bom Jesus, exceto com a expressa autorização da Diretoria Administrativa em sua aprovação majoritária.

Não é permitido publicar informações confidenciais da instituição, pacientes e acompanhantes, colaboradores, gestores, administradores, médicos, fornecedores, parceiros, órgãos públicos, entidades paraestatais, trabalhadores terceirizados, prestadores de serviço, membros da Diretoria Administrativa ou qualquer pessoa ou empresa que possua vínculo trabalhista ou não, contratual, voluntário, direto ou indireto, permanente ou temporário na rede mundial de computadores.

Em suas redes sociais particulares não expresse opiniões difamatórias, injuriosas ou caluniosas, diretas ou indiretas, associadas ao Hospital Senhor Bom Jesus e com o intuito de denigrir a imagem da instituição, da Diretoria Administrativa ou até mesmo de seus colegas colaboradores.

Em suas redes sociais particulares, abstenha-se de e/ou evite expressar opiniões de cunho pejorativo ou degradante, diretas ou indiretas, em publicações próprias ou de terceiros, associadas ao Hospital Senhor Bom Jesus e que possam comprometer ou questionar a idoneidade deste.

Lembre-se: todo funcionário deve zelar pela boa reputação e imagem da instituição. Seu comportamento ou comentário fora do ambiente de trabalho, descontextualizado, pode ser mal interpretado e associado com o da instituição. Por isto, haja sempre com bom senso e precaução, mesmo em seus perfis pessoais e/ou grupos de conversas privados.

O uso no horário de trabalho

O expediente é dedicado exclusivamente à realização de atividades profissionais. Por isso, é proibido acessar as redes sociais e congêneres, seja por meio dos equipamentos do Hospital Senhor Bom Jesus ou por meios próprios (smarthphones, tablets, notebooks ou qualquer outro equipamento com acesso à internet), para fins pessoais durante o horário de trabalho.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

Em casos excepcionais, solicite autorização expressa do administrador, informando o motivo, bem como aguarde a liberação, por escrito, para que não haja comprometimento do trabalho.

POSTURA

Todos os colaboradores devem ter uma postura alinhada com os valores, missão e visão da instituição. Portanto, ser cortês e gentil com o outro, respeitar a diversidade; esforçar-se para ser produtivo, coletiva e individualmente; e contribuir para manter o ambiente de trabalho saudável são o esperado de todos pela instituição.

Abaixo, citamos algumas posturas esperadas dos colaboradores do Hospital Senhor Bom Jesus:

1. Tratar com respeito pacientes e acompanhantes, colegas de trabalho, prestadores de serviços, trabalhadores terceirizados, membros da Diretoria Administrativa, autoridades ou qualquer outra pessoa que esteja auxiliando direta ou indiretamente, em caráter temporário ou permanente, o Hospital;
2. Não fazer piadas ou referir-se a colegas, pacientes, acompanhantes de maneira jocosa;
3. Contribuir para o desenvolvimento de um bom trabalho em equipe;
4. Não compartilhar informações confidenciais sem autorização expressa;
5. Comparecer às reuniões, treinamentos e encontros de aprimoramento;
6. Não desestimular colegas, direta ou indiretamente, por meio de críticas;
7. Cuidar da higiene pessoal;
8. Não utilizar o uniforme fora do horário e ambiente de trabalho;
9. Não se manifestar em nome do Hospital Senhor Bom Jesus sem autorização prévia;
10. Não utilizar do próprio cargo ou das informações adquiridas durante a atividade profissional para solicitar favores ou pedidos a pacientes, acompanhantes, fornecedores, prestadores de serviços, trabalhadores terceirizados, colegas de trabalho, Diretoria Administrativa, autoridade e/ou órgãos públicos e congêneres;
11. Não agir de forma preconceituosa, discriminatória ou conivente com algum destes;
12. Não divulgar ou repassar material de conteúdo pornográfico ou ilícito,

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

como por exemplo, relacionado a racismo ou à pedofilia;

13. Não promover conversas paralelas, fofocas e/ou boatos durante o horário de expediente;

14. Não ter atitudes de assédios moral e sexual a pacientes e acompanhantes, fornecedores, prestadores de serviços, trabalhadores terceirizados, colegas de trabalho, Diretoria Administrativa, voluntários, autoridade e/ou órgãos públicos e congêneres ou qualquer outra pessoa que esteja auxiliando direta ou indiretamente, em caráter temporário ou permanente, o Hospital;

15. Não se comportar de forma agressiva, caluniosa ou desrespeitosa;

16. Não deixar que o relacionamento com o colega de trabalho comprometa o desenvolvimento das atividades;

17. Não utilizar o celular durante o horário de trabalho;

18. Não realizar campanha política ou sindical dentro das instalações da instituição;

19. Não é permitido aos gestores, administradores, coordenadores, membros da Diretoria Administrativa realizar trabalhos *freelancer* em atividades-fim que concorram com os serviços oferecidos pela instituição. Em caso de dúvidas, consulte seugestor;

20. Não receber brindes, presentes, comissões, benefício ou qualquer vantagem ou promessa de, com intenção de suborno ou de favorecimento, em benefício próprio ou de terceiros. Isso contraria a postura nutrida pela instituição, fere transparência e a relação do Hospital Senhor Bom Jesus com seus colaboradores, pacientes, fornecedores e parceiros;

21. Não exercer ou promover qualquer tipo de comércio interno em horário de trabalho no ambiente do Hospital Senhor Bom Jesus;

22. Não se valer de privilégios ou acessar áreas restritas a colaboradores quando estiver frequentando o Hospital Senhor Bom Jesus como paciente ou quando não estiver em dia e horário de serviço.

23. Atenção, também, com comportamentos inadequados. Sua presença é sempre bem-vinda, mas lembre-se que você está no ambiente de trabalho e suas atitudes e comportamentos devem seguir o bom senso.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

CUIDADOS EM RELAÇÃO AO OUTRO PARA UM MELHOR CONVÍVIO

Acreditamos que o trabalho em equipe executado de forma coesa e alegre traz bons resultados e bem-estar para todos. Para que isso aconteça, é preciso que o ambiente de trabalho seja agradável para todas as pessoas, independentemente de gênero, etnia, posição social, gênero, orientação sexual nacionalidade e afins.

Não queremos que nenhum de nossos colaboradores seja exposto a situações humilhantes e/ou constrangedoras repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e/ou em razão de atividade profissional.

Informe imediatamente seu superior hierárquico, coordenador, gestor acerca de qualquer ocorrência desta natureza. Se preferir, você pode reportar aos membros Diretoria Administrativa, solicitando previamente reunião para tanto, mesmo que coincida com o horário da jornada de trabalho.

Toda situação será devidamente descrita em ata, devidamente assinada pelo depoente, para que a parte reclamada seja convocada e, posteriormente, apresente suas explicações – conferindo, assim, o direito de contraditório e à ampla defesa.

Havendo necessidade, em casos excepcionais será preservada a identidade do reclamante, resguardando o anonimato.

Para que isto se evite, exemplificados algumas interações repudiadas pelo Hospital Senhor Bom Jesus. Leia com atenção! Diante de qualquer dúvida, sugestão ou caso tenha presenciado ou vivenciado alguma dessas ações, procure o administrador do Hospital.

NÃO ASSEDIE

O crime de assédio sexual consiste no fato de o agente “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (Código Penal, art. 216-A, caput).

Com relação ao assédio moral, o art. 135-A do Código Penal Brasileiro afirma que consiste em “depreciar, de qualquer forma, e reiteradamente, a imagem ou desempenho de servidor público ou empregado, em razão de subordinação hierárquica funcional ou laboral, sem justa causa, ou trata-lo com rigor excessivo, colocando em risco ou afetando sua saúde física ou psíquica”. Praticado no ambiente de trabalho pode ser considerado como crime.

EVITE TOCAR INJUSTIFICADAMENTE OS COLEGAS DE TRABALHO

Tocar em uma pessoa em qualquer parte do corpo pode gerar muitas interpretações. Para evitar desentendimentos, constrangimentos ou mesmo humilhações, evite tocar os

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

colegas de trabalho desnecessariamente. A regra também vale para gestos entre casais, familiares ou amigos íntimos.

NÃO XINGUE

A utilização de palavras de baixo calão, xingamentos de todos os gêneros e qualquer palavra que possa gerar humilhação ou constrangimento no outro deve ser evitada.

NÃO PRATIQUE O BULLYING

Certas vezes nos deparamos com adversidades à nossa realidade, as quais nem sempre são bem recebidas e/ou compreendidas. Um colega de trabalho, paciente ou acompanhante, por diversos motivos - como alguma deficiência, vestimenta ou trejeitos – pode vir a sofrer de abuso verbal de colegas. Esta prática cria ambiente nocivo para todos e é expressamente condenada por nós. Portanto, não faça, promova ou tolere que se pratique ofensas no ambiente de trabalho, contra seja quem for. Reporte imediatamente eventual ocorrência ao superior hierárquico, coordenador, gestor ou até mesmo a membro da Diretoria Administrativa.

EVITE FAZER PIADAS

A fim de deixar o ambiente de trabalho mais leve, é rotineiro que se faça piadas de pessoas ou situações, como parte do processo de socialização. Todavia, não pode haver exageros no uso deste recurso.

Piadas de cunho sexual, religioso, político, étnico, social ou que faça referência às minorias sociais, tendem a constranger ou gerar situações de desconforto. Portanto, não faça, promova ou tolere que se pratique no ambiente de trabalho, contra seja quem for. Reporte imediatamente eventual ocorrência ao superior hierárquico, coordenador, gestor ou até mesmo a membro da Diretoria Administrativa.

ROTINAS E HORÁRIOS

Cada funcionário possui atribuições distintas, condizentes com o seu cargo e cujo conhecimento deve ser de responsabilidade de quem a executa.

As tarefas devem ser realizadas de acordo com a demanda e sempre da melhor forma possível, respeitando as recomendações técnicas para tanto.

Respeitar e cumprir os horários de trabalho estabelecidos para cada cargo é obrigação de todos.

A jornada de trabalho é estabelecida de acordo com a função e ou escala que o funcionário ocupa.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

O cumprimento da jornada de trabalho e, principalmente, ao intervalo de refeição e descanso, são obrigações dos colaboradores que devem ser seguidas fielmente, em observância às Leis trabalhistas.

É proibido suprimir o intervalo de refeição e descanso ou realizar horas extras, salvo em casos excepcionais, devidamente comprovados e registrados através de atas.

Diante de dúvidas, procure o coordenador do seu setor ou o administrador para esclarecê-las.

ORIENTAÇÕES PARA MARCAÇÃO DE PONTO

As marcações de ponto devem ser rigorosamente observadas, conforme previsto no contrato de trabalho. É de responsabilidade do colaborador marcar o ponto ao início e término da jornada, bem como nos intervalos.

Não existe Banco de Horas, salvo regulamentação futura proveniente de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho. Sendo assim, as horas faltantes serão descontadas em contracheque e as horas extras serão pagas com o respectivo adicional legal.

As anotações das folhas de ponto serão sistematicamente analisadas pelo Departamento de Recursos Humanos (RH) para verificação de abuso. Constatada má-fé, o RH encaminhará o fato ao administrador para que as devidas providências sejam cumpridas.

Atrasos sistemáticos não serão admitidos pela instituição e sua direção, podendo incorrer em desídia e suas implicações.

Estão livres de marcação de pontos os colaboradores com cargos equivalentes à gerência, como exemplo o administrador.

COMPROVANTES DE FALTAS, AVISOS E PENALIDADES

O horário de trabalho visa atender às necessidades da instituição junto aos seus pacientes, bem como a garantir os direitos dos nossos colaboradores.

O não cumprimento das normas de horário constitui falta grave junto às regras de relacionamento, trabalhistas e à legislação, sendo, assim, passível de punição.

Em caso de falta, o colaborador terá 48 (quarenta e oito) horas para entregar ao seu coordenador de setor, ou diretamente ao administrador, ou ao RH atestado, certidão ou qualquer outro documento que justifique a ausência.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

Lembre-se que, caso não informe ou entregue o documento diretamente para o seu superior hierárquico, avise-o que cumpriu o determinado diretamente com as pessoas ou setores descritos acima.

Aqueles que não cumprirem com as próprias responsabilidades ou forem considerados culpados por executar procedimentos inadequados poderão ser punidos de acordo com lei trabalhista vigente.

Em todas as eventualidades, o colaborador poderá recorrer às instâncias hierárquicas mais elevadas para esclarecimento dos fatos, sendo-lhe garantido o pleno direito de defesa e argumentação.

As penalidades serão aplicadas na seguinte e crescente ordem:

1 – Advertência verbal;
2 – Advertência escrita;
3 – Suspensão;
4 – Dispensa ou dispensa por justa causa.

Fica reservada aos respectivos colaboradores com funções equiparadas a gerência a flexibilização do cumprimento do horário de trabalho, por não terem necessidade de marcação de ponto, conforme a legislação trabalhista.

AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO

Todos os colaboradores poderão ser avaliados, direta ou indiretamente, pela administração e/ou pela Diretoria Administrativa.

A avaliação tem intuito de identificar falhas nos procedimentos de treinamento, melhorar o desenvolvimento e produtividade do colaborador, aprimorar a equipe, contribuir para um ambiente de trabalho saudável e possibilitar avanços em todos os serviços.

RESPONSABILIDADES

Todo colaborador deve cumprir as políticas, regulamentos, procedimentos e normas, escritas ou não, aplicáveis pela instituição, previstas ou não neste manual, além de outras fontes normativas, leis, tais como resoluções, portarias, instruções normativas, entre outras.

Em caso de falha, o colaborador estará sujeito à aplicação de penalidades, de acordo com as leis trabalhistas, as quais poderão ensejar, inclusive, a rescisão do contrato de trabalho.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

COMBATE A PRÁTICAS FRAUDULENTAS

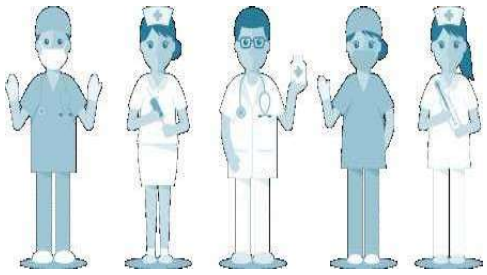
É expressamente vedado qualquer ato, seja de ação ou omissão, que colabore, facilite ou não impeça a corrupção, suborno, conflito de interesses, pagamento facilitador, lavagem de dinheiro, vantagem ou promessa de benefício ou promessa de pagamento indevido ou promessa de, ou qualquer prática ilícita e/ou fraudulenta.

Havendo indícios de tais práticas, o Hospital Senhor Bom Jesus instaurará sindicância interna para apuração dos fatos, respeitando os direitos ao contraditório e à ampla defesa. Ao final, comprovando-se a ilicitude, tomará as providências cabíveis, sejam elas trabalhistas, criminais, administrativas ou civis.

Os mecanismos, procedimentos de apuração e sanções decorrentes de combate à práticas fraudulentas não estão adstritos somente aos colaboradores, sendo também aplicáveis a todos aqueles ligados direta ou indiretamente, em caráter temporário ou permanente, ao Hospital Senhor Bom Jesus, sejam eles administradores, coordenadores, prestadores de serviços, médicos, consultores, membros administração pública, entidade paraestatais, voluntários, membros da Diretoria Administrativa, independentemente de estarem constituídos formalmente.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

REGULAMENTO INTERNO DETALHADO



HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

CAPÍTULO 1. ORGANOGRAMA

Art. 1º: Os setores e os respectivos Coordenadores de áreas deverão agir e respeitar a hierarquia existente, pois sua finalidade é obter maior eficácia na execução das tarefas e, conseqüentemente,o alcance ou superação dos objetivos traçados.

§ 1º Caso um subordinado "passe por cima" de seu Coordenador (conceito "bypass") acionando diretamente o Administrador, o correto é este devolver a questão ao subordinado, orientando-o a tratar o assunto diretamente com seu Coordenador direto. A partir do momento que se outorga poder a um coordenador, todo e qualquer assunto em relação ao seu departamento e a sua equipe deverá ser tratado diretamente com ele. Assim será mantido a ordem e a autoridade do gestor.

§ 2º - Também se faz necessário o Administrador estreitar o laço com os Coordenadores, orientando-os, comunicando-os sobre rotinas e/ou procedimentos novos, para que assim os Coordenadores possam transmitir/treinar sua equipe para tal instrução, sempre observando a hierarquia em questão discutida.

§ 3º Não serão aceitos:

I -Tomar decisões em relação a recursos, procedimentos e a gestão da área diretamente e sem prévia discussão do assunto com o respectivo gestor;
II - Contrariar ou desrespeitar ordem determinadas pelo gestor direto;

CAPÍTULO 2. DA INTEGRIDADE INSTITUCIONAL, PROFISSIONAL E PESSOAL

Art. 2º: A integridade profissional e pessoal deve fazer parte de todas as ações dos colaboradores do HSBJ. Para garantir a veracidade das informações aos clientes internos e externos, estas pessoas devem atuar com honestidade, competência e discrição equipe e em defesa dos interesses da entidade.

Parágrafo único: Para minimizar danos ao trabalho em equipe, erros cometidos devem ser comunicados imediatamente e primeiramente ao superior hierárquico.

Art. 3º: A diretoria do HSBJ está aberta a sugestões, denúncias e críticas construtivas que visem ao aprimoramento dos serviços da entidade e das relações de trabalho.

Art. 4º: Com objetivo de zelar pela boa imagem do HSBJ e pelo bom clima organizacional, não serão aceitos:

I - A demonstração de atitudes que discriminem pessoas em decorrências da etnia, sexo, religião ou falta dela, origem, classe social, idade, capacidade física ou mental ou de qualquer outro tipo de preconceito ou discriminação;
II - A prática ou promoção de comércio ou de prestação de serviços particulares no HSBJ;

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

III - A utilização das tecnologias, metodologias, bem como de outras informações do HSBJ para fins particulares ou para repasse de terceiros, sem autorização da administração e ou diretoria;

IV - A utilização da estrutura, equipamentos, insumos e/ou recursos para fins particulares sem autorização da administração e ou diretoria;

V - Conversações sobre assuntos inadequados de caráter institucional ou não, em locais de circulação de pessoas, no HSBJ ou fora dele;

VI - A má utilização do tempo de trabalho, mediante conversas não relacionadas a este, ou mediante permanência do local de trabalho, sem justificativa;

VII - O desrespeito às orientações da equipe de higiene, saúde e segurança do trabalho, bem como, das normas de segurança e proteção de todos que trabalham no HSBJ, inclusive dos pacientes, acompanhantes e visitantes.

VIII - Atestados após 48 (quarenta e oito) horas da falta, salvo em casos de afastamento superior a 15 (quinze) dias, ou justificativa pertinente do colaborador e devidamente aceita pela administração.

Parágrafo único: Ausência prévia do colaborador ao trabalho deverá ser comunicada com antecedência razoável ao responsável pela equipe, possibilitando que este tome as providências cabíveis.

Art. 5º: A utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) é obrigatória, pois resguarda a saúde do colaborador.

Parágrafo único: O descumprimento desta norma configura infração e estará sujeita as penalidades previstas no artigo 16 desse Regimento.

CAPÍTULO 3. DO PATRIMÔNIO DO HOSPITAL

Art. 6º: A utilização dos objetos, materiais, recursos, insumos e/ou de equipamento que constituem patrimônio do HSBJ deve ser feito com atenção e zelo pelos usuários.

Art. 7º: Cuidados maiores devem ser tomados com o material perfuro cortante ou contaminado.

Art. 8º: Não será aceito:

I - Usar componente do patrimônio em benefício próprio, para finalidade alheia a atribuição rida perante a entidade,
II – Retirar objetos, materiais, recursos, insumos e/ou de equipamento que constituem patrimônio sem autorização do local de trabalho;
III - Omitir informações sobre seu extravio.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

CAPÍTULO 4. ABRANGÊNCIA

Art. 9º: Todo o quadro funcional está de acordo com o vínculo de cada colaborador e, particularmente, aos processos gerais relacionados às rotinas no tratamento da manutenção dos contratos de trabalho.

Art. 10º: As normas previstas neste Regimento são aplicáveis conforme o tipo de vínculo do colaborador com a instituição.

Parágrafo Único: Tipos de vínculos existentes na Instituição:
I - **Celetista:** empregado regido conforme CLT, possuindo vínculo direto com a Instituição.
II - **Estagiário:** vinculado através de instituição de ensino e regido por legislação específica.
III - **Terceirizado:** prestador de serviços contratado por empresa especializada para realização de serviço específico.
IV - **Jovem Aprendiz:** nos mesmos moldes do celetista, mas com particularidades relacionadas ao menor conforme legislação própria.

CAPÍTULO 5. DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Art. 11º: Caberá a Diretoria Administrativa a homologação do "Código de Conduta".

Art. 12º: A ação, a omissão ou a conivência que impliquem desobediência ou inobservância das disposições do Código de Conduta do Hospital Senhor Bom Jesus são consideradas infrações.

Parágrafo único: As penalidades a que os infratores estão sujeitos são:

I - Advertência verbal;
II - Advertência por escrito;
III - Suspensão não remunerada, conforme previsão legal e legislação trabalhista;
IV - Demissão por justa causa.

Art. 13º: O empregador poderá aplicar uma penalidade para cada infração, nos termos das disposições legais e de acordo com a gravidade e as circunstâncias da falta cometida.

§ 1º: As penalidades podem ser aplicadas independentemente da ordem estabelecida acima, nada impedindo que a sanção mais grave seja aplicada mesmo que o infrator não tenha sofrido nenhuma penalidade anterior.

§ 2º - A aplicação dapenalidadeestará ligada àgravidade dainfração.

Art. 14º: Todos os colaboradores do Hospital Senhor Bom Jesus têm a responsabilidade de zelar pelo cumprimento do "Código de Conduta", devendo reportar ao Gestor ou à área de Recursos Humanos qualquer conduta duvidosa enão ética daqual tomem conhecimento.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

Art. 15º: O objetivo na elaboração do "Código de Conduta" é de preservar o bem-estar nas relações de trabalho, propiciando confiabilidade e segurança a todos os envolvidos dentro e fora daorganização.

Art. 16º: O não cumprimento às determinações do Código de Conduta é passível das penalidades previstas na CLT, Código Civil e Conselho de Ética de cada categoria profissional.

CAPÍTULO 6. DAS RELAÇÕES COM O ADMINISTRADOR HOSPITALAR

Art. 17º: Caberá à Administração Hospitalar a elaboração, aprovação, revisão e divulgação do "Código de Conduta".

Art. 18º: AAdministração Hospitalar deverá zelar pelo cumprimento do "Código de Conduta".

CAPÍTULO 7. DO SIGILO PROFISSIONAL

Art. 19º: Nos termos do que dispõe a normatização do sigilo médico, constitui obrigação de todos, dentro e fora do HSBJ, manter sigilo sobre todas as informações relativas ao paciente, quer mediante diagnóstico e exames, quer obtidas mediante outros procedimentos pertinentes ao exercício profissional.

CAPÍTULO 8. RELACIONAMENTOS COM CLIENTES, PARCEIROS E TERCEIROS

Art. 20º: Busca-se atender as diretrizes dos Órgãos Reguladores das esferas Federal, Estadual, Regional e Municipal com excelência, estabelecendo parcerias com as entidades setoriais sempre que necessário, visando à saúde e segurança dos pacientes e a qualidade do atendimento.

§ 1º - Os relacionamentos serão pautados pela transparência das informações e dos processos de comunicação.

§ 2º - É fundamental que relacionamento com os usuários dos serviços seja pautado pela transparência e respeito.

§ 3º - A instituição dispõe de canais de comunicação para a livre manifestação das partes interessadas. Todas as dúvidas, sugestões, elogios ou reclamações deverão ser endereçados para tratativa dos responsáveis, com o objetivo de obter a melhor solução para todos os envolvidos.

§ 4º - A Relação com fornecedores e parceiros de negócio (médicos, empresas, laboratórios, hospitais, ambulatórios, etc.) é pautada por atitudes e atividades que primam pela excelência, princípios éticos e legais.

§ 5º - O relacionamento com a comunidade local visa o desenvolvimento social por meio de ações que gerem o envolvimento e interação entre a instituição e a população.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

CAPÍTULO 9. DA RELAÇÃO COM OS PACIENTES E SEUS ACOMPANHANTES

Art. 21º: O objetivo do HSBJ é realizar um atendimento humanizado, com qualidade, respeito e profissionalismo. Desta forma, os profissionais que nele atuam devem se identificar com seus valores e aplicá-los no seu cotidiano.

Art. 22º: Nas relações com os pacientes e seus acompanhantes não serão aceitos:

I - A omissão em atendê-los devidamente, uma vez que, aqueles que fazem a opção de trabalhar em um hospital, não têm o direito de, sob qualquer pretexto, se omitir e abandonar o atendimento;
II - A negligência ou imprudência na execução das atividades ou serviços que coloquem em risco a segurança dos atendidos e de seus acompanhantes;
III - Opiniões infundadas ou de caráter pessoal sobre as condições de saúde do paciente, bem como comentários, dentro ou fora do hospital com pessoas que não estejam envolvidas no respectivo caso clínico.

CAPÍTULO 10. DAS RELAÇÕES COM AOS RECURSOS HUMANOS

Art. 23º: Caberá ao setor de Recursos Humanos a elaboração, revisão e divulgação do "Código de Conduta";

Art. 24º: O setor de Recursos Humanos deverá assessorar os gestores e colaboradores no esclarecimentodedúvidas;

Art. 25º: Este setor também deverá garantir caráter confidencial às informações recebidas;

Art. 26º: É de responsabilidade do setor de Recursos Humanos da Instituição a educação e divulgação de informações e materiais relacionados ao Código, por meio da área de Comunicação.

CAPÍTULO 11. DA RELAÇÃO COM OS GESTORES

Art. 27º: A atuação dos gestores deve ser pautada pelo adequado relacionamento com os colaboradores por eles coordenados e com a instituição, pelos seguintes parâmetros de conduta:

I - Cabe ao Gestor ser exemplo de conduta ética e divulgar o "Código de Conduta" para todos os membros da sua equipe;
II - O Gestor deverá garantir a leitura e a compreensão do conteúdo do Código, assim como zelar pelo seu cumprimento;
III - O Gestor deve orientar sobre as ações ou situações que representem eventuais dúvidas ou dilemas éticos.
IV - O Gestor deve zelar pelo patrimônio do hospital que lhes for confiado e orientar quanto ao seu uso.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

V - O Gestor deve cumprir e fazer cumprir as diretrizes da instituição.
VI - Cabe ao Gestor divulgar as informações que sejam relevantes para o bom desempenho das atividades profissionais dos colaboradores coordenados.
VII - Deve o Gestor buscar atender às metas estabelecidas pela instituição.

CAPÍTULO 12. DAS RELAÇÕES COM OS COLABORADORES

Art. 28º: É responsabilidade do colaborador a leitura, entendimento e cumprimento do estabelecido no "Código de Conduta". Eventuais situações ou dilemas deverão ser discutidos com o Gestor e/ou setor de Recursos Humanos;

Art. 29º: O colaborador deverá zelar, além da observância das normas regimentais, pelo cumprimento do Código de Conduta de sua profissão.

Art. 30 º: São deveres do trabalhador

I - Assiduidade, pontualidade, discrição e cortesia.
II - Não desperdiçar tempo de trabalho em conversas com colegas ou estranhos durante o expediente, em especial sobre assuntos alheios ao serviço.
III - Permanecer no local de trabalho durante todo o expediente, afastando-se do mesmo somente com comunicação e autorização prévia, nos casos de necessidade de atividades externas ou por motivo de força maior.
IV - Fazer as comunicações necessárias para que permaneçam sempre completas e atualizadas todas as informações de caráter individual, inclusive mudança de endereço de seu cadastro.
V - Manter em absoluto sigilo os fatos e informações funcionais de natureza confidencial, dos quais tenha conhecimento em razão do cargo ou função que ocupa.
VI - Submeter-se a avaliação médica sempre que programada pela instituição.
VII - Prestar serviços extraordinários sempre que convocado por seus superiores.
VIII - Registrar freqüência pessoalmente através de coleta biométrica (relógio de ponto).
IX - Tratar com o devido respeito e consideração os seus superiores e demais colegas de trabalho, bem como ser atencioso no trato com qualquer pessoa que se encontre nas dependências da instituição.
X - Apresentar-se no local de trabalho em trajes adequados (uniforme) e em boas condições de higiene.
XI - Comunicar ao superior imediato qualquer melhoria em processos, produtos e equipamentos de sua utilização na instituição.
XII - Zelar pela disciplina nos limites estabelecidos.
XIII - Não faltar com cuidados que resultem em qualquer dano ao patrimônio da instituição ou ao cliente externo e interno.
XIV - As pessoas deverão ser chamadas pelo nome, evitando o uso de apelidos, gírias ou outras formas de tratamento informais.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

31º - É PROIBIDO ao Colaborador:

I - Comercializar ou promover qualquer produto ou serviço nas dependências da empresa e/ou durante o horário de expediente.
II - Realizar prática de jogos durante o expediente ou dentro da instituição.
III - Entrar nas dependências da empresa, fora de dia e/ou horário de trabalho, sem autorização prévia.
IV - Portar arma branca ou de fogo dentro da instituição, mesmo quando devidamente registrada.
V - Fazer uso de seu cargo para tirar proveito pessoal ou para outra pessoa.
VI - Exercer atividade político-partidária ou aliciar algum colaborador para tal fim dentro da instituição.
VII - Apresentar-se em estado de embriaguez ou ingerir bebida alcoólica, fumar, bem como usar ou possuir de drogas ilícitas nas dependências do Hospital durante horário de expediente.
VIII - Receber propinas, comissões e quaisquer vantagens ou promessa de em razão de suas funções e/ou atribuições.
IX -Retirar do local de trabalho, sem prévia autorização, qualquer equipamento, objeto ou documento.
X - Conduzir terceiros para dentro da instituição, sem autorização prévia.
XI - Utilizar ou emprestar qualquer material, maquinário ou utensílio para quaisquer fins fora da instituição, sem devida autorização.
XII - Uso do aparelho celular para assuntos particulares durante o horário de expediente.
XIII - Não é permitido o acesso à Internet por intermédio dos computadores da Instituição, para atividades particulares ou não relacionadas com o serviço.
XIV - Também não é permitido o acesso à Internet no horário de trabalho, por intermédio de Tablets, Smartphones e similares, de propriedade do próprio funcionário ou de terceiros.
XV - Igualmente, é terminantemente proibido dedicar-se a qualquer forma de jogos eletrônicos, no horário de trabalho.

CAPÍTULO 13. NORMAS GERAIS

Art. 32º: A preservação do patrimônio é dever de todo colaborador.

Art. 33º: A qualidade profissional consiste, também, em respeitar os instrumentos de trabalho e zelar pela manutenção do ambiente.

Art. 34º: O colaborador deve comunicar de imediato ao seu superior qualquer anormalidade existente ou observada no maquinário, equipamento, patrimônio ou fatos ocorridos dentro da instituição.

Art. 35º: O colaborador deve usar adequadamente materiais de trabalho e evitar desperdícios.

Art. 36º: O colaborador deve tomar cuidado com certas atitudes para que as mesmas não resultem em qualquer dano ao patrimônio da instituição ou do cliente externo ou interno.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

Art. 37º: O colaborador deve entregar ao setor de Recursos Humanos todo e qualquer objeto encontrado nas dependências da instituição, onde será feito o registro do mesmo.

Art. 38º: O colaborador deve zelar pela boa conservação das instalações, equipamentos e máquinas, comunicando as anormalidades notadas.

Art. 39º: Os telefones da instituição não devem ser utilizados para assuntos pessoais. Caso necessário, deve ocorrer de maneira criteriosa e mediante a autorização dogestor imediato.

CAPÍTULO 14. FURTOS DE OBJETOS/UTENSÍLIOS DENTRO DAS DEPENDÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO

Art. 40º: Evitar deixar utensílios pessoais, itens valiosos em locais visíveis e de fácil acesso, guardando-os sempre dentro de gavetas ou lugares restritos, de preferência trancados.

Art. 41º: Evite deixar a sala sem nenhum colaborador. Caso seja necessário, tranque-a, deixando a chave com o setor vizinho.

Art. 42º: Evite ausentar-se do setor quando terceiros estiveres nas dependências do mesmo. Se possível, acompanhe o convidado desde a entrada até a saída das dependências da instituição.

CAPÍTULO 14. NORMAS ESPECÍFICAS

– Uniforme de Trabalho

Art. 43º: O uniforme de trabalho será fornecido pela instituição e a sua utilização será OBRIGATÓRIA em trabalho.

§ 1º - Quando da substituição do uniforme ou em caso de rescisão contratual, o colaborador deverá devolvê-lo, qualquer que seja seu estado de uso e conservação.

§ 2º - O colaborador fica responsável pelo zelo, guarda e utilização do mesmo, sendo que qualquer adversidade que venha ocorrer deverá ser comunicado a instituição.

§ 3º - Caso seja necessário substituir o uniforme no período inferior a 01 (um) ano, o valor despendido pela instituição para tanto deverá ser reembolsado pelo colaborador.

Art. 44º: Nos setores de assistência (Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem) o uso do branco é obrigatório, pois visa demonstrar limpeza.

§ 1º - O sapato branco não é indispensável, pois é contaminado como qualquer outro, mas é de uso preferencial, pois demonstra limpezao paciente.
§ 2º - É indispensável que o profissional esteja bem vestido, sem regalo e enfeites, pois a sua apresentação dá solenidade ao encontro com o paciente e este adquire mais respeito, o que propicia maior aceitação do tratamento.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

§ 3º - É terminantemente proibido usar jaleco em atividades extra-hospitalares.
§ 4º Os demais setores serão fornecidos os modelos de uniformes conforme área específica.

Art. 45º: Não será permitido, no HSBJ, o uso de:

I - Bermudas;
II - Saias acima de 04 (quatro) dedos do joelho;
III - Chinelos, sandálias ou sapatos abertos.

– Jornada de Trabalho

Art. 46º: O horário de trabalho estabelecido deve ser cumprido rigorosamente por todos os colaboradores.

§ 1º - É dever do colaborador efetuar o registro na hora de início e término de cada período de trabalho (entrada, saída e retorno da refeição e término da jornada de trabalho).

§ 2º - A marcação do horário de trabalho deverá ser efetuada dentro do período de 10 (dez) minutos antes ou depois das entradas e saídas (devendo iniciar suas atividades somente após o registro).

§ 3º - Qualquer alteração de horário por necessidade deve ser comunicada a fim de que sejam realizadas as devidas providências.

Art. 47º: Cada setor possui sua jornada de trabalho conforme Contrato de Trabalho e Escala de Trabalho.

§ 1º - Os colaboradores deverão estar nos respectivos lugares na hora inicial do trabalho, não sendo permitidos atrasos, exceto se as justificativas apresentadas estiverem em consonância com as normas internas da instituição.

§ 2º - A entrada e saída dos colaboradores deve observar o horário designado para tanto.

- Atrasos

Art. 48º: O colaborador deverá estar no respectivo local de trabalho no horário inicial das atividades, exceto se a justificativa apresentada estiver em consentimento com as normas deste regimento.

§ 1º - A tolerância quanto a eventual atraso torna-se sem efeito na contagem do tempo de atraso.

§ 2º - Na reincidência constante dos atrasos, o colaborador receberá, primeiramente, advertência verbal, seguindo de advertência formal de seu superior imediato.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

- Esquecimento de marcação biométrica/oposição da digital

Art. 49º: O esquecimento da marcação do ponto deve ser formalizado através do Formulário de Ocorrência, devidamente assinado pelo gestor da área.

- Trocas de Plantões

Art. 50º: As trocas deverão ser feitas somente entre 02 (dois) colaboradores.

§ 1º - A troca envolvendo 03 (três) ou mais não serão permitidos.

- Horas – Extras

Art. 51º: O colaborador deverá deixar as dependências do prédio no prazo máximo de 10 (dez) minutos após o término do horário de trabalho, com exceção dos colaboradores que estiverem previamente autorizados a realizar horas extras.

Art. 52º: Todas as horas extras, para serem consideradas válidas, deverão ser devidamente registradas no sistema de ponto e no período autorizado para realização das mesmas.

- Ausência

Art. 53º: As faltas que não se enquadrarem nas disposições da Convenção Coletiva de Trabalho e legislação vigente não serão abonadas.

§ 1º - A ausência não justificada acarretará desconto nos vencimentos e a aplicação de medidas disciplinares.

§ 2º - Somente serão consideradas justificadas as faltas com respectivo documento comprobatório, de acordo com as Normas Trabalhistas, que deverão ser entregues ao departamento pessoal no prazo maximo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º - Caso isso não ocorra a justificação de ausências através de documento probatório, esta não será aceita, ocasionando desconto em folha.

- Comunicação Acidente de Trabalho

Art. 54º: O Acidente de trabalho ocorrido durante o horário de expediente deverá ser comunicado imediatamente pelo colaborador ao seu superior imediato, que informará ao Departamento de Pessoal, para as devidas providências.

Art. 55º: Todo colaborador que sofre acidente de trabalho deverá passar por atendimento médico imediatamente.

Art. 56º: O prazo máximo para a comunicação do acidente e abertura de CAT é de 24 (vinte e quatro) horas.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

Art. 57º: Acidentes ocorridos e não comunicados em tempo ágil e no prazo estabelecido no artigo anterior, para o registro da CAT serão analisados para as devidas providências.

- Readmissão de ex-empregado – Possibilidade

Art. 58º: A instituição somente poderá readmitir um ex-colaborador quando, cumulativamente:

I - O tempo de desligamento for igual ou superior a 01 (um) ano;
II - Houver vaga disponível;
III - O perfil apresentado seja adequado à vaga;
IV - Não constar dos registros na instituição fatos que desabonem sua conduta profissional.

Art. 59º: Toda readmissão, depois de atendidos os itens anteriores, só será concluída após aprovação da administração.

- Auxílio Doença

Art. 60º: Adoentando-se o colaborador, os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento serão pagos pela instituição, mediante apresentação de atestado. A partir do 16º (décimo sexto) dia será pago pela Previdência Social.

Art. 60º: O colaborador deverá encaminhar ao Departamento Pessoal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas o Atestado Médico para a emissão de requerimento para realização de pericia médica junto a Previdência Social.

- Salário Família

Art. 61º: O Salário Família será concedido ao colaborador que recebe salário inferior ou igual ao teto da Previdência Social e que comprovar devidamente seus dependentes menores de 14 (quatorze),anos através da certidão de nascimento e freqüência escolar.

- Licenças

Art. 62º: A instituição concederá ao colaborador as seguintes modalidades de licença, desde que devidamente comprovado:

I - **Licença Maternidade** de 120 (cento e vinte) dias a colaboradora gestante, cuja remuneração será mensal e igual à sua remuneração integral, paga pela instituição. O afastamento do trabalho será determinado com base em atestado médico e certidão de nascimento da criança, que deverá ser enviado ao Departamento Pessoal, entregue pessoalmente ou por algum responsável/família;
II - **Licença Amamentação** será concedida num único e contínuo intervalo de 60 (sessenta) ou 02 (dois) de 30 (trinta) minutos, diariamente, a colaboradora após retorno da licença maternidade, até o 6º (sexto) mês de vida do filho;

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

III - **Licença Paternidade** de 05 (cinco) dias, mediante apresentação da certidão de nascimento do filho.

CAPÍTULO 15. OUTRAS ORIENTAÇÕES

Art. 63º: Demais orientações necessárias para os colaboradores:

- Usar tom de voz adequado;
- Em hipótese alguma, gritar com qualquer pessoa;
- Evitar gestos bruscos (correr, pular);
- Evitar utilizar-se de práticas perigosas e arriscadas que coloque em risco a segurança geral das pessoas ou do patrimônio da instituição;
- Zelar pela ordem e conservação no local de trabalho;
- Sempre usar os equipamentos adequados para que haja segurança no trabalho.

CAPÍTULO 16. HIGIENE PESSOAL

Art. 64º: Cuidar da higiene pessoal é indispensável, vez que é importante ferramenta contra doenças e a favor da saúde. Sendo assim, é dever de todos os colaboradores se atentarem quanto a ela, eis que implica diretamente em melhorar os cuidados pessoais e melhorar a qualidade de vida no trabalho em geral.

Art. 65º: Entre os cuidados com a boa higiene, são imprescindíveis::

I - Unhas cortadas e limpas;
II - Cabelos limpos e bem penteados;
III - Barba aparada
IV - Roupas e jalecos sempre limpos;
V - Usar desodorante e perfume com cheiro suave;
VI - Ficar sempre atento aos odores nas axilas, pés, entre outros.
VII - Usar sapato fechado;
VIII - Manter seu posto de trabalho organizado e limpo;
IX - Lavar sempre as mão e utilizar álcool gel;
X - Beber água e ter seu próprio copo, para uma ação auto-sustentável;
XI - Se utilizada roupa branca não utilizar roupas intimas com cores;
XII -Manter os dentes limpos e higienizados - inclusive após as refeições, para conservar um bom hálito;

CAPÍTULO 17. DA RELAÇÃO COM OS COLEGAS DE TRABALHO

Art. 66º: As relações com os colegas de trabalho devem ser fundamentadas no respeito mútuo, na honestidade, na cortesia e na lealdade, uma vez que o princípio básico de relacionamento profissional é o trabalho de equipe integrado em um ambiente harmonioso.

Art. 67º: Na relação com os colegas de trabalho não serão aceitos:

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

I - Denegrir a imagem de colegas, fazendo comentários e críticas sobre sua conduta pessoal ou sobre seu desempenho profissional;
II - Iniciar boatos, falsas informações e similares, ou dar continuidade a eles;
III - Boicotar ou dificultar procedimentos de trabalho, bem como a execução de serviços levados a efeito por colegas de trabalho e/ou omitir informações que facilitem ou ajudem o colega a executar suas funções.

CAPÍTULO 18. DO AMBIENTE DE TRABALHO

Art. 68º: Como hábito prejudicial à saúde o fumo é proibido em locais públicos, auditórios, reuniões, transporte coletivo e ambiente fechado. Em algumas localidades, o fumo é disciplinado por normas legais. Todos os fumantes nas dependências do HSBJ devem respeitar essas normas.

Art. 69º: A alimentação deve ser feita nos locais adequados, tais como cantina e refeitórios, sendo vedada nos locais reservados à pratica hospitalar.

CAPÍTULO 19. DAS RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE

Art. 70º: Sendo a preservação ambiental um dos pilares do conceito de saúde, todos os profissionais que trabalham no HSBJ deverão empreender ações que tragam resultados favoráveis à preservação ambiental e dos recursos ambientais, bem como responsabilizar-se pelo cumprimento das normas pertinentes, tais como coleta seletiva e consumo consciente de água e energia, evitando danos à sociedade e a imagem do HSBJ.

CAPÍTULO 20. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 71º: A ação, a omissão ou conveniência que apliquem em desobediência ou inobservância das disposições deste Regimento Interno e Código de Conduta e demais normas do HSBJ será considerado infração à ética, cujos infratores estarão sujeitos as seguintes penalidades:

I - Advertência verbal e Notificação em Ficha Funcional;
II - Advertência por escrito, conforme regras da CLT;
III - Suspensão ao trabalho, conforme regras da CLT;
IV – Dispensa ou dispensa por justa causa.

Parágrafo único: Infrações consideradas graves pela diretoria do HSBJ poderão ser motivos de dispensa por justa causa direta.

Art. 72º: O HSBJ conta com um Comitê de Ética, presidido por um membro da diretoria do HSBJ e compostos pelos coordenadores das áreas administrativas.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

CAPÍTULO 21. DO RESPEITO ÀS NORMAS

Art. 73º: Todos os usuários devem respeitar o presente Regimento Interno e demais normas do HSBJ.

Art. 74º: Os casos omissos neste Regimento Interno e Código de Conduta e Ética serão analisados e resolvidos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação.

COMUNICAÇÃO DE DESVIOS ÉTICOS OU DO REGIMENTO INTERNO

Administradores e colaboradores são responsáveis por garantir que este **Regimento Interno e Código de Ética e Conduta** seja cumprido e, além de agir em conformidade com ele.

Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação

A gestão deste **Regimento Interno e Código de Ética e Conduta** cabe ao Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, órgão de assessoramento da Diretoria Administrativa do **Hospital Senhor Bom Jesus**, competindo-lhe:

- Avaliar continuamente as normas contidas no documento e, se necessário, atualizá-las;
- Deliberar sobre dúvidas de interpretações.

O Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação poderá ser composto pelos membros da Diretoria Administrativa, Departamentos Jurídico e de RH, Administrador do Hospital Senhor Bom Jesus e associados.

Para a gestão do Regimento Interno e Código de Ética e Conduta, o Departamento Jurídico, de RH e o Administrador poderão atuar conjuntamente ou separados, desde que tenha a participação obrigatória da Diretoria Administrativa.

Recebe e analisa:

- Manifestações (sugestões, consultas, críticas, elogios e denúncias) relativas ao **Regimento Interno e Código de Ética e Conduta do Hospital Senhor Bom Jesus**.

- Dilemas éticos, conflitos de interesses, dúvidas de interpretação e situações não previstas no **Regimento Interno e Código de Ética e Conduta do Hospital Senhor Bom Jesus**.

Encaminhamento pós-análise

- Os casos de desvios éticos serão encaminhados ao coordenador responsável pela área relatada com cópia ao Administrador, ao Presidente e Vice-Presidente da Diretoria Administrativa, dos quais serão os responsáveis por nomearem o Comitê de Pessoas,

HOSPITAL Senhor Bom Jesus
Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

Governança e Nomeação para a apuração das comunicações de desvios éticos.

- Os casos envolvendo o Administrador do Hospital Senhor Bom Jesus e os Coordenadores de Setor deverão serem comunicados ao Presidente e Vice-Presidente da Diretoria Administrativa.

Em todos os canais de contato disponíveis, o manifestante poderá se identificar ou efetuar relato anônimo. O sigilo e a confidencialidade são garantidos. Eventualmente, poderá solicitar atendimento pessoal, que acontecerá em local reservado.

Proteção a Denunciantes

Administradores ou colaboradores que tentarem ou praticarem retaliação contra quem comunicar suspeitas ou colaborar na apuração de violações deste **Regimento Interno e Código de Ética e Conduta** estarão sujeitos a medidas disciplinares previstas nas normas do **Hospital Senhor Bom Jesus.**

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n° 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios, sem autorização prévia, por escrito, da Diretoria Administrativa.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus
CNPJ.: 52.941.614/0001-71
Rua Rui Barbosa, 267 – Centro – Monte Azul Paulista/SP
CEP 14.730-000 – Tel.: (17) 3361.9210

TERMO DE RECEBIMENTO E COMPROMISSO DO REGIMENTO INTERNO E CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA DO HOSPITAL SENHOR BOM JESUS

Declaro, para todos os fins e efeitos que recebi uma cópia integral do Regimento Interno e Código de Conduta e Ética do Hospital Senhor Bom Jesus, tomei conhecimento de todas as suas disposições e me comprometo a cumpri-las integralmente.

Declaro, ainda, que fui comunicado (a) da obrigatoriedade de sua observância em todas as situações e circunstâncias que estejam direta ou indiretamente dispostas no contrato de trabalho firmado (a) por mim.

Declaro, por fim que nas hipóteses de ocorrerem situações em que não haja no presente Regimento Interno, previsão expressa à conduta exigida ou esperada, informarei imediatamente o fato ao coordenador da área onde atuo, ou a um dos responsáveis da área administrativa.

Monte Azul Paulista/SP, 01 de março de 2025.

ASSOCIACAO DE BENEMERENCIA SENHOR BOM JESUS:52941614000171

Assinado de forma digital por ASSOCIACAO DE BENEMERENCIA SENHOR BOM JESUS:52941614000171

MARCELO DE SOUZA OLIVEIRA

Validador

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

ASSOCIAÇÃO DE BENEMERÊNCIA SENHOR BOM JESUS

Rua Rui Barbosa, nº 267, Centro – Monte Azul Paulista/SP – CEP 14.730-000
Telefone: (17) 3361-9210 | adm@hsbj.com.br

REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE COMPRAS, SERVIÇOS, OBRAS, ALIENAÇÕES E LOCAÇÕES



CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I – FINALIDADE E FUNDAMENTOS

Art. 1°. Este Regulamento estabelece normas, critérios e procedimentos para a contratação de compras, serviços, obras, alienações e locações no âmbito do HOSPITAL SENHOR BOM JESUS – HSBJ, em conformidade com os arts. 2° a 4° da Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, com o art. 22, alínea "g", do Estatuto Social da Instituição e com a decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.923/DF do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2°. As contratações realizadas pelo HOSPITAL SENHOR BOM JESUS observarão, em todas as fases, os seguintes princípios:

I – Legalidade;

II – Impessoalidade;

III – Moralidade e boa-fé;

IV – Publicidade e transparência;

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb3638763305455111d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

V – Eficiência e economicidade;

VI – Isonomia e competitividade;

VII – Julgamento objetivo;

VIII – Razoabilidade e proporcionalidade;

IX – Sustentabilidade socioambiental;

X – Perenidade do fornecimento de insumos e continuidade dos serviços essenciais à saúde.

Art. 3°. A contratação de compras, serviços, obras, alienações e locações do HOSPITAL SENHOR BOM JESUS será feita de acordo com as normas deste Regulamento, conforme o disposto no Regimento Interno e no Estatuto da HSBJ.

Art. 4º. O cumprimento das normas deste Regulamento destina-se a selecionar, entre as propostas apresentadas, a mais vantajosa para o HOSPITAL SENHOR BOM JESUS e o Parceiro Público, mediante julgamento objetivo e imparcial.

Art. 5°. Todos os processos de contratação deverão ser documentados de modo a possibilitar a identificação, o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos atos praticados, sendo obrigatória a manutenção de arquivo físico ou digital pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos.

Art. 6°. As contratações a que se refere este Regulamento serão precedidas de adequada caracterização do objeto e, quando necessário, de Termo de Referência elaborado pela área técnica específica, contendo ao menos: objeto, especificação técnica, justificativa da necessidade, estimativa de valor, prazo de execução e critérios de julgamento.

Art. 7°. O HOSPITAL SENHOR BOM JESUS poderá adotar plataforma eletrônica para a condução dos atos e procedimentos relativos ao processo de compras e contratações, garantida a publicidade dos atos e a segurança das informações.

SEÇÃO II – DEFINIÇÕES

Art. 8°. Para os fins deste Regulamento, adotam-se as seguintes definições:

I – Compra: aquisição remunerada de bens de consumo, materiais permanentes, insumos, medicamentos ou equipamentos, para fornecimento de uma só vez ou de forma parcelada;

II – Serviço: toda atividade ou conjunto de atividades realizadas por terceiros, de natureza continuada ou não, com ou sem fornecimento de material ou dedicação exclusiva de mão de obra;

III – Alienação: transferência de domínio de bens móveis ou imóveis pertencentes ao HSBJ;

IV – Locação: cessão do uso de imóveis para o HSBJ mediante contraprestação periódica;

V – Termo de Referência: documento que fundamenta e detalha a contratação, definindo o objeto, as especificações técnicas, os critérios de habilitação e de julgamento, as obrigações das partes e o valor estimado;

VI – Estimativa de Preços: levantamento prévio dos preços unitários referenciais dos itens a contratar, realizado com base em histórico de compras, pesquisa em portais de bancos de preços ou valores de mercado;

VII – Seleção de Fornecedores: processo para aquisição ou contratação de bens, serviços ou obras mediante critérios definidos em edital ou convocação;

VIII – Credenciamento: procedimento de formação de banco de prestadores aptos a fornecer bens ou serviços sem exclusividade;

Rua Rui Barbosa, nº 267, Centro – Monte Azul Paulista/SP – CEP 14.730-000
Telefone/PABX: (17) 3361 – 9210 | e-mail: adm@hsbj.com.br

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb3638763 3f0545f11d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

IX – Dispensa: hipótese em que o processo de seleção de fornecedores é admissível, mas não obrigatório, por razões expressamente previstas neste Regulamento;

X – Inexigibilidade: hipótese em que o processo competitivo é inviável, em razão de singularidade do objeto ou exclusividade do fornecedor.

CAPÍTULO II – DAS COMPRAS

SEÇÃO I – PROCEDIMENTO GERAL DE COMPRAS

Art. 9°. Considera-se compra toda aquisição remunerada de bens de consumo e materiais permanentes destinados a suprir as necessidades do HOSPITAL SENHOR BOM JESUS no desenvolvimento de suas atividades.

Art. 10°. O procedimento de compras desenvolver-se-á nas seguintes etapas:

I – Elaboração de Solicitação de Compra pela área demandante, com descrição precisa do objeto, quantidade, justificativa e prazo;

II – Elaboração de Termo de Referência, quando a natureza ou o valor da contratação assim o exigir;

III – Realização de pesquisa de preços com, no mínimo, 3 (três) cotações, podendo ser realizadas de forma eletrônica;

IV – Publicação de edital simplificado ou aviso de contratação no sítio eletrônico do HSBJ, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para recebimento de propostas;

V – Qualificação e habilitação de fornecedores;

VI – Coleta de propostas e julgamento;

VII – Apuração da melhor oferta;

VIII – Verificação da regularidade documental do proponente vencedor;

IX – Divulgação do resultado;

X – Abertura de prazo recursal de 3 (três) dias úteis;

XI – Homologação e adjudicação pela autoridade competente;

XII – Emissão de Parecer Jurídico, quando o valor ou a complexidade do objeto assim recomendar;

XIII – Convocação para assinatura do instrumento contratual ou emissão de ordem de fornecimento;

§ 1° O disposto nos incisos IV e XII poderá ser dispensado mediante justificativa expressa e registrada no processo.

§ 2° É facultada a substituição do instrumento contratual por ordem de fornecimento quando a natureza da contratação assim o permitir, especialmente nos casos de entrega imediata e integral.

§ 3° As compras poderão ser realizadas de forma centralizada ou descentralizada, conforme deliberação do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que designará os responsáveis e limites de alçada de cada área.

SEÇÃO II – HABILITAÇÃO DE FORNECEDORES

Art. 11. Para a verificação da regularidade documental do proponente vencedor, deverão ser exigidos os seguintes documentos, que poderão ser enviados eletronicamente:

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb3638763 3f0545f11d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

I – Comprovante de Inscrição no CNPJ, dentro do prazo de validade;

II – Contrato Social vigente, com todas as alterações consolidadas;

III – Comprovante de Inscrição Estadual, quando aplicável;

IV – Comprovante de inscrição municipal, quando aplicável;

V – Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária, quando aplicável;

VI – Licença de Funcionamento da Polícia Federal, quando aplicável;

VII – Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional de Classe, ou protocolo de assunção desta responsabilidade, em caso de fabricante e distribuidor;

VIII – Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle de Produtos para a Saúde, expedido pela ANVISA, quando aplicável ao fabricante;

IX – Autorização especial para medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/1998), quando for o caso;

X – Atestados de capacidade técnica, quando exigidos;

XI – Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos federais, estaduais e municipais;

XII – Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS) e ao FGTS (CRF);

XIII – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

XIV – Declaração de ausência de impedimentos para contratar com a Administração Pública.

§ 1° O HSBJ poderá manter Cadastro de Fornecedores homologados, dispensando-se a reapresentação de documentos com validade em vigor.

§ 2° A documentação física de propostas não vencedoras poderá ser retirada pelos interessados após a assinatura do contrato com o vencedor.

SEÇÃO III – CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 12. O processo de seleção de fornecedores previsto neste Capítulo será dispensável nos seguintes casos:

I – Ausência de fornecedor na região geográfica do HSBJ;

II – Necessidade emergencial de aquisição ou contratação, quando a situação de urgência ou calamidade comprometer a continuidade das atividades assistenciais;

III – Fornecedor exclusivo, com comprovação de exclusividade por atestado de órgão competente;

IV – Contratação de pequeno valor, observados os limites previstos no art. 75, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerados os valores vigentes e suas atualizações periódicas, vedado o fracionamento indevido da despesa.

V – Serviços técnicos especializados com profissional ou empresa de notória especialização, nos termos do art. 22 deste Regulamento.

§ 1° Urgência caracteriza-se pela ausência em estoque de material ou medicamento em quantidade inferior ao estoque de segurança, ou pela existência de situação de risco à vida de pacientes ou a terceiros.

§ 2° A contratação direta não exime o HSBJ da obrigação de publicar, no sítio eletrônico institucional, o extrato do ato e a justificativa da dispensa ou inexigibilidade, no prazo de 3 (três) dias úteis após a contratação.

§ 3° É vedado o fracionamento de despesas para enquadramento em faixa de dispensa ou para evitar o processo de seleção de fornecedores.

Rua Rui Barbosa, nº 267, Centro – Monte Azul Paulista/SP – CEP 14.730-000
Telefone/PABX: (17) 3361 – 9210 | e-mail: adm@hsbj.com.br

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb3638763 3f0545f11d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

§ 4º Os limites de que trata o inciso IV serão automaticamente considerados atualizados sempre que houver revisão dos valores previstos no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou em ato normativo que venha a substituí-los, independentemente de alteração formal deste Regulamento.

CAPÍTULO III – DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS

SEÇÃO I – SERVIÇOS EM GERAL

Art. 13. Considera-se serviço toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse do HSBJ, realizada por terceiros. Aplica-se à prestação de serviços, no que couber, o disposto no Capítulo II deste Regulamento.

Art. 14. Para a contratação de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital deverá prever obrigações específicas do contratado relativas ao cumprimento da legislação trabalhista, incluindo o recolhimento de FGTS, pagamento de salários, férias, 13° salário, vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

§ 1° O HSBJ poderá exigir, a qualquer momento, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte do contratado.

§ 2° O não cumprimento das obrigações trabalhistas pelo contratado poderá ensejar retenção de pagamento, rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Art. 15. Para a contratação de reformas e obras de engenharia civil, o início do procedimento de seleção de fornecedores será precedido de:

I – Projeto básico ou anteprojeto de arquitetura e engenharia, assinado por profissional habilitado com inscrição no CREA ou CAU;

II – Planilha estimativa de custos contendo quantitativos e preços unitários, com indicação do sistema de referência de preços adotado (SINAPI, SIURB, tabela de órgão específico ou pesquisa de mercado) e a data-base dos preços;

III – Cronograma físico e financeiro da obra;

IV – Estudo de viabilidade técnica e econômica, quando a complexidade ou o valor da obra assim o recomendar.

Art. 16. A empresa vencedora do processo de seleção deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato:

I – Proposta financeira em planilha orçamentária detalhada, compatível com o projeto básico;

II – Cronograma físico e financeiro atualizado;

III – Declaração de responsável técnico inscrito no CREA ou CAU;

IV – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitida no ato de inicio das obras.

CAPÍTULO IV – DAS ALIENAÇÕES E LOCAÇÕES

SEÇÃO I – DAS ALIENAÇÕES

Rua Rui Barbosa, nº 267, Centro – Monte Azul Paulista/SP – CEP 14.730-000
Telefone/PABX: (17) 3361 – 9210 | e-mail: adm@hsbj.com.br

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb363876330545f11d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

Art. 17. A alienação de bens móveis ou imóveis do HSBJ será precedida de avaliação formal do bem por profissional habilitado e de aprovação pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social.

Art. 18. A alienação de bens imóveis deverá ser precedida, adicionalmente, de avaliação imobiliária por empresa ou profissional especializado e de licitação na modalidade concorrência, ressalvados os casos de permuta e outros previstos em lei.

§ Único. O produto das alienações deverá ser aplicado na aquisição de outros bens ou no custeio das atividades finalísticas do HSBJ, sendo vedada sua utilização para pagamento de despesas de custeio recorrentes.

CAPÍTULO V – DOS CONTRATOS

SEÇÃO I – FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO

Art. 19. Os contratos firmados com base neste Regulamento estabelecerão, com clareza e precisão, as condições para sua execução, definindo direitos, obrigações, sanções e responsabilidades das partes, com aplicação das normas de direito civil e da teoria geral dos contratos.

Art. 20. São cláusulas obrigatórias nos contratos firmados pelo HSBJ:

I – Descrição precisa do objeto;

II – Preço e condições de pagamento;

III – Prazo de execução ou fornecimento;

IV – Responsabilidades das partes;

V – Critérios de fiscalização e recebimento do objeto;

VI – Sanções por inexecução total ou parcial;

VII – Hipóteses de rescisão;

VIII – Foro competente para resolução de litígios.

§ 1° Os contratos poderão ser alterados por acréscimos ou supressões de seu objeto até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, mediante prévio acordo formal entre as partes. No caso específico de reforma de edifício ou equipamento, o limite é de 50% (cinquenta por cento).

§ 2° Qualquer alteração contratual deverá ser formalizada por Termo Aditivo, e o correspondente extrato publicado no sítio eletrônico do HSBJ.

§ 3° As alterações de natureza meramente registral ou retificatória, que não impliquem mudança das condições contratuais, serão formalizadas por Termo de Apostilamento.

Art. 21. É dispensável o termo de contrato, a critério do HSBJ, nos casos de compra com entrega imediata e integral de bens ou de execução de serviços de pronta prestação, sendo substituído por ordem de fornecimento ou nota de empenho.

SEÇÃO II – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

Art. 22. A HSBJ designará formalmente um fiscal de contrato para cada contratação relevante, responsável por:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb36387633f0545f11d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

II – Atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto;

III – Comunicar à Diretoria quaisquer irregularidades verificadas;

IV – Manter registro atualizado das ocorrências.

Art. 23. O recebimento do objeto far-se-á em duas etapas:

I – Recebimento provisório: no ato da entrega do bem ou da conclusão do serviço, para verificação da conformidade com as especificações;

II – Recebimento definitivo: em até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento provisório, após verificação e teste, quando aplicável.

Art. 24. O HOSPITAL SENHOR BOM JESUS poderá rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento, serviço ou obra que estejam em desacordo com o objeto contratado, devendo o contratado efetuar as correções necessárias sem ônus para a HSBJ.

SEÇÃO III – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

Art. 25. A inexecução total ou parcial do contrato, sem justificativa aceita pelo HSBJ, sujeitará o contratado às seguintes sanções, aplicadas após assegurado o contraditório e a ampla defesa:

I – Advertência, por escrito, nas infrações de menor gravidade;

II – Multa compensatória ou moratória, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, conforme a gravidade do inadimplemento;

III – Suspensão temporária do direito de participar de processos de seleção do HSBJ, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – Rescisão unilateral do contrato pelo HSBJ, sem prejuízo das demais sanções.

§ 1° Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os danos causados ao HSBJ.

§ 2° A aplicação de sanções será precedida de notificação ao contratado, com prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa.

CAPÍTULO VI – DO PAGAMENTO

Art. 26. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto pelo HSBJ, mediante apresentação de documento fiscal pertinente e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista do contratado.

Art. 27. Não será permitido o pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, execução de obras ou prestação de serviços, salvo nas hipóteses do § 1° deste artigo.

§ 1° O pagamento antecipado somente será admitido quando propiciar sensível economia de recursos ou quando representar condição indispensável para a obtenção do bem ou do serviço, devendo ser previamente justificado no processo e previsto expressamente no instrumento contratual.

§ 2° Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser integralmente devolvido ao HSBJ, acrescido de correção monetária.

Rua Rui Barbosa, nº 267, Centro – Monte Azul Paulista/SP – CEP 14.730-000
Telefone/PABX: (17) 3361 – 9210 | e-mail: adm@hsbj.com.br

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb363876330545f11d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

Art. 28. Nas contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o HSBJ poderá reter parcela do pagamento mensal para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias do contratado, mediante previsão expressa no instrumento contratual.

Art. 29. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de apresentação do documento fiscal devidamente atestado, salvo disposição diversa prevista no contrato.

§ Único. O atraso no pagamento por culpa do HSBJ ensejará a atualização do valor pela variação do IPCA, acrescida de juros de mora de 0,5% ao mês, pro rata die.

CAPÍTULO VII – DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

Art. 30. Para fins deste Regulamento, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I – Estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou executivos;

II – Pareceres, perícias, laudos e avaliações em geral;

III – Assessorias ou consultorias técnicas, jurídicas, contábeis e auditorias financeiras;

IV – Fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras e serviços;

V – Patrocínio em juízo ou na esfera administrativa;

VI – Treinamentos, capacitação e aperfeiçoamento de pessoal;

VII – Prestação de serviços de assistência à saúde em áreas técnicas específicas;

VIII – Implantação e acompanhamento de sistemas de informação gerencial;

IX – Assessoria em processos de acreditação hospitalar e qualidade;

X – Consultoria em gestão de resíduos de serviços de saúde (RSS).

§ 1° Para a contratação dos serviços listados neste artigo, é dispensada a exigência de cotações múltiplas (inciso III do art. 9°), quando a singularidade do objeto a justificar.

§ 2° A HSBJ deverá selecionar prestadores de serviços com comprovada experiência nos ramos de atuação desejados, documentando a escolha.

CAPÍTULO VIII – DA GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Art. 31. O HOSPITAL SENHOR BOM JESUS manterá em seu sítio eletrônico, de forma permanente e atualizada, as seguintes informações:

I – O texto integral deste Regulamento e suas eventuais atualizações;

II – Os editais e avisos de seleção de fornecedores em andamento;

III – Os resultados dos processos de seleção concluídos;

IV – Os extratos dos contratos firmados, com indicação do objeto, do fornecedor, do valor e do prazo;

V – O relatório semestral de contratos ativos e os valores pagos.

Art. 32. A HSBJ deverá manter Código de Conduta para Fornecedores, contemplando requisitos de integridade, anticorrupção e conformidade com a legislação trabalhista e ambiental, podendo exigir declaração de ciência e adesão como condição de participação nos processos de seleção.

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb3638763305455111d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

Art. 33. As contratações poderão ser submetidas a auditorias periódicas internas ou externas, inclusive pelo Parceiro Público, pelo TCE-SP e pelos demais órgãos de controle, sendo assegurado pleno acesso à documentação.

Art. 34. A HSBJ adotará práticas de compras sustentáveis, priorizando, quando tecnicamente possível e economicamente viável, fornecedores que atendam a critérios socioambientais, tais como uso de materiais recicláveis, menor geração de resíduos e conformidade com normas trabalhistas.

CAPÍTULO IX – DA SUBCONTRATAÇÃO E DO ADIMPLEMENTO TRABALHISTA

SEÇÃO I – DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 35. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato. A subcontratação parcial somente será admitida quando expressamente prevista no instrumento contratual ou mediante autorização prévia e escrita do HOSPITAL SENHOR BOM JESUS, observados os seguintes requisitos obrigatórios:

a. A subcontratada deverá atender a todas as exigências de habilitação e qualificação técnica estabelecidas no edital ou instrumento convocatório, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

b. A subcontratação não exime a contratada principal de nenhuma de suas obrigações contratuais, permanecendo esta como única responsável perante o HSBJ pela execução integral do objeto, pela qualidade dos serviços e pelo cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, inclusive as de natureza trabalhista;

c. É vedada a subcontratação de empresa ou profissional com o qual haja vedação de contratar nos termos do art. 32 deste Regulamento, em especial quando houver relação de parentesco entre seus sócios e dirigentes do HSBJ ou do Parceiro Público;

d. O percentual máximo admitido de subcontratação será de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, salvo autorização expressa e fundamentada do Conselho de Administração do HSBJ;

e. O HSBJ deverá ser informado formalmente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, da identidade da subcontratada, do objeto subcontratado e dos respectivos valores, reservando-se o direito de recusar a subcontratação sem justificativa.

§ 1° A subcontratação em desacordo com as disposições deste artigo ensejará a aplicação das sanções previstas no art. 25 deste Regulamento, podendo ensejar a rescisão unilateral do contrato pelo HSBJ.

§ 2° Nas contratações de serviços continuados com mão de obra dedicada, é vedada qualquer forma de subcontratação de mão de obra sem a observância integral da legislação trabalhista aplicável à subcontratada, sendo esta obrigação passível de verificação pelo HSBJ a qualquer tempo.

SEÇÃO II – DO CONDICIONAMENTO DO PAGAMENTO AO ADIMPLEMENTO DE VERBAS E ENCARGOS TRABALHISTAS

Art. 36. O pagamento de qualquer parcela contratual pelo HOSPITAL SENHOR BOM JESUS fica condicionado à comprovação, pela contratada, do regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados diretamente alocados na execução do objeto contratual.

§ 1° Para fins do disposto no caput, a contratada deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos, referentes ao período de competência do serviço prestado:

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb3638763 3f0545f111d7f06004367844 6bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

a. Folha de ponto ou registro eletrônico dos empregados alocados na execução do contrato, referente ao mês anterior;
b. Recibos de pagamento de salários, adicionais legais, horas extras, repouso semanal remunerado e 13° salário, quando aplicável, com a devida identificação dos empregados;
c. Comprovante de depósito do FGTS, referente ao mês anterior;
d. Guia de Recolhimento da Previdência Social (GPS) ou comprovante de pagamento das contribuições previdenciárias (INSS patronal e descontos dos empregados), referente ao mês anterior;
e. Recibos de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional de 1/3 constitucional, quando houver;
f. Comprovante de pagamento do vale-transporte e do vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva ou legislação aplicável;
g. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), com prazo de validade em vigor;
h. Termos de rescisão e recibos de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados durante a vigência do contrato, entregues no prazo de até 30 (trinta) dias da dispensa.
i. Relatórios de Atividades, caso couber;

§ 2° O não atendimento das exigências do § 1° deste artigo no prazo estipulado suspenderá o pagamento da parcela correspondente até a regularização, sem que caiba à contratada qualquer indenização por mora, juros ou atualização monetária pelo período de suspensão decorrente do inadimplemento trabalhista.

§ 3° O HSBJ poderá reter o pagamento de parcelas vincendas, em valor suficiente para cobertura das obrigações trabalhistas e previdenciárias inadimplidas, quando verificado que a contratada está em mora com seus empregados, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e das demais sanções contratuais.

§ 4° Persistindo o inadimplemento trabalhista por prazo superior a 30 (trinta) dias, o HSBJ poderá, a seu exclusivo critério e após notificação formal à contratada, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas devidas aos empregados alocados no contrato, descontando os valores correspondentes das parcelas devidas à contratada, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

§ 5° As obrigações previstas neste artigo estendem-se integralmente às subcontratadas, sendo a contratada principal responsável solidária pelo adimplemento das verbas e encargos trabalhistas dos empregados das subcontratadas que atuem na execução do objeto.

CAPÍTULO X – DO COMPLIANCE, INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO

SEÇÃO I – PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

Art. 37. Todos os processos de contratação realizados pelo HOSPITAL SENHOR BOM JESUS observarão, de forma mandatória, os princípios de integridade, transparência e anticorrupção, em conformidade com a Lei Federal n° 12.846, de 1° de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), o Decreto Federal n° 8.420/2015, e demais normas aplicáveis, sendo vedado a qualquer agente envolvido nas contratações praticar ou facilitar atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.

Art. 38. Para fins deste Regulamento, constituem atos ilícitos incompatíveis com os princípios de integridade, entre outros:

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb363876330545f11d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

a. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, dirigente, empregado ou preposto do HSBJ ou do Parceiro Público, com o fim de obter, manter ou ampliar contrato;
b. Fraudar ou frustrar, por qualquer meio, o caráter competitivo dos processos de seleção de fornecedores, inclusive por meio de ajuste, combinação ou adoção de mecanismos entre concorrentes;
c. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato com o HSBJ;
d. Apresentar documentação falsa, declarações inverídicas ou omitir informações relevantes nos processos de habilitação e contratação;
e. Manipular o equilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante declaração falsa de fatos supervenientes;
f. Dificultar atividade de investigação ou fiscalização do HSBJ, do Parceiro Público ou de órgão de controle, inclusive por meio de intervenção na atuação de empregados, auditores ou autoridades.

SEÇÃO II – DO CANAL DE DENÚNCIAS

Art. 39. O HOSPITAL SENHOR BOM JESUS manterá canal de denúncias acessível a empregados, contratados, fornecedores e terceiros, para o relato de irregularidades, suspeitas de fraude, corrupção ou descumprimento deste Regulamento, garantindo o anonimato do denunciante e a proteção contra represálias.

§ 1° As denúncias recebidas serão apuradas por instância independente da área envolvida, com prazo máximo de 30 (trinta) dias para conclusão preliminar, podendo ser prorrogado, fundamentadamente, por igual período.

§ 2° Confirmadas irregularidades de natureza grave, o HSBJ comunicará o fato ao Parceiro Público e aos órgãos de controle competentes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

SEÇÃO IV – DAS SANÇÕES POR ATOS DE CORRUPÇÃO E FRAUDE

Art. 40. A prática de qualquer dos atos descritos no art. 45 deste Regulamento, quando comprovada, sujeitará a contratada às seguintes consequências, de forma independente e cumulativa:

a. Rescisão imediata do contrato, independentemente de notificação prévia ou interpelação judicial;
b. Suspensão definitiva do Cadastro de Fornecedores do HSBJ, com vedação de participação em qualquer processo de seleção pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
c. Devolução integral dos valores recebidos em decorrência do ato ilícito, acrescidos de correção monetária e juros legais;
d. Comunicação formal ao Ministério Público, à Controladoria-Geral do Estado, ao TCE-SP e ao Parceiro Público, para adoção das providências legais cabíveis nos termos da Lei n° 12.846/2013;
e. Reparação integral dos danos causados ao HSBJ, ao Parceiro Público e a terceiros, sem prejuízo da responsabilização civil e penal dos sócios e administradores, nos termos da legislação vigente.

Art. 41. Todos os contratos celebrados pelo HSBJ conterão, obrigatoriamente, cláusula resolutiva expressa de anticorrupção e integridade, com redação mínima no seguinte sentido: "A prática, pela CONTRATADA, de qualquer ato que configure corrupção, fraude, cartel, suborno ou qualquer outro ilícito previsto na Lei Federal n° 12.846/2013 e legislação correlata constituirá causa de rescisão

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb3638763 3f0545f11d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

Validador

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

imediata deste contrato, independentemente de notificação prévia, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais aplicáveis."

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. O HOSPITAL SENHOR BOM JESUS poderá adotar, quando exigido expressamente pelo Parceiro Público, as normas de licitação previstas em legislação específica aplicável a convênios, termos de cooperação ou contratos de gestão celebrados com entidades públicas.

Art. 43. As aquisições e contratações referentes a convênios, termos de cooperação ou contratos de gestão celebrados com entidades públicas reger-se-ão pelas disposições deste Regulamento, no que couber, e pelas normas específicas do instrumento de parceria, em caso de conflito prevalecendo estas últimas.

Art. 44. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pelo Conselho de Administração, com base nos princípios gerais de direito, na legislação aplicável e nos princípios que regem a administração pública.

Art. 45. Este Regulamento será revisado periodicamente, com periodicidade mínima de 2 (dois) anos, ou sempre que alterações legislativas relevantes, recomendações dos órgãos de controle ou necessidades institucionais assim o exigirem.

Art. 46. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração, revogando-se o Regulamento anterior de outubro de 2022 e demais disposições em contrário.

Monte Azul Paulista/SP, 29 de junho de 2026.

SIGNATÁRIO
Assinado eletronicamente por
Associação De B. S. Bom Jesus
Data: 21/07/2026 00:55
#073f11af84b811f1818d42010a2b6021

ASSOCIAÇÃO DE BENEMERÊNCIA SENHOR BOM JESUS
Marcelo de Souza Oliveira
Diretor Presidente

Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020 | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: 7fefa8e9af882dc280ffb363876330545f11d7f060043678446bf364e014caa
Link de validação: https://valida.ae/fe71f0911b76f514ea1544b84fbf09b892284eb2aed31f39f

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

REGULAMENTO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS

Aprovado pela Diretoria em Reunião Ordinária
Vigência: a partir da data de publicação/aprovação

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O presente Regulamento estabelece as normas, diretrizes e procedimentos para o recrutamento, seleção, contratação, avaliação de desempenho, movimentação de pessoal, plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da ASSOCIAÇÃO DE BENEMERÊNCIA SENHOR BOM JESUS, doravante denominada simplesmente ASSOCIAÇÃO.

§ 1º. O presente Regulamento tem como fundamento legal o art. 4º da Lei Federal nº 9.637/1998, no art. 22, alínea "g" do Estatuto Social, a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1923/DF, bem como a Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil).

§ 2º. A ASSOCIAÇÃO, como entidade de direito privado sem fins lucrativos, não está sujeita à obrigatoriedade de concurso público, devendo, contudo, observar os princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, isonomia e economicidade na seleção de seus colaboradores.

§ 3º. Todo processo de recrutamento, seleção, contratação e avaliação de pessoal deve estar devidamente documentado, inclusive na forma digital, com o fito de viabilizar o acompanhamento, o controle e a fiscalização pelos órgãos competentes.

Art. 2º. Para os fins deste Regulamento, consideram-se as seguintes definições:

I – Recrutamento: conjunto de técnicas e procedimentos utilizados para atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos na ASSOCIAÇÃO;

II – Seleção: processo de escolha, dentre os candidatos recrutados, daqueles que melhor se adéquam aos requisitos exigidos para o cargo vago;

III – Contratação: ato formal pelo qual se efetiva o vínculo de emprego entre o candidato aprovado e a ASSOCIAÇÃO;

IV – Plano de Cargos e Salários: estrutura que organiza os cargos existentes na ASSOCIAÇÃO, definindo as atribuições, requisitos de acesso, faixas salariais e critérios de progressão;

V – Avaliação de Desempenho: processo sistemático de mensuração do desempenho do colaborador em relação às metas e competências previamente estabelecidas;

VI – Banco de Talentos: cadastro de candidatos aprovados em processo seletivo e não admitidos imediatamente, disponíveis para contratação futura.

Art. 3º. Os processos regidos por este Regulamento pautam-se pelos seguintes princípios:

I – Legalidade: observância estrita às normas legais aplicáveis;

II – Impessoalidade: vedação ao favorecimento ou discriminação de candidatos por razões alheias ao mérito;

III – Moralidade e Probidade: conduta ética em todas as etapas do processo;

IV – Publicidade: ampla divulgação dos processos seletivos;

V – Eficiência: seleção dos candidatos mais qualificados para o desempenho das funções;

VI – Isonomia: igualdade de condições a todos os candidatos;

VII – Economicidade: racionalização dos recursos empregados nos processos seletivos.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º. A gestão de pessoal da ASSOCIAÇÃO é exercida de forma hierarquizada, com as seguintes instâncias:

I – Diretoria Executiva: instância máxima de aprovação das contratações, responsável pela autorização final de admissão, desligamento e alterações salariais;

II – Gerência/Coordenação de Área: responsável pela identificação da necessidade de pessoal, elaboração do perfil do cargo e participação ativa nas etapas de seleção;

III – Setor de Gestão de Pessoas/Recursos Humanos: responsável pela condução operacional do processo seletivo, desde a abertura da requisição até a admissão do colaborador;

IV – Departamento Pessoal: responsável pelos atos de registro, admissão, folha de pagamento e desligamento;

V – Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT): responsável pela realização de exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

Art. 5º. No âmbito dos processos de seleção de pessoal, compete:

I – à Diretoria Executiva:

a) Autorizar a abertura de processos seletivos e a criação de novas vagas;

b) Aprovar a contratação dos candidatos selecionados;

c) Homologar alterações no Plano de Cargos e Salários;

d) Autorizar a contratação de empresa especializada em recrutamento.

II – às Gerências e Coordenações de Área:

a) Elaborar e encaminhar a Requisição de Pessoal devidamente justificada;

b) Definir o perfil técnico e comportamental do candidato desejado;

c) Participar das entrevistas finais e testes técnicos;

d) Manifestar-se sobre a aprovação ou reprovação dos candidatos finalistas.

III – ao Setor de Gestão de Pessoas:

a) Planejar, coordenar e executar o processo seletivo;

b) Publicar e divulgar as vagas em aberto;

c) Realizar a triagem e análise curricular;

d) Aplicar e corrigir provas de conhecimento;

e) Conduzir dinâmicas de grupo, entrevistas e testes psicológicos;

f) Emitir parecer técnico sobre os candidatos;

g) Manter banco de talentos atualizado;

h) Notificar os candidatos sobre o resultado do processo seletivo;

i) Zelar pelo arquivamento da documentação dos processos seletivos pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

IV – ao Departamento Pessoal:

a) Executar o processo de admissão e registro em CTPS;

b) Efetuar os recolhimentos previdenciários e trabalhistas;

c) Processar a folha de pagamento e benefícios.

V – ao SESMT:

a) Realizar o exame admissional e emitir Atestado de Saúde Ocupacional (ASO);

b) Realizar exames periódicos conforme PCMSO;

c) Emitir laudos para mudança de função.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

CAPÍTULO III
DO RECRUTAMENTO

Seção I – Da Requisição de Pessoal

Art. 6º. O processo de contratação terá início com a abertura de Requisição de Pessoal, elaborada pelo Gerente ou Coordenador da unidade interessada, que deverá conter:

I – Identificação do cargo e função;

II – Justificativa da necessidade (substituição ou nova vaga);

III – Número de vagas;

IV – Jornada de trabalho e regime de escala;

V – Local de atuação;

VI – Perfil técnico e comportamental desejado;

VII – Grau de instrução e habilitação exigidos;

VIII – Faixa salarial prevista;

IX – Previsão orçamentária.

§ 1º. A Requisição de Pessoal deverá ser aprovada pela Diretoria antes de ser encaminhada ao Setor de Gestão de Pessoas para início das ações de recrutamento.

§ 2º. As vagas decorrentes de aumento de quadro somente poderão ser abertas se contempladas no orçamento aprovado ou mediante autorização expressa da Diretoria Executiva.

§ 3º. É vedada a abertura de processo seletivo sem a correspondente aprovação da Requisição de Pessoal.

Seção II – Das Modalidades de Recrutamento

Art. 7º. O recrutamento poderá ocorrer nas seguintes modalidades:

I – Recrutamento Interno: voltado para colaboradores já integrantes do quadro de pessoal da ASSOCIAÇÃO, com prioridade sobre o recrutamento externo, desde que o candidato interno preencha os requisitos do cargo;

II – Recrutamento Externo: voltado ao mercado de trabalho em geral, com ampla divulgação por meio de:

a) Publicações em jornais de circulação local ou regional;

b) Divulgação em portais de emprego (plataformas digitais de vagas);

c) Site oficial e redes sociais institucionais da ASSOCIAÇÃO;

d) Afixação de avisos nas dependências da entidade;

e) Encaminhamento por agências de emprego e SINE;

f) Parcerias com instituições de ensino, cursos técnicos e profissionalizantes;

III – Recrutamento Misto: combinação das modalidades interna e externa, realizada simultaneamente.

§ 1º. Nas situações em que a urgência ou a especificidade técnica da vaga justifique, a ASSOCIAÇÃO poderá contratar empresa especializada em recrutamento e seleção, devidamente habilitada, para conduzir total ou parcialmente o processo.

§ 2º. O recrutamento interno deve ser amplamente divulgado a todos os colaboradores, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação de interesse.

Art. 8º. O aviso de abertura do processo seletivo deverá conter, no mínimo:

I – Denominação da ASSOCIAÇÃO e unidade/setor requisitante;

II – Número de vagas disponíveis;

III – Denominação do cargo e descrição sucinta das atribuições;

IV – Requisitos mínimos exigidos (escolaridade, experiência, habilitações legais);

V – Carga horária e regime de trabalho;

VI – Remuneração ou faixa salarial;

VII – Prazo, local e forma de inscrição;

VIII – Documentos exigidos para inscrição;

IX – Etapas do processo seletivo e cronograma;

X – Local de realização das provas/entrevistas.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO SELETIVO

Seção I – Das Inscrições

Art. 9º. As inscrições serão realizadas na forma indicada no aviso de abertura, podendo ser presenciais ou on-line, e obedecerão ao prazo estabelecido no edital do processo seletivo, que não poderá ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar ou enviar, conforme o caso, os seguintes documentos:

I – Documento de identidade com foto (RG, CNH ou documento equivalente);

II – Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III – Currículo atualizado;

IV – Comprovante de escolaridade exigida;

V – Documentos comprobatórios de experiência profissional, quando exigidos;

VI – Registro no conselho profissional pertinente, quando aplicável à função.

§ 2º. A ASSOCIAÇÃO poderá cobrar taxa de inscrição em processos seletivos com grande número de vagas, nos termos previstos no edital.

§ 3º. Será assegurada, nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991, a reserva mínima de vagas para pessoas com deficiência, observados os percentuais legais, sendo que o candidato deverá apresentar laudo médico que ateste a espécie e o grau de deficiência, conforme CID.

Seção II – Das Etapas do Processo Seletivo

Art. 10. O Processo Seletivo poderá ser composto pelas seguintes etapas, a serem definidas conforme a complexidade e nível do cargo:

1ª Etapa – Triagem e Análise Curricular

Art. 11. A triagem curricular constitui etapa eliminatória, consistindo na verificação do atendimento dos requisitos mínimos estabelecidos no edital.

§ 1º. Serão eliminados os candidatos que não comprovem os requisitos mínimos de escolaridade, habilitação legal ou experiência exigidos para o cargo.

§ 2º. Os candidatos aprovados na triagem serão submetidos à análise curricular classificatória, com pontuação distribuída nos seguintes critérios:

I – Formação acadêmica: graduação, especialização, mestrado ou doutorado na área;

II – Experiência profissional comprovada na função ou área correlata;

III – Cursos de aperfeiçoamento e capacitação profissional;

IV – Publicações, produções científicas ou técnicas relevantes.

2ª Etapa – Prova de Conhecimentos

Art. 12. Para cargos de nível técnico e superior, poderá ser aplicada prova escrita de conhecimentos gerais e específicos, de caráter eliminatório e/ou classificatório.

§ 1º. A prova será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver nota mínima de 5,0 (cinco) pontos.

§ 2º. O conteúdo programático, o número de questões, o local, a data e o horário de realização da prova serão divulgados com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

3ª Etapa – Prova Prática

Art. 13. Para cargos que exijam habilidades técnicas específicas, poderá ser aplicada prova prática, com o objetivo de aferir a capacidade do candidato para o desempenho das atividades do cargo.

4ª Etapa – Avaliação Psicológica e Comportamental

Art. 14. Os candidatos classificados nas etapas anteriores poderão ser submetidos a avaliação psicológica e comportamental, mediante:

I – Aplicação de testes psicológicos e psicométricos, conduzidos por profissional habilitado, visando apurar aspectos cognitivos e de personalidade compatíveis com o cargo;

II – Dinâmicas de grupo, com vistas a observar competências como trabalho em equipe, liderança, comunicação, resolução de conflitos e capacidade de adaptação;

III – Provas situacionais que simulem cenários reais de trabalho para identificar comportamentos e atitudes do candidato.

5ª Etapa – Entrevista Técnica e Comportamental

Art. 15. A entrevista técnica e comportamental será conduzida por comissão composta pelo Setor de Gestão de Pessoas e pelo Gerente/Coordenador da área requisitante.

§ 1º. A entrevista visa apurar:

I – A aderência do candidato ao perfil técnico do cargo;

II – A experiência profissional e a trajetória de carreira;

III – A aderência ao perfil cultural e aos valores da ASSOCIAÇÃO;

IV – As expectativas profissionais e a disponibilidade do candidato.

§ 2º. A avaliação de cada entrevistador será registrada em formulário individual, com pontuação de 1 a 5 para cada competência avaliada, resultando a classificação final na média aritmética das notas atribuídas.

§ 3º. A classificação final obedecerá à seguinte escala:

Conceito	Pontuação	Descrição
Ótimo	9,0 a 10,0	Desempenho excepcional
Bom	7,0 a 8,9	Desempenho acima do esperado
Regular	5,0 a 6,9	Desempenho dentro do esperado
Insuficiente	Abaixo de 5,0	Desempenho abaixo do esperado

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

§ 4º. Candidatos com pontuação inferior a 5,0 (cinco) na entrevista técnica serão eliminados do processo.

Seção III – Da Classificação e Do Resultado

Art. 16. A classificação final dos candidatos será obtida pela média ponderada das pontuações em cada etapa, conforme critérios e pesos definidos previamente no edital do processo seletivo.

§ 1º. Em caso de empate, os critérios de desempate observarão a seguinte ordem:

I – Maior pontuação na entrevista técnica;

II – Maior pontuação na prova de conhecimentos;

III – Maior tempo de experiência comprovada na área;

IV – Maior grau de titulação acadêmica;

V – Maior idade.

Art. 17. O resultado do processo seletivo será divulgado com transparência, por meio de afixação na sede da ASSOCIAÇÃO e/ou publicação no site institucional, indicando a relação dos candidatos aprovados, por ordem de classificação.

§ 1º. O prazo para divulgação do resultado não poderá ser superior a 5 (cinco) dias úteis após o encerramento da última etapa.

§ 2º. Os candidatos não selecionados serão comunicados do resultado no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado final, com indicação do motivo da exclusão.

Art. 18. A aprovação no processo seletivo não garante contratação imediata nem confere direito subjetivo à vaga, servindo, quando necessário, para formação de banco de talentos para contratações futuras pelo prazo de validade estipulado no edital, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses.

Art. 19. Todas as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição são de sua inteira responsabilidade. A falsidade de informações ou documentos implicará a eliminação imediata do candidato do processo seletivo, ou, se já contratado, a rescisão do contrato por justa causa.

Seção IV – Da Comissão de Seleção

Art. 20. Cada processo seletivo será conduzido por uma Comissão de Seleção, composta por, no mínimo:

I – Um representante do Setor de Gestão de Pessoas, que presidirá os trabalhos;

II – Um representante da área requisitante (Gerente ou Coordenador);

III – Um profissional com conhecimento técnico sobre o cargo, quando necessário.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

§ 1º. A Comissão de Seleção deliberará por maioria simples e suas decisões serão registradas em atas.

§ 2º. É vedada a participação na Comissão de Seleção de membro que seja cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, ou afim até o segundo grau, de qualquer candidato.

CAPÍTULO V
DA CONTRATAÇÃO E ADMISSÃO

Art. 21. Após a conclusão do processo seletivo e a escolha do candidato, o Setor de Gestão de Pessoas providenciará a convocação para apresentação dos documentos necessários à formalização da contratação, que incluirão:

I – Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital;

II – Cadastro de Pessoa Física (CPF) e documento de identidade com foto;

III – PIS/PASEP;

IV – Comprovante de residência atualizado;

V – Comprovante de escolaridade e de habilitação profissional exigida;

VI – Certidão de nascimento ou casamento;

VII – Certidão de nascimento dos dependentes, se houver;

VIII – Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

IX – Certificado de reservista ou dispensa, para candidatos do sexo masculino;

X – Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) admissional emitido pelo SESMT;

XI – Foto 3x4 recente;

XII – Dados bancários para pagamento de salário;

XIII – Registro no conselho de classe, quando exigido.

Art. 22. O colaborador admitido será submetido a exame médico admissional, realizado pelo SESMT da ASSOCIAÇÃO, sendo condição indispensável para a assinatura do contrato de trabalho.

Parágrafo único. A contratação somente se efetivará após a emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com resultado "apto" para a função.

Art. 23. O vínculo de trabalho será, preferencialmente, estabelecido sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), podendo ser:

I – Contrato por prazo indeterminado;

II – Contrato por prazo determinado, nas hipóteses legais previstas nos arts. 443 e seguintes da CLT;

III – Contrato de experiência, com duração máxima de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 443, § 2º, "c", da CLT;

IV – Contrato de trabalho em regime de tempo parcial;

V – Contrato temporário, por intermédio de empresa de trabalho temporário, nas hipóteses previstas na Lei nº 6.019/1974.

Parágrafo único. Excepcionalmente, quando a natureza do serviço assim o exigir, a ASSOCIAÇÃO poderá formalizar contrato com pessoas jurídicas ou com profissionais autônomos, nos termos da legislação aplicável.

Art. 24. Todo colaborador admitido será submetido a um período de experiência de até 90 (noventa) dias, durante o qual:

I – O colaborador receberá orientações sobre suas atribuições, a cultura organizacional e as normas internas da ASSOCIAÇÃO;

II – A chefia imediata realizará acompanhamento contínuo do desempenho e da adaptação;

III – Ao final do período, será realizada avaliação de desempenho para verificar a adequação do colaborador ao cargo.

§ 1º. Caso o colaborador não demonstre desempenho satisfatório ao final do período de experiência, o contrato poderá não ser prorrogado, mediante comunicação com o prazo previsto no contrato.

§ 2º. A chefia imediata formalizará o resultado da avaliação do período de experiência mediante preenchimento de formulário específico, que será arquivado na pasta funcional do colaborador.

CAPÍTULO VI
DA READMISSÃO DE EX-COLABORADORES

Art. 25. A readmissão de ex-colaboradores somente será permitida após o decurso de prazo mínimo de 06 (seis) meses entre a data do desligamento e a nova admissão.

§ 1º. O ex-colaborador interessado em retornar deverá participar de novo processo seletivo, em igualdade de condições com os demais candidatos.

§ 2º. Quando a readmissão se destinar a cargo ou função diferente do anteriormente ocupado, o candidato deverá atender integralmente aos requisitos do novo cargo.

§ 3º. Toda readmissão deverá ser submetida à aprovação prévia da Diretoria Executiva.

§ 4º. É vedada a readmissão de ex-colaborador que tenha sido desligado por justa causa.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

CAPÍTULO VII
DA MOVIMENTAÇÃO INTERNA E DA PROMOÇÃO

Art. 26. A movimentação de pessoal compreende:

I – Transferência: deslocamento do colaborador de uma unidade para outra, mantido o cargo e a remuneração;

II – Promoção por Merecimento: elevação do colaborador a cargo de nível superior em razão de desempenho excepcional, avaliado formalmente;

III – Promoção por Antiguidade: elevação do colaborador a cargo de nível superior em razão do tempo de serviço, observados os demais requisitos do cargo;

IV – Progressão Salarial: incremento na remuneração dentro da mesma faixa do cargo, conforme critérios do Plano de Cargos e Salários;

V – Enquadramento por Mudança de Função: readequação da remuneração decorrente de alteração nas atribuições do cargo.

Art. 27. A promoção por merecimento dependerá, cumulativamente, de:

I – Avaliação de desempenho com conceito mínimo "Bom" nos últimos dois ciclos consecutivos;

II – Tempo mínimo de 12 (doze) meses no cargo atual;

III – Não ter sofrido advertência ou suspensão disciplinar nos últimos 12 (doze) meses;

IV – Preenchimento dos requisitos mínimos do cargo para o qual está sendo promovido;

V – Disponibilidade de vaga no nível pretendido;

VI – Aprovação da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO VIII
DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 28. A ASSOCIAÇÃO adotará sistema formal e periódico de avaliação de desempenho, com o objetivo de:

I – Identificar o nível de comprometimento e desempenho dos colaboradores;

II – Subsidiar decisões de promoção, progressão salarial, treinamento e desenvolvimento;

III – Identificar necessidades de capacitação;

IV – Alinhar as metas individuais aos objetivos estratégicos da ASSOCIAÇÃO;

V – Orientar o desligamento de colaboradores com desempenho recorrentemente insuficiente.

Art. 29. As avaliações de desempenho ocorrerão:

I – Ao final do período de experiência (90 dias);

II – Semestralmente para os colaboradores em período de progressão;

III – Anualmente para todos os colaboradores.

Art. 30. A avaliação de desempenho utilizará os seguintes critérios e pesos mínimos:

I – Cumprimento de metas e resultados (30%);

II – Conhecimento técnico e qualidade na execução das tarefas (20%);

III – Comprometimento, assiduidade e pontualidade (20%);

IV – Trabalho em equipe e relacionamento interpessoal (15%);

V – Iniciativa, criatividade e capacidade de resolução de problemas (15%).

Parágrafo único. A ASSOCIAÇÃO poderá, considerando as especificidades das diferentes unidades gerenciadas, adotar critérios e pesos diferenciados para cada área, desde que alinhados aos objetivos do Plano de Trabalho aprovado.

Art. 31. Colaborador com conceito "Insuficiente" em duas avaliações consecutivas será submetido a Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) com metas e prazos específicos, ficando sua continuidade na instituição condicionada à superação das deficiências identificadas.

CAPÍTULO IX
DO PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS

Seção I – Da Estrutura de Cargos

Art. 32. Os cargos da ASSOCIAÇÃO serão estruturados em grupos funcionais, de acordo com a natureza das atividades exercidas, conforme disposto neste Regulamento e nas descrições de cargo elaboradas pelo Setor de Gestão de Pessoas.

Art. 33. A estrutura de cargos da ASSOCIAÇÃO compreenderá, no mínimo, os seguintes grupos funcionais:

I – Grupo Operacional: cargos que envolvem execução de atividades de apoio, limpeza, conservação, vigilância e manutenção, exigindo ensino fundamental completo;

II – Grupo Técnico-Administrativo: cargos que envolvem execução de atividades administrativas, de suporte técnico e atendimento ao público, exigindo ensino médio completo ou técnico específico;

III – Grupo Técnico-Especializado: cargos que envolvem execução de atividades técnicas especializadas, exigindo formação de nível técnico com habilitação profissional ou registro em conselho de classe;

IV – Grupo Profissional: cargos que envolvem atividades de nível superior, com exigência de graduação e registro no respectivo conselho profissional, quando aplicável;

V – Grupo Gerencial: cargos que envolvem gestão de equipes, coordenação de processos e tomada de decisão, exigindo formação superior com experiência comprovada em gestão.

Seção II – Da Política Salarial

Art. 34. A estrutura salarial da ASSOCIAÇÃO observará:

I – As diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

II – O salário mínimo nacional vigente, como piso para qualquer remuneração;

III – As disposições das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho aplicáveis à categoria profissional e à base territorial de atuação;

IV – A legislação trabalhista vigente, em especial a CLT e as Leis nº 13.467/2017 e Lei nº 12.506/2011;

V – A competitividade de mercado, apurada mediante pesquisas salariais periódicas;

VI – A localização geográfica de cada unidade;

VII – A disponibilidade orçamentária da ASSOCIAÇÃO.

Art. 35. As faixas salariais de cada cargo serão compostas por, no mínimo, três níveis (inicial, intermediário e final), com percentuais de progressão definidos no instrumento normativo específico, aprovado pela Diretoria.

Parágrafo único. O ingresso de novo colaborador se dará, preferencialmente, no nível inicial da faixa salarial do cargo, podendo ser admitido em nível superior mediante justificativa técnica da Gerência de Área, submetida à aprovação da Diretoria.

Art. 36. A remuneração dos colaboradores poderá ser composta por:

I – Salário-base, correspondente ao piso da faixa salarial do cargo;

II – Adicionais legais, tais como adicional noturno, de insalubridade, de periculosidade e horas extras, quando aplicáveis;

III – Gratificação de função, para colaboradores designados para o exercício de funções de confiança;

IV – Premiação por desempenho ou resultado, quando prevista em instrumento normativo específico.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

Art. 37. Os reajustes salariais ocorrerão, no mínimo, anualmente, nas datas-base das categorias profissionais respectivas, conforme determinação das Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis, assegurado sempre, no mínimo, o repasse integral do índice negociado.

Seção III – Dos Benefícios

Art. 38. A ASSOCIAÇÃO concederá aos seus colaboradores, conforme a categoria profissional, jornada e vínculo empregatício, os seguintes benefícios:

I – Vale-Transporte, na forma da Lei Federal nº 7.418/1985 e regulamentação vigente, descontado do empregado o percentual legal sobre o salário bruto;

II – Vale-Refeição ou Refeição no local de trabalho, conforme a política de cada unidade;

III – Plano de Saúde Coletivo, custeado total ou parcialmente pela ASSOCIAÇÃO, conforme política específica;

IV – Plano Odontológico Coletivo, quando disponível e custeado total ou parcialmente pela ASSOCIAÇÃO;

V – Seguro de Vida em Grupo;

VI – Auxílio-Funeral, nos termos do instrumento normativo específico;

VII – Auxílio-Creche ou Auxílio-Babá, quando previsto na Convenção Coletiva da categoria;

VIII – Auxílio-Educação, mediante apresentação de documentação comprobatória, para o próprio colaborador, conforme política específica.

§ 1º. A concessão dos benefícios previstos nos incisos III a VIII deste artigo fica condicionada à disponibilidade orçamentária e à aprovação da Diretoria, podendo variar entre unidades.

§ 2º. O colaborador em período de experiência terá direito, desde o primeiro dia de trabalho, aos benefícios de vale-transporte e vale-refeição.

CAPÍTULO X
DAS JORNADAS E REGIMES DE TRABALHO

Art. 39. As jornadas de trabalho serão estabelecidas de acordo com a legislação vigente e as Convenções Coletivas aplicáveis, podendo compreender os seguintes regimes:

I – Jornada diurna: cumprida no período entre 5h e 22h, com duração máxima de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais;

II – Jornada noturna: cumprida no período entre 22h e 5h, com adicional noturno de 20% sobre o valor da hora diurna, nos termos do art. 73 da CLT;

III – Jornada em escala de revezamento: adotada nas unidades que exijam funcionamento ininterrupto, observada a escala de 12x36 ou outra modalidade legalmente permitida;

IV – Regime de Compensação/Banco de Horas: mediante acordo individual escrito ou coletivo, observados os limites estabelecidos na legislação;

V – Teletrabalho/Trabalho Remoto: regulamentado por acordo individual ou coletivo, observado o art. 75-A e seguintes da CLT.

Art. 40. As horas extras somente serão realizadas mediante autorização prévia da chefia imediata, observados os limites de 2 (duas) horas diárias e o acréscimo mínimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, ou 100% (cem por cento) nos domingos e feriados.

CAPÍTULO XI
DO DESLIGAMENTO

Art. 41. O vínculo empregatício poderá ser encerrado nas seguintes hipóteses:

I – Pedido de demissão pelo colaborador, com aviso prévio;

II – Demissão sem justa causa pela ASSOCIAÇÃO, com pagamento das verbas rescisórias devidas;

III – Demissão por justa causa, nas hipóteses tipificadas no art. 482 da CLT;

IV – Rescisão indireta, nas hipóteses do art. 483 da CLT;

V – Término do contrato por prazo determinado;

VI – Extinção do contrato por acordo entre as partes, nos termos do art. 484-A da CLT;

VII – Aposentadoria voluntária ou compulsória.

Art. 42. Será desligado por justa causa o colaborador que, dentre outras hipóteses previstas no art. 482 da CLT, praticar atos que comprometam a reputação ou os interesses da ASSOCIAÇÃO, tais como:

I – Abandono de emprego;

II – Improbidade no exercício da função;

III – Condenação criminal passada em julgado;

IV – Violação de informações sigilosas da entidade ou dos usuários atendidos;

V – Discriminação de qualquer natureza no ambiente de trabalho;

VI – Reiterado descumprimento de metas e ordens de serviço, após advertência e suspensão;

VII – Apresentação de documentação falsa no ato da admissão.

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

Art. 43. O processo disciplinar observará o princípio da gradação das penalidades, na seguinte ordem:

I – Advertência verbal;

II – Advertência escrita;

III – Suspensão de 1 a 30 dias;

IV – Demissão por justa causa.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades respeitará o contraditório e a ampla defesa do colaborador, assegurado o registro formal de todos os atos disciplinares na pasta funcional.

CAPÍTULO XII
DO TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 44. A ASSOCIAÇÃO promoverá, em consonância com sua missão institucional e as exigências dos contratos de gestão vigentes, ações de treinamento e desenvolvimento profissional, incluindo:

I – Treinamento de Integração: obrigatório para todos os novos colaboradores, a ser realizado nos primeiros 30 (trinta) dias de admissão, abordando a missão, valores, normas internas e procedimentos operacionais da ASSOCIAÇÃO;

II – Treinamento Técnico: voltado ao desenvolvimento de competências específicas para o exercício das atividades do cargo;

III – Treinamentos Obrigatórios: em cumprimento a normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho (NRs), legislação de proteção de dados (LGPD), dentre outras;

IV – Capacitações Externas: cursos, congressos, simpósios e demais eventos de interesse institucional, custeados total ou parcialmente pela ASSOCIAÇÃO, conforme disponibilidade orçamentária;

V – Plano de Desenvolvimento Individual (PDI): elaborado em conjunto com o colaborador, com base nos resultados da avaliação de desempenho.

Art. 45. O colaborador que receber patrocínio integral da ASSOCIAÇÃO para participação em capacitações de longa duração (acima de 80 horas) firmará compromisso de permanência mínima de 12 (doze) meses após o término do curso, sob pena de ressarcimento proporcional dos valores despendidos.

CAPÍTULO XIII
DA PROTEÇÃO DE DADOS E DO SIGILO PROFISSIONAL

Art. 46. A ASSOCIAÇÃO, no exercício da gestão de pessoal, observará integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), garantindo:

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

I – A coleta de dados pessoais dos candidatos e colaboradores somente para finalidades legítimas e necessárias ao processo seletivo ou à gestão do vínculo de emprego;

II – O armazenamento seguro das informações pessoais, com restrição de acesso a pessoal autorizado;

III – O descarte adequado de documentos após o prazo de guarda obrigatório;

IV – O direito do titular ao acesso, correção, portabilidade e eliminação de seus dados, conforme previsto na LGPD.

Art. 47. Todos os colaboradores e membros de comissões de seleção guardarão sigilo sobre as informações dos candidatos, colaboradores e usuários dos serviços, sendo vedada a divulgação de quaisquer dados obtidos no exercício de suas funções, sob pena de responsabilização civil, administrativa e penal.

CAPÍTULO XIV
DAS VEDAÇÕES E DO CONFLITO DE INTERESSES

Art. 48. É vedado à ASSOCIAÇÃO, no âmbito dos processos seletivos e de gestão de pessoal:

I – Exigir dos candidatos informações de natureza pessoal que não sejam pertinentes ao exercício do cargo, tais como: estado civil, planejamento familiar, orientação sexual, crença religiosa ou filiação política;

II – Realizar qualquer forma de discriminação baseada em sexo, gênero, raça, cor, etnia, deficiência, idade, religião, origem, estado civil ou qualquer outra condição não relacionada à aptidão para o cargo;

III – Contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração, salvo autorização expressa destes órgãos e publicidade da decisão;

IV – Permitir que membro da Comissão de Seleção conduza processo cujo candidato seja seu parente ou com quem mantenha relação de interesse pessoal;

V – Efetuar qualquer pagamento ao candidato a título de ajuda de custo ou despesa de participação no processo seletivo, exceto quando previsto em edital.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 49. A ASSOCIAÇÃO manterá, à disposição dos órgãos de controle, parceiros e fiscalizadores, toda a documentação referente aos processos seletivos realizados,

HOSPITAL Senhor Bom Jesus

pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data de admissão ou, no caso de candidatos não admitidos, da data de encerramento do processo.

Art. 50. O Setor de Gestão de Pessoas revisará periodicamente os instrumentos utilizados nos processos seletivos (formulários, provas, critérios de avaliação), propondo ao Conselho de Administração as atualizações necessárias para manter a conformidade com a legislação e com as melhores práticas de gestão de pessoas.

Art. 51. Os casos omissos ou de interpretação duvidosa do presente Regulamento serão submetidos ao Conselho de Administração da ASSOCIAÇÃO, que decidirá com base nos princípios gerais do direito, na legislação aplicável e nos objetivos institucionais da entidade.

Art. 52. O presente Regulamento poderá ser alterado mediante deliberação da Diretoria Executiva, submetida à ratificação do Conselho de Administração, sendo obrigatória a comunicação prévia aos colaboradores afetados e, quando aplicável, ao sindicato da categoria.

Art. 53. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da ASSOCIAÇÃO, revogadas as disposições em contrário.

NOTA: *Este Regulamento foi elaborado em conformidade com: Lei Federal nº 9.637/1998; ADI 1923/DF (STF); Lei Federal nº 13.019/2014; CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943); Lei Federal nº 8.213/1991 (art. 93 – PcD); Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD); Resolução CNAS nº 269/2006 (NOB-RH/SUAS).*

2026

Rua Rui Barbosa, nº 267, Centro – Monte Azul Paulista/SP – CEP 14.730-000
Telefone/PABX: (17) 3361 – 9210 | e-mail: adm@hsbj.com.br